



**COLECTIVO DA UNIVERSIDADE DE BERLIM  
GUIA PARA A LEITURA DO CAPITAL**



**COLECTIVO DA UNIVERSIDADE  
DE BERLIM**

**GUIA PARA A LEITURA  
DO CAPITAL**



## INTRODUÇÃO

### 1. O dia de pagamento

*No dia de pagamento todos os operários recebem os salários que lhes cabem pelo trabalho executado durante a semana ou o mês. Os que são pagos à hora, ao dia ou ao mês recebem de acordo com o tempo de trabalho dispendido, de acordo com uma tabela salarial pré-estabelecida; os que são pagos à peça, recebem o correspondente a todas as peças perfeitamente executadas. Quem fizer horas extraordinárias auferirá um pagamento extra por esse trabalho. Assim é evidente que os salários são o preço que o patrão paga ao empregado consoante a quantidade de trabalho que este executa. Quanto mais trabalho fornecer, mais dinheiro recebe.*

*O salário semanal ou mensal é de novo dispendido. Toda a gente tem certas necessidades: alimentação, vestuário e alojamento. Por último, hoje em dia, o carro, a máquina de lavar e aparelho de televisão fazem parte das necessidades mais elementares. Mas estas necessidades só podem ser satisfeitas mediante dinheiro e na nossa sociedade tudo tem um preço. O ditado segundo o qual "o dinheiro rege o mundo" tem a sua razão de ser. Mas um trabalhador não dispõe de uma grande conta bancária, e são muito poucos aqueles que ganham o totobola ou a quem sai a sorte grande; normalmente, um trabalhador só possui o seu salário, que rapidamente se esgota. Quem quer que vá fazer compras ao supermercado sabe isso. Os produtos que aí encontra são mercadorias. As*

mercadorias têm de ser compradas. Isto parece bastante lógico, pois as mercadorias que o operário deseja para satisfazer as suas necessidades pertencem ao patrão que as vendeu ao supermercado.

No entanto, por que não de as coisas passar-se assim? Por que é que as mercadorias pertencem ao patrão? No fim de contas tudo aquilo que podemos comprar foi feito por operários! Por que razão é que o patrão dá apenas ao trabalhador um "salário" fazendo simultaneamente propriedade sua dos produtos do trabalho do seu empregado? Temos que analisar mais de perto o problema e tentar encontrar uma resposta para esta pergunta.

A relação trabalho-pagamento-dispêndio do salário pode exprimir-se por uma curta fórmula: o operário dispende trabalho (T), recebe o salário sob a forma de dinheiro (D) e, com esse dinheiro compra as coisas de que necessita para si e para a sua família. Estas coisas são mercadorias (M). Por conseguinte, pode explicitar-se assim a fórmula completa:

T - D - M

No fim do movimento de T para M, o salário semanal ou mensal do operário é dispendido em bens, graças aos quais a família do assalariado provém à sua subsistência (entendida no sentido mais lato). Findo o que, terá que repetir-se o mesmo movimento: o trabalhador terá que voltar a trabalhar. E assim prossegue, sem parar, o ciclo: T - D - M, T - D - M. Já não é claro se se trabalha para viver ou se só vive para trabalhar.

Pelo menos, quando o seu salário se esgota, o operário compreende basicamente que não possui nada — excepto o seu trabalho — pois as mercadorias que comprou se esvaem logo que são comidas, se rompem, gastam ou quebram, ou têm que ser substituídas por outras novas. A única propriedade duradoura de que verdadeiramente dispõe é o seu trabalho; mas o que significa realmente isso do trabalho?

Em alturas de crise económica, muitos trabalhadores não têm sequer emprego, são desempregados, não têm trabalho. Quando o trabalhador não tem emprego, não pode servir-se do seu trabalho, não pode ganhar dinheiro. Por conseguinte, a expressão "o traba-

lhador possui o seu trabalho" não é completamente exacta. Ele só possui a sua "força de trabalho", quer dizer, só possui a sua capacidade de trabalho. Mas esta capacidade só pode tornar-se concreta, só pode materializar-se quando um patrão lhe dá emprego. Só então a sua força de trabalho produz alguma coisa para ele: o seu salário. Para que possa receber ininterruptamente o seu salário, o trabalhador tem que vender a sua força de trabalho ao patrão ininterruptamente, todas as horas, de todos os dias, todas as semanas de todos os meses, isto é, para sempre. Ora, tudo aquilo que se compra e vende chama-se mercadoria.

A própria força de trabalho do operário é portanto uma mercadoria que se compra e vende no mercado ("permuta do trabalho"). A partir do momento em que o patrão comprou a força de trabalho, esta passa a pertencer-lhe, tal como toda e qualquer mercadoria pertence a quem a compra. Que faz o comprador com a mercadoria que adquiriu? Usa-a, consome-a, como quem consome uma garrafa de cerveja. Também a mercadoria força de trabalho comprada pelo patrão é consumida da mesma maneira: põe-na a trabalhar numa máquina onde é consumida, gasta.

Diz-se muitas vezes que são os patrões quem dá trabalho aos operários e que, por conseguinte, estes deveriam estar-lhes gratos, mas já vimos que isto não é verdade: o patrão limita-se a dar ao trabalhador o seu posto de trabalho (e isto porque é ele quem possui os meios de produção), mas é o trabalhador quem realmente dá trabalho ao patrão, o qual se limita a apropriar-se desse trabalho, a comprá-lo e a utilizá-lo no seu processo de trabalho. O patrão tem por objectivo utilizar integralmente a força de trabalho. Porquê? Todos sabem que os patrões têm lucros. Mais à frente analisaremos pormenorizadamente a origem deste lucro, mas para já, podemos dar uma resposta geral à pergunta — provém da exploração da força de trabalho. As coisas que o trabalhador produz durante o processo de produção possuem um valor superior ao montante que o patrão dispendeu em salários e meios de produção. No dia do pagamento, por conseguinte, o trabalhador não recebe o salário equivalente ao trabalho que executou, isto é, não recebe uma soma de dinheiro igual ao valor dos produtos. Só recebe o equivalente do valor da sua força de trabalho, a soma pela qual o patrão o comprou

no mercado de trabalho. Só aparentemente se paga ao operário o seu trabalho real; na realidade, ele só recebe o valor da sua força de trabalho.

## 2. O que é a ciência?

Da análise precedente há que retirar a conclusão que, na nossa sociedade, nem tudo é o que parece. Isto parece confuso, mas na realidade limitamo-nos a reproduzir um trecho de análise marxista. Para compreender cientificamente a estrutura fundamental de uma relação social, não podemos confiar no modo de pensar do senso comum (do dia-a-dia). Podemos ilustrar esta ideia por meio de um exemplo muito simples retirado das ciências da natureza: todas as manhãs o sol se levanta e todas as tardes se põe. Pelo menos assim parece e desta aparência, durante milhares de anos, as pessoas retiraram a conclusão de que a Terra era o eixo fixo do Universo, em torno do qual se deslocavam o sol e todas as outras estrelas. Só na Idade Moderna os astrónomos Galileu, Copérnico e Kepler provaram que esta aparência era errada. Sabemos, a partir dessa época, que é a Terra que se move em torno do Sol, executando simultaneamente um movimento de rotação que dá a ideia da noite e do dia. Neste caso, a ciência da natureza esclareceu um facto que tinha permanecido oculto ao pensamento quotidiano até essa data, uma lei que existia oculta por detrás das aparências, mas que no entanto era a verdadeira razão por que tais aparências haviam sido erradamente explicadas durante tanto tempo.

É claro que as leis naturais não se podem equiparar às leis intrínsecas da sociedade humana. No entanto, estas são também leis ocultas da vida social humana. Não podemos vê-las ao primeiro relance, o que significa que temos que as investigar. O próprio Marx, ao escrever sobre a concorrência na sociedade capitalista, fez a seguinte comparação com as leis da natureza: "Não podemos fazer uma análise científica da concorrência, antes de termos uma concepção das leis internas do capital, da mesma forma que os movimentos aparentes do corpos celestiais só são intelegíveis para quem estiver familiarizado com os seus movimentos reais, movimen-

tos esses que não são directamente perceptíveis pelos sentidos" (Capital, Vol 1, p. 316; todas as posteriores citações deste livro se referem à edição brochada de Lawrence Wishart, Londres, 1970, salvo indicação em contrário).

A ciência estuda a "natureza interna" e o "movimento real" de uma coisa. Não se detém perante o movimento perceptível, numa mera contemplação, antes pretende compreender o nexos real que se oculta por detrás das aparências externas. Compreender um facto social significa reconhecer o seu carácter real e para aceder a este conhecimento não basta descrever os factos, há que compreender as suas conexões internas e estudar a sua função no conjunto do sistema. A diferença entre "compreensão" e "descrição" torna-se patente quando abrimos um jornal. Num jornal lê-se um amontoado de "factos" e, evidentemente, o mesmo se passa com os programas de rádio e televisão; imediatamente a seguir ao noticiário dificilmente nos lembraremos já dos acontecimentos relatados. Toda essa massa confusa e desarticulada não fica retida na nossa memória porque não é possível compreendê-la realmente. E é evidente que, no sistema capitalista, os meios de comunicação social não têm por objectivo e função tornar compreensível à população o que quer que seja. As múltiplas e variegadas aparências externas não são explicadas no seu contexto social e histórico. Por conseguinte, a ciência distingue-se desta espécie de "informação" pelo seu próprio método. Mas podemos abordar a ciência de duas maneiras distintas — a burguesa e a marxista. Já vimos que a economia marxista tem por objectivo analisar o nexos interno do capitalismo — em contrapartida, a economia burguesa apenas descreve aparências não compreendidas, não diferindo portanto fundamentalmente do jornalismo que atrás criticámos.

Os trabalhadores não têm qualquer interesse em disfarçar as leis económicas a que se encontram sujeitos todos os dias. É do seu interesse proceder a uma análise real da sociedade capitalista, na medida em que há que compreender aquilo que se quer transformar. Karl Marx foi quem primeiro tentou formular uma ciência útil para a actividade revolucionária, escrevendo em 1845: "Até hoje os filósofos mais não fizeram do que interpretar o mundo de diferentes maneiras; hoje, há que transformá-lo".

### 3. O método científico do marxismo

*Karl Marx viveu de 1818 a 1883. O primeiro volume da sua mais importante obra, Das Kapital, foi publicado em 1867, há mais de 100 anos. Logo os ideólogos burgueses perguntam: terá este livro com mais de cem anos alguma utilidade hoje em dia? Não descreverá Marx uma situação social há muito caduca? Não se encontrarão os trabalhadores hoje em dia em muito melhor situação do que aquela que tinham no século XIX? E, por último, continuará a exploração a existir realmente? — A resposta para eles é simples e directa e já a conhecem de antemão: já não há exploração, pois os trabalhadores encontram-se numa situação incomparavelmente melhor do que nesse tempo; mas, como já sabemos, Marx não se limita a descrever, analisa; há que saber distinguir a aparência externa da natureza interna, da essência. Hoje em dia o trabalhador tem um "padrão de vida" mais elevado do que antigamente — mas isso em nada altera o facto de ser um trabalhador assalariado e isto é que constitui a essência, pois o sistema do trabalho assalariado é precisamente a exploração da força de trabalho pelo capitalista. Isto mostra a evidência que a natureza interna do sistema capitalista não se alterou desde a época de Marx. Só a forma parece ter mudado.*

Por conseguinte, é hoje tão necessário estudar o "Capital" como há cem anos!

*No entanto, a vantagem da análise marxista — o facto de esta explicar os fundamentos do modo capitalista de produção — é causa de inúmeras dificuldades para o leitor. Se não se encontrar familiarizado com o método de Marx, um operário ou um estudante que quer responder a uma questão determinada, concreta e para isso, começa a ler o "Capital" ficará desapontado. Queremos saber alguma coisa sobre o salário à peça ou uma crise cíclica da economia — e, em vez disso, lemos algo sobre "valor de uso" e "valor de troca" e a estranha relação que existe entre dez jardas de linho e um casaco. É o próprio Marx quem, no Prefácio, diz: "Os primeiros passos são sempre difíceis e isto verifica-se em todas as ciências. Por conseguinte, o primeiro capítulo, particularmente a secção que contém a análise das mercadorias, é a parte que apresenta maiores dificuldades à compreensão" (Capital, Vol. 1, p. 7).*

*Esta dificuldade deve-se ao facto de Marx tentar explicar sistematicamente os conceitos básicos fundamentais para a sua análise global do capital. E por explicação sistemática entende Marx aquela que não se limita a enumerar os conceitos uns a seguir aos outros, antes faz decorrer cada um deles do anterior. Assim, por exemplo, Marx não explica o conceito de "mercadoria" — que é o ponto de partida da sua análise — como algo que pode ser definido uma vez por todas. Uma mercadoria tem um valor de uso, mas tem também um valor de troca. A partir da relação entre valor-de-uso e valor-de-troca, Marx desenvolve a necessidade do dinheiro. Toda a gente sabe que as mercadorias se compram com dinheiro. A mercadoria e o dinheiro estão necessária e mutuamente relacionados desta ou daquela maneira, pois são mutuamente permutáveis. Mas qual a razão disso? É o que Marx analisa, mostrando a sua conexão interna. Só depois disso pode desenvolver o conceito de capital. Podemos ver a partir desta sucessão (mercadoria-dinheiro-capital) que há que começar por estudar a análise da mercadoria e do dinheiro, antes de podermos compreender as relações capitalistas de produção naquela baseadas.*

*A este método de análise chamava Marx "o movimento ascendente que sobe do abstracto para o concreto". Ele começa por abordar o conceito mais geral e abstracto (mercadoria) e vai desenvolvendo até chegar ao concreto mais complexo (o capital e as suas contradições). Por conseguinte, se pretendermos encontrar em Marx uma resposta às questões concretas, temos que fazer o esforço necessário para começar pelos conceitos abstractos e de seguir o seu desenvolvimento posterior passo a passo.*

## SECÇÃO I

### MERCADORIA E DINHEIRO

#### 1. Os fundamentos gerais da sociedade produtora de mercadorias

É nosso objectivo analisar os fundamentos económicos e sociais gerais da sociedade burguesa actual. A palavra "sociedade" significa que há um conjunto de seres humanos que vivem juntos, numa forma ou doutra. Para se manterem vivos têm que levar a cabo três coisas:

1. Têm que produzir as coisas de que necessitam pelo seu próprio trabalho, utilizando a sua própria força, isto é, os seus músculos e instrumentos auxiliares, como máquinas ou ferramentas, por exemplo, para agirem sobre determinado objecto e criarem assim produtos.

2. Duma forma ou de outra *distribuem* entre si esses produtos do seu trabalho.

3. Os membros individuais da sociedade *consomem* os produtos distribuídos de acordo com as suas *necessidades*.

De que maneira isto se passa na sociedade burguesa? Como é que as pessoas provêm à sua subsistência neste tipo particular de sociedade? Para podermos responder a estas duas perguntas, temos que analisar as relações burguesas de produção, isto é, teremos que analisar *a forma como* as coisas são produzidas nesta sociedade.

A massa da população na sociedade burguesa é constituída por *trabalhadores assalariados*. Estes têm uma colocação e estão empregados por conta de outrem, mas a única coisa que possuem é a sua

força de trabalho; os meios de produção, tal como os produtos que produzem, pertencem a outras pessoas, ao patrão, ou mais correctamente, ao *capitalista*. É precisamente essa relação entre o capitalista e o trabalhador assalariado que constitui o objecto da nossa análise. Antes de podermos entender esta relação, teremos que explicar o carácter *geral* do modo de produção burguês.

*A sociedade burguesa é uma sociedade que produz mercadorias.* A relação entre o trabalho assalariado e o capital só se torna clara à luz desta característica geral, característica do actual modo de produção. Por conseguinte, nesta primeira secção examinamos a sociedade burguesa no respeitante à produção de mercadorias, não tomando para já em consideração a relação entre trabalho assalariado e capital.

#### a. Propriedade privada

A produção de mercadorias é uma forma de produção prosseguida por produtores independentes privados que *possuem* a sua força de trabalho, os seus meios de produção e os produtos resultantes do seu trabalho. Os produtos que possuem são produtos do seu próprio trabalho: como foi o Agricultor X quem plantou e colheu o cereal, é a ele que este pertence; mas isto só assim é, porque, simultaneamente, ele possui os seus meios de produção, incluindo a terra. Assim, é através da propriedade privada dos meios de produção que nas sociedades de produção mercantil os indivíduos isolados privados possuem o produto do seu trabalho.

#### b. Divisão do trabalho

*A divisão social do trabalho* é outra condição prévia característica desta sociedade, para além da propriedade privada. O indivíduo não tem todas as profissões necessárias para satisfazer as suas múltiplas necessidades (de alimentação, de vestuário, de habitação, de meios de produção, etc.). Pelo contrário: *a multiplicidade* de necessidades de cada indivíduo isolado na sociedade mercantil está em oposição

ao carácter *unilateral* do seu trabalho. Cada indivíduo só tem *uma* profissão. Ou é agricultor ou padeiro, ou é carpinteiro ou trolha, mecânico ou engenheiro. Não tem nunca todas as profissões ao mesmo tempo. Por isso, só conseguirá subsistir se puder simultaneamente adquirir os produtos de trabalho de outrem. Como, nesta sociedade, cada pessoa tem uma profissão particular *todos dependem uns dos outros* e isto decorre da divisão do trabalho no seio da produção mercantil.

#### c. Troca simples

Os produtos executados pelos diferentes trabalhos privados, concretos, têm de ser trocados. *A forma* da distribuição nas sociedades de produção mercantil é determinada pelo facto de a produção se encontrar nas mãos dos produtores privados. Os indivíduos privados produzem independentemente uns dos outros, não se reúnem com o fim de planearem e de controlarem a sua produção. Tal far-se-ia se registassem toda a produção e se organizassem conscientemente a distribuição dos produtos; mas isso significaria que as suas relações de produção não seriam já relações entre produtores privados. O produtor privado de mercadorias apenas controla a sua própria produção. Um costureiro distribui rigorosamente o seu tempo, sabe durante quanto tempo e com que intensidade tem que trabalhar e de que materiais necessita. Mas este seu poder não se estende para lá das quatro paredes da sua oficina. Se quiser pão tem que ir ao mercado, onde o poderá comprar e adquirir tudo o que necessitar — embora só o consiga trocando essas coisas com os seus próprios produtos.

*Os produtores privados trocam os seus produtos entre si.* Nas sociedades produtoras de mercadorias a distribuição dos produtos assume a *forma da troca*. Do ponto de vista da distribuição dos produtos esta sociedade é *uma sociedade de mercado*. A troca de produtos é condição necessária da subsistência de toda a gente nesta sociedade. Todo o indivíduo isolado depende dos produtos dos outros, que só pode obter trocando-os pelos seus próprios produtos.

Propriedade privada, divisão do trabalho e troca são característi-

cas fundamentais da sociedade produtora de mercadorias, que regulam a produção e o consumo dos indivíduos nesta sociedade. Os produtos dos produtores privados são à partida produzidos para a troca. Não são consumidos pelos seus produtores mas por quem os adquire através da troca. A este tipo de produto chama-se *mercadoria*. Só são mercadorias os produtos executados por trabalho privado separada e independentemente dos outros; só estes produtos se defrontam mutuamente na troca como mercadorias, quer dizer, um produto do trabalho só se torna uma mercadoria no quadro de condições sociais em que imperam a propriedade privada, a divisão do trabalho e a troca e quando estas três condições não se verificam, um produto não pode chamar-se mercadoria.

Conhecidas as três condições gerais da sociedade de mercado burguesa, podemos dizer que, por um lado, os membros desta sociedade vivem completamente separados uns dos outros em consequência da propriedade privada, mas que, por outro lado, dependem todos uns dos outros, por força da divisão do trabalho, isto é, porque todos necessitam dos produtos de todos os outros para subsistirem. Contudo, os proprietários privados só entram em relação uns com os outros enquanto trocam as mercadorias entre si. Nessa altura não entram em relação mútua como pessoas interessadas umas nas outras, enquanto seres humanos, mas apenas enquanto produtores de mercadorias; *limitam-se a relacionar as suas mercadorias com as dos outros* e só por esta forma indirecta entram em contacto. Por conseguinte, ao venderem e comprarem mercadorias não lhes interessam para nada os outros seres humanos. Ao dono de um quiosque, pouco lhe importa quem lá vai comprar-lhe os cigarros: enquanto consumidores todos são iguais, todos pagam o mesmo. Por outro lado, também ao comprador de cigarros pouco lhe importa qual o quiosque onde vai comprar cigarros. Para ele, a melhor forma ainda é comprá-los numa máquina distribuidora, poupando-lhe e ao dono do quiosque o trabalho de ter que empregar essas tolas relíquias da fala de todos os dias, tais como "Sim, querido" ou "Obrigado, amor"

Nesta indiferença para com as expressões de cortesia, podemos ver claramente como, numa sociedade burguesa, as pessoas permanecem estranhas umas às outras, mesmo nos seus contactos sociais.

Por conseguinte, como escreve Marx, para os produtores privados de mercadorias, "as relações que ligam o trabalho de um indivíduo com o de todos os restantes surgem, não como relações sociais entre indivíduos que trabalham, mas como o que realmente são, *como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas*" (*Capital*, Vol. 1, p. 73).

## 2. A mercadoria

### a. Valor-de-uso

*Os valores de uso têm diferentes qualidades.*

À primeira vista, a mercadoria isolada surge como um objecto com características muito concretas; as suas qualidades naturais como, por exemplo, a matéria-prima de que são feitas, a substância, a forma, a cor, o tamanho, o peso, etc., distinguem-na de todas as outras. Como atrás dissemos todo aquele que adquire uma mercadoria através da troca consome-a. Fá-lo porque o seu carácter natural específico lhe é *útil*. A utilidade de uma coisa transforma-a num *valor-de-uso*. O valor-de-uso de uma mercadoria é determinado pela utilidade que tem para o seu consumidor. A correspondente *necessidade* humana decide se a mercadoria será ou não consumida. Por conseguinte, podemos dizer que as mercadorias se diferenciam umas das outras pelo seu valor-de-uso; têm qualidades diferentes, *não-iguais*. A cada necessidade específica corresponde uma mercadoria com características específicas. As mercadorias só são trocadas porque o seu valor-de-uso tem qualidades distintas.

### b. Na troca as mercadorias possuem as mesmas qualidades

As mercadorias que são trocadas diferem umas das outras — têm diferentes valores-de-uso. No entanto, a troca significa *identificação*. Se eu trocar duas cadeiras por um casaco, porque sou marceneiro e só produzo cadeiras, mas preciso de um casaco para o Inverno, estarei a equiparar o produto do meu trabalho como marceneiro — isto é, duas cadeiras — com o casaco que quero comprar.



Quando duas coisas são equivalentes e equiparáveis, quer dizer que são iguais. No entanto, verificamos que as mercadorias permutadas diferem uma da outra, que não são iguais. Portanto, temos que responder às duas perguntas seguintes. Em que base é que as duas mercadorias se equiparam uma à outra? Que característica, para além de ser valor-de-uso, tem que ter uma mercadoria para que possa preencher a segunda condição: ter a mesma qualidade de todas as outras mercadorias?

Para responder a isto, temos que voltar a perguntar: o que é que se troca? Mercadorias. O que são as mercadorias? São produtos que têm valor de uso para outra pessoa. Que são produtos? Coisas que foram produzidas: *as mercadorias são resultado do trabalho*. São produzidas por pessoas e isto, quer dizer, o facto de ter havido pessoas a trabalhar com vista à produção dessas mercadorias, é o que distingue as mercadorias das substâncias naturais imediatas. *As mercadorias são produto do trabalho*.

#### c. Valor. Como valores

todas as mercadorias têm uma qualidade comum

Enquanto valores-de-uso, as mercadorias são, é claro, produto de um trabalho prático específico: as cadeiras são produto do trabalho do marceneiro, um casaco é produto do trabalho do alfaiate, etc. Da mesma forma, como os valores-de-uso dos produtos singulares são *não-iguais*, as diferentes espécies de trabalho necessárias à sua produção são também não-iguais. Não obstante, todas as mercadorias são produto do trabalho humano geral, relativamente ao qual são todas *iguais*. Enquanto trabalho geral em si, e como tais, todas as profissões são directamente iguais, pois todas, por mais diferentes que sejam, constituem uma aplicação e um dispêndio de força de trabalho. Ao fim dum dia de trabalho sentimo-nos totalmente esgotados, seja qual for o nosso trabalho. O facto de ter havido pessoas que dispenderam forças de trabalho para a sua produção é *a qualidade comum* que procurávamos.

Na troca, o trabalho particular do marceneiro e do alfaiate tornam-se equivalentes. As formas respectivas desses trabalhos particu-

lares são indiferentes, embora não desapareçam na identificação. O trabalho de marceneiro (a sua arte) não deixa de ser a arte do marceneiro. Mas o que interessa é que na troca não se evidenciam apenas as diferenças entre estes tipos de trabalho, mas também *a sua equivalência*. Quanto aos diferentes tipos de trabalho concreto particular continuam a ser diferentes, mas a relação de troca exprime a equivalência das mercadorias, apesar das suas diferenças. Na sua qualidade de produto de tal trabalho geral abstracto todas as mercadorias comungam de uma qualidade: *são valores*. Assim como para todas as artes, para todas as profissões, para todo o trabalho concreto, existe uma qualidade comum, que é o "trabalho abstracto", também para as mercadorias existe uma propriedade comum: o "valor equivalente". O valor não é uma qualidade natural da mercadoria, não é uma qualidade que possamos compreender com os nossos sentidos. É uma qualidade *social*. Só surge no processo da troca. Isso significa que as mercadorias são resultado de um trabalho geral, abstracto que é directa e imediatamente igual a qualquer outro trabalho.

O facto de o valor ser uma qualidade social e não natural é de primeira importância. Não podemos sentir ou ver o valor, mesmo que examinemos a mercadoria aos raios X ou a cortemos aos pedaços. No entanto, esta qualidade das mercadorias — isto é, o serem valores — não é uma noção sem sentido. Com efeito, podemos ver, durante o processo de troca, que o valor das mercadorias existe. Na troca, as mercadorias só se encontram e permutam porque são equivalentes enquanto valores, porque são valores. Os valores existem, porque a relação de troca, entre mercadorias é uma realidade social e, da mesma forma que os produtos só são mercadorias quando se verificam as três condições da propriedade privada, da divisão do trabalho e da troca, também esses mesmos produtos só possuem a qualidade de serem valores se se verificarem essas mesmas condições.

Toda a mercadoria isolada, de per si, é simultaneamente *valor-de-uso e valor-de-troca*, conforme for encarada como produto de um trabalho específico, concreto, útil (trabalho *concreto, individual*) ou como resultado de um trabalho directamente equivalente (trabalho *geral, abstracto*). As cadeiras e o casaco diferem entre si na sua qualidade de valores-de-uso, mas, como valores, são equivalentes.

Assim, as mercadorias têm que ser consideradas de um duplo ponto de vista, como valores-de-uso, por um lado, e como valores, por outro. Esta dualidade de pontos de vista resulta do *carácter duplo da própria mercadoria*: o seu valor-de-uso e o seu valor.

d. A quantidade de valor.

O tempo de trabalho socialmente necessário

Trocamos duas cadeiras por um casaco (2 cadeiras = 1 casaco). Ambas as mercadorias são valores, mas estes valores têm uma certa *quantidade*. Neste exemplo, a identificação exprime a igualdade de ambas as quantidades de valor: duas cadeiras valem o mesmo que um casaco. O valor de um casaco é duplo do de uma cadeira. A relação de troca não exprime apenas a *qualidade* igual, comum, das mercadorias enquanto valores, patenteia também as quantidades relativas em que duas mercadorias são trocadas. Como se determina socialmente a quantidade de valor?

O valor é resultado de trabalho humano abstracto, de trabalho em geral. A sua quantidade é medida pelo montante de trabalho abstracto que a gerou; é, por conseguinte, determinada pela duração do trabalho humano, pelo trabalho humano dispendido na sua produção. Uma hora de trabalho humano abstracto resulta numa certa quantidade de valor; suponhamos que para produzir uma cadeira era necessário exactamente uma hora de trabalho. Nesse caso, a quantidade de valor existente em duas cadeiras seria exactamente de duas horas. Da equação 2 cadeiras = 1 casaco, podemos inferir que o casaco tem que incorporar uma quantidade de valor de duas horas também. A confecção do casaco leva duas vezes o tempo da uma cadeira, isto é, duas horas. Podemos concluir que o valor de uma mercadoria aumenta proporcionalmente à quantidade de tempo necessária à sua produção. Ora, poder-se-ia pensar que um produtor mais lento ou preguiçoso criaria mercadorias mais valiosas do que um outro que trabalhasse mais rápido, porque, no fim de contas, dispenderia mais tempo nessa produção do que o segundo; no entanto, não podemos tomar como padrão para a produção de valor a produtividade individual de um único produtor, tomado

isoladamente. A quantidade de valor tem que ser *socialmente válida* e, por conseguinte, teremos que basear as nossas considerações numa média social de qualificação e intensidade de trabalho e na média social das condições de produção. O *tempo de trabalho socialmente necessário* é o tempo dispendido apenas em produtos criados nestas condições e é este o padrão que determina a quantidade de valor das mercadorias. O produtor que trabalha mais lentamente do que os outros só recebe na troca o valor social médio. Quando o tempo de trabalho socialmente necessário se altera, por exemplo, quando há uma introdução geral de máquinas mais aperfeiçoadas, então a produção de um casaco poderá baixar em média para metade do tempo anteriormente necessário e, nesse caso, o valor do casaco terá diminuído para metade do seu valor. Até agora, pressupusemos que a troca se fazia entre valores de igual quantidade, o que não é suficientemente rigoroso. A quantidade de valor é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, isto é, por uma quantidade média. Tal *média não pode ser nunca calculada* pelo produtor individual isolado de mercadorias nem pode de maneira nenhuma ser regulamentado. A média tem que ser achada no próprio mercado através dos altos e baixos da oferta e da procura; se a procura exceder a oferta, as mercadorias serão vendidas a um preço superior ao seu valor; se a procura for inferior à oferta, as mercadorias serão vendidas abaixo do seu valor. A longo prazo, estes movimentos equilibram-se, de modo que, em média, as mercadorias são vendidas ao seu valor. Marx sublinha que as leis imanentes pelas quais se trocam quantidades iguais de valor “se impõem apenas através de irregularidades aparentemente sem lei que se compensam umas às outras” (*Capital*, Vol. 1, p. 102). Assim, a sociedade produtora de mercadorias, cuja existência depende do funcionamento do mercado, baseia-se em leis imanentes que funcionam *automaticamente* e independentemente da vontade consciente das pessoas implicadas.

### 3. O processo de troca

Ficou patente que a mercadoria tem uma natureza dupla — o seu valor-de-uso e o seu valor-de-troca — e que a quantidade de valor é determinada pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria. No processo de troca podemos ver o papel social das duas características da mercadoria. Vamos agora analisar isto mais de perto.

“Normalmente as mercadorias são trocadas por dinheiro”. No entanto, para compreendermos o que é realmente o dinheiro, temos que começar por considerar o processo de troca directa de duas mercadorias, *A* e *B*. Essa relação de troca simples é o ponto de partida para a análise que se segue e em que se explica o carácter especial do dinheiro.

#### a. A relação de troca simples entre duas mercadorias (forma elementar do valor)

As mercadorias são valores-de-uso, porque são úteis para o seu comprador, e são valores, porque resultam do trabalho humano abstracto. Contudo, o valor *não é visível* na troca. Aquilo que *se vê* é apenas a troca de *valores-de-uso*. Embora a análise da relação de troca nos leve à conclusão de que a mercadoria isolada possui uma dupla natureza (valor-de-uso e valor), se considerarmos a relação de troca como um todo, *só os valores-de-uso são visíveis*. Duas mercadorias que se defrontam manifestam:

1. Valores-de-uso diferentes.
2. Valores iguais.

A diferença entre os seus valores-de-uso é imediatamente evidente. A equivalência dos seus valores, no entanto, exprime-se pela relação de troca de uma maneira tal que *o valor-de-uso duma mercadoria representa o valor da outra*:

$$2 \text{ cadeiras} = 1 \text{ casaco (forma elementar do valor)}$$

Nesta equação o *valor-de-uso* casaco representa o *valor* de 2 cadeiras. Podemos dizer que duas cadeiras valem um casaco. A

mercadoria que representa o valor da outra — o casaco, neste caso — chama-se *equivalente*. No nosso exemplo, o casaco é equivalente das cadeiras. A função do casaco consiste em, como equivalente, representar o valor das duas cadeiras — sendo simultaneamente um valor-de-uso para outras pessoas, isto é, neste caso o marceneiro. O casaco é:

1. valor-de-uso para o marceneiro e
2. representa o valor das cadeiras.

Quer dizer, não serve apenas de peça de vestuário, serve também de equivalente. Preenche as duas funções sob a forma de um valor-de-uso, no seu carácter natural. Mas, só na relação de troca o valor-de-uso “casaco” exprime o equivalente das cadeiras. O alfaiate produziu um equivalente, isto é, sobretudo valor, porque o casaco não tem valor-de-uso para ele; uma vez que é produtor de mercadorias e produz exclusivamente para o mercado, o alfaiate só pode utilizar o casaco como meio de troca. O alfaiate produz uma mercadoria equivalente para a trocar pelas cadeiras de que necessita. Por conseguinte, sempre que as pessoas produzem para a troca, produzem equivalentes, isto é, meros valores. A forma específica do valor-de-uso que encarna o valor é-lhes indiferente (1).

#### b. O processo de troca desenvolvido e a origem do dinheiro

O exemplo que até agora utilizámos apresenta uma dificuldade: ambos os produtores de mercadorias, o marceneiro e o alfaiate, trocam as suas mercadorias *directamente*. Esse método só funciona desde que as cadeiras tenham valor-de-uso para o alfaiate e o casaco tenha valor-de-uso para o marceneiro. Neste caso, a troca realiza-se apenas porque ambos os produtores podem satisfazer as suas necessidades específicas com o valor-de-uso produzido precisamente pela outra parte e isto, é claro, é um puro acaso. Se um marceneiro for ao mercado para adquirir um casaco, não terá que encontrar um alfaiate que apenas esteja a oferecer casacos, como necessita também de cadeiras. Só na eventualidade de encontrar um alfaiate que queira efectuar tal troca poderá o marceneiro desfazer-

se das suas cadeiras e receber em troca o casaco escolhido. No entanto, o marceneiro, como qualquer outro homem, tem mais algumas necessidades adicionais, precisa de mais coisas além do simples casaco; supunhamos então que pelas suas duas cadeiras poderia adquirir também 500 quilos de batatas, ou três pares de sapatos, ou cinco garrafas de aguardente, ou 20 metros de tecido de algodão, ou 10 gramas de ouro:

2 cadeiras = 1 casaco ou 500 quilos de batatas ou 3 pares de sapatos ou 5 garrafas de aguardente ou 20 metros de algodão ou 10 gramas de ouro	(forma desenvolvida do valor)
--	----------------------------------

As cadeiras têm tantos equivalentes possíveis quantas as mercadorias que o marceneiro possa escolher. No entanto, é evidente que o marceneiro só pode trocar as suas cadeiras se os outros produtores — neste caso, o alfaiate, o agricultor, o sapateiro, o destilador, o tecelão ou o pesquisador de ouro — quiserem adquirir cadeiras. Por outro lado, para o pesquisador de ouro, isto quereria dizer que só poderia adquirir cadeiras, casacos, batatas, sapatos, aguardente ou tecidos de algodão, caso o marceneiro, o alfaiate, o sapateiro ou o destilador ou o tecelão desejassem 10 gramas de ouro:

10 gramas de ouro = 2 cadeiras ou 1 casaco ou 500 quilos de batatas ou 3 pares de sapatos ou 5 garrafas de aguardente ou 20 metros de algodão	(forma desenvolvida do valor)
--	----------------------------------

Reconhecemos nesta fórmula que todas as mercadorias têm uma certa quantidade de equivalentes específicos e só por puro acaso ou após uma longa busca cada produtor encontraria um parceiro com quem pudesse trocar os seus valores-de-uso. Esta dificuldade resulta do facto de todas as mercadorias "não (serem) valores-de-uso para os seus proprietários e serem valores-de-uso para os que não são seus proprietários" (*Capital*, Vol. 1, p. 85). Vimos também que se um

marceneiro pode trocar as suas cadeiras por muitas outras mercadorias, representando assim os seus valores por um certo número de outros valores-de-uso, todos os outros produtores de mercadorias têm também que poder permutar os bens de que dispõem por cadeiras e representar os valores das suas mercadorias numa única e terceira mercadoria, nomeadamente em cadeiras:

1 casaco ou 500 quilos de batatas ou 3 pares de sapatos ou 5 garrafas de aguardente ou 20 metros de tecido ou 10 gramas de ouro	= 2 cadeiras	(forma geral do valor)
--	--------------	------------------------------

OU:

2 cadeiras ou 1 casaco ou 500 quilos de batatas ou 3 pares de sapatos ou 5 garrafas de aguardente ou 20 metros de tecido de algodão	= 10 gramas de ouro	(forma geral do valor)
--	---------------------	------------------------------

As cadeiras (o ouro) representam agora os valores de todas as outras mercadorias. Estas exprimem os seus valores colectivamente numa mercadoria separada que se torna assim o *equivalente geral* ou comum para *todas* as outras mercadorias. Esta mercadoria é o *dinheiro*.

Antes de desempenhar realmente o papel de dinheiro, uma mercadoria tem que ser *socialmente* reconhecida como mercadoria-dinheiro. É dinheiro a partir do momento em que é a *única* mercadoria na sociedade que funciona como equivalente geral.

O desenvolvimento do dinheiro não é influenciado por um plano consciente dos produtores. Os produtores privados de mercadorias funcionam independentemente uns dos outros e a distribuição dos produtos é levada a cabo puramente ao acaso, de acordo com as respectivas condições actuais de troca. O dinheiro só entra neste quadro quando a comparação de todas as mercadorias produzidas com uma mercadoria específica se torna *prática comum*, quando

esta última mercadoria se torna equivalente geral. Sobre que mercadoria recairá a função do dinheiro é coisa que dependerá da forma como os produtores habitualmente exprimem os valores dos seus produtos, quer dizer, que dependerá de ser o gado, as conchas, as peles, os cigarros, um metal precioso, ou peixe seco que exprimam o valor. Aquilo a que chamámos “prática comum” é um processo que — como Marx diz — se passa “nas costas dos produtores”, isto é, que se desenvolve a partir da prática diária, independentemente do planeamento consciente e da consciência dos produtores isolados. Por conseguinte, a opinião segundo a qual o dinheiro foi conscientemente inventado pelos produtores e introduzido como um dispositivo técnico destinado a fazer frente às dificuldades do processo de troca, é errada.

Historicamente, foi o *ouro* que se tornou a mercadoria dinheiro na sociedade burguesa; para o produtor de ouro é também a mercadoria específica que ele produz. Assim, o ouro tem um papel duplo: é um metal precioso que serve para fazer artigos de joalheria, para confeccionar dentes postiços, etc., e é o equivalente geral — o meio de troca geral.

#### 4. Funções do dinheiro

##### a. O dinheiro como meio de circulação

Embora o dinheiro seja apenas uma mercadoria especial, é uma mercadoria com uma função específica definida que se desenvolve através do processo de troca. As mercadorias específicas já não se defrontam mutuamente na troca, antes são permutadas por dinheiro. A troca cinde-se por conseguinte em duas partes: a transformação da mercadoria em dinheiro (= venda) e do dinheiro em mercadoria (= compra). Assim, o dinheiro é o intermediário da troca de mercadorias, da *circulação*. Serve como meio de circulação:

Mercadoria (M) — Dinheiro (D) — Mercadoria (M)  
M — D — M

Cada uma das duas partes já não tem, necessariamente, que consumir mutuamente as mercadorias da outra para que a troca prossiga: o possuidor de mercadorias (A) procura alguém (B) que deseje a sua mercadoria. B tem que ter dinheiro; A receberá o dinheiro de B e procurará uma terceira pessoa (C) ou várias outras a quem tentará comprar mercadorias com o dinheiro recebido. A compra e a venda já não ocorrem ao mesmo tempo. A troca torna-se assim mais móvel e maleável, tanto mais quanto se podem fazer várias compras simultaneamente com o dinheiro (?).

##### b. O dinheiro como meio de troca

Uma pessoa que vende mercadorias sem comprar outras, com o dinheiro recebido pode utilizar esse mesmo dinheiro como meio de poupança, em vez de o empregar como meio de circulação e de troca. Assim, a circulação M — D — M detém-se após o movimento M — D e o dinheiro não é dispendido. Neste caso, o objectivo da troca é diferente: o produtor já não pretende trocar as suas mercadorias por outras que iriam satisfazer as suas necessidades, antes procura agora preservar e aumentar o valor das *suas* mercadorias.

Isto só é possível se o valor da mercadoria assumir uma forma que permita a sua preservação durante um longo período e possuir aquela sob uma forma que a torne permutável em qualquer altura.

Na sua forma de ouro ou de papel o dinheiro apresenta estas características: é duradouro e imperecível, o seu valor mantém-se constante e é permutável por qualquer outra mercadoria, em qualquer momento.

Porque é que na sociedade de produtores de mercadorias o dinheiro se converte no objectivo e propósito de troca? Por que razão é que as pessoas aforram o dinheiro em vez de o utilizarem na troca imediatamente? Devido à divisão social do trabalho, cada produtor produz exclusivamente uma espécie de mercadorias, ao passo que as suas necessidades são múltiplas. Além disso, as suas necessidades renovam-se constantemente, ao passo que a compra e a venda das suas mercadorias levam tempo e dependem da boa ou má sorte. Por conseguinte, o produtor para sobreviver tem que poder adquirir as coi-

sas que precisa, mesmo que não consiga vender as suas mercadorias ou se veja impedido de as produzir durante um certo período; em tal situação a necessidade da poupança torna-se evidente, pois cada produtor de mercadorias está dependente do mercado e só poderá obter as mercadorias oferecidas se dispuser de dinheiro.

O problema está em saber quanto dinheiro se deve poupar realmente. De quanto dinheiro precisaremos para estarmos garantidos em qualquer situação do mercado e nas crises? Dez contos, cem contos, mil contos? Onde acaba o aforro razoável e onde começa o entesouramento neurótico? Não poderemos responder terminantemente a esta pergunta; só poderemos dizer que quanto mais dinheiro uma pessoa tiver, melhor para ela. Quanto mais dinheiro tiver poupado, mais à vontade se encontrará numa situação de emergência; na realidade, a poupança de dinheiro é um processo sem fim. Qualquer soma de dinheiro, por maior que seja, pode ser aumentada e o aforrador que quer adquirir uma certa independência relativamente às irregularidades do mercado é virtualmente forçado a aumentar o montante de dinheiro poupado. Com efeito, a utilização do dinheiro para o aforramento encerra em si uma estranha contradição.

Poupa-se dinheiro, porque é o equivalente geral, porque representa a riqueza em geral, em si, riqueza com que se podem comprar *todas* as mercadorias — quem possui dinheiro possui tudo; isto, por um lado, é verdade, mas, por outro, não é. Com efeito, embora *qualquer coisa* se possa comprar com dinheiro, ninguém possui *dinheiro enquanto tal*, possui-se sempre uma certa quantidade de dinheiro e com esta quantidade *limitada*, não se pode comprar realmente *tudo*; apenas poderemos comprar uma massa de mercadorias igualmente limitada.

Por conseguinte, o poder e a independência do aforrador, terminam quando este tiver gasto o último tostão das suas economias. Para se furtar a esta situação desagradável ele vê-se forçado a acumular a maior quantidade possível de dinheiro e o aforramento torna-se um processo infundável.

Marx, que chamou à poupança de dinheiro “entesouramento”, exprimia a contradição e o absurdo da poupança desta forma: “O desejo de entesouramento é pela sua própria natureza insaciável. No

seu aspecto qualitativo, ou formalmente considerada, a eficácia do dinheiro não tem limites nem fronteiras, isto é, o dinheiro é o representante universal da riqueza material, porque é directamente convertível em qualquer mercadoria. Mas, simultaneamente, toda e qualquer soma real de dinheiro é de montante limitado e, por conseguinte, como meio de compra, só tem uma eficácia limitada. Este antagonismo entre os limites quantitativos do dinheiro e a sua qualidade ilimitada, age continuamente como um acicate para o entesourador no seu trabalho de sísifo de acumulação; passa-se com ele o mesmo que com um conquistador que, em cada novo país conquistado visse apenas uma nova fronteira, uma nova limitação”. (*Capital*, Vol. 1, p. 133).

O produtor, que tem por fim e desígnio converter as suas mercadorias em dinheiro e acumular esse mesmo dinheiro, terá, é claro, que restringir a satisfação das suas necessidades tanto quanto possível: terá que trabalhar duramente e consumir pouco. Poderá então vender muitas mercadorias, isto é, fazer muito dinheiro e gastar pouco. Por conseguinte, o produtor aforrador terá como principais características a natureza industriosa, a economia e a avazera. Mas por mais duramente que trabalhe, por mais parcamente que consuma, a sua riqueza nunca se aproximará da riqueza enquanto riqueza: ficará sempre a um nível relativamente reduzido e só lenta e gradualmente se expandirá. Com efeito, a única e exclusiva fonte da riqueza é a força de trabalho do produtor. Só será possível aumentar verdadeira e significativamente a riqueza, quando um produtor puser *várias* forças de trabalho ao serviço dos seus desígnios.

## 5. O fetichismo mercantil

O termo “fetiche” provém da etnologia, a ciência que estuda a vida dos povos primitivos. Esse trabalho de investigação revela que os povos primitivos não têm ainda consciência das condições sociais e materiais das suas vidas. Não compreendiam, por exemplo, que as boas colheitas resultavam do seu próprio trabalho, da luta entre o homem e a natureza; acreditavam em poderes sobrenaturais e pensavam que podiam influenciar os poderes da natureza adorando os

resultados da sua actividade como deuses. Acreditavam assim que o produto do seu trabalho possuía poderes mágicos. Na imaginação destes povos, por conseguinte, as coisas mortas adquiriam capacidades humanas ou sobrenaturais e tornavam-se fétiches. Marx redescobriu na sociedade produtora de mercadorias este mecanismo por meio do qual os produtos feitos pelo homem adquiriam capacidades e potencialidades sobrenaturais ou humanas. Nesta sociedade, os poderes naturais não constituem já um segredo; no entanto, os produtos continuam a ter nela um carácter fetichista. Para compreendermos este fetichismo da mercadoria, temos que recordar a *forma social específica da sociedade produtora de mercadorias*.

A necessidade da produção por meio da divisão do trabalho e a forma de distribuição que daí resulta são a base de toda a vida social. A forma específica da produção e distribuição dos produtos é a característica distintiva das diferentes formas de sociedade. Para podermos deduzir o fetichismo da mercadoria a partir da forma específica social da produção, temos que comparar outras formas de sociedade com a sociedade produtora de mercadorias.

Começemos por considerar a relação social entre o senhor medieval e o servo da gleba. Nessa época, a base social era constituída por *relações de dependência pessoal*. Em consequência da dependência do servo relativamente ao senhor da terra, o primeiro tinha que realizar uma certa quantidade de trabalho na terra do segundo; trabalhava nos campos do senhor três dias por semana e passava o resto da semana a trabalhar na sua terra para si e para a sua família. Para essas pessoas as relações de produção eram realmente transparentes, pois a sua dependência mútua era imediatamente patente, assumindo a forma de dependência pessoal.

Outra forma de sociedade é a da família rural independente que produz apenas para satisfazer as suas próprias necessidades. As tarefas são repartidas pelos membros da família, de forma que as forças de trabalho individuais têm o efeito duma força de trabalho colectiva e comum. Embora haja divisão do trabalho entre os membros da família, os produtos do seu trabalho não se tornam mercadorias. Cada membro da família recebe uma fracção dos meios de subsistência comumente produzidos e, neste caso, tal como no exemplo anterior, as relações sociais permanecem transparentes para todas as

pessoas. Aqui o trabalho *individual é uma fracção imediata do trabalho social*. A produção e a distribuição dos produtos não constituem segredo para ninguém.

Na sociedade baseada na produção de mercadorias, em que não há apenas divisão do trabalho, em que há também propriedade privada dos meios de produção, rompe-se a unidade imediata entre o trabalho social e individual característica da família rural. A propriedade privada dos meios de produção obriga cada produtor a trabalhar isoladamente e, por isso, o produtor isolado, já não sabe o que é que os outros produtores estão produzindo, nem quanto, ou com que ritmo. Só quando trocam os seus diferentes produtos os produtores privados descobrem se o seu trabalho privado constitui ou não uma parte do trabalho total da sociedade: só se verificará que o trabalho privado concreto é parte do trabalho total necessário e útil à sociedade se a troca tiver êxito. Os produtores de mercadorias não conhecem esta relação social, mas no entanto estão-lhe sujeitos e agem em conformidade com ela.

O fetichismo mercantil já predomina na forma simples, elementar, do valor em que duas mercadorias se trocam directamente sem mediação do dinheiro. Na equação 2 cadeiras = 1 casaco há dois valores-de-uso que se defrontam, mas que exercem funções diferentes segundo a sua relação específica na equação. Pela sua posição na equação, o casaco assume a função de representar o valor das duas cadeiras, enquanto na troca real há apenas dois valores-de-uso face a face. Por conseguinte, o valor de uma mercadoria só pode exprimir-se num valor-de-uso. Se a equação se destina a exprimir o valor das duas cadeiras, então o casaco passa a servir de termo de comparação e pode-se dar resposta à pergunta: "qual é o valor das duas cadeiras?" Valem um casaco. Aqui uma certa quantidade de um valor-de-uso especial representa o valor das duas cadeiras. Isto só é possível porque tanto as cadeiras como o casaco contêm trabalho social, embora em nenhuma das mercadorias isso seja patente. Pelo contrário, o valor-de-uso casaco parece ser permutável pelas suas características naturais de valor-de-uso.

Assim, para os proprietários de mercadorias envolvidos na troca, as mercadorias parecem trocar-se em virtude de algum misterioso carácter natural próprio. Os produtos do trabalho humano parecem

adquirir uma existência individual; a esta situação em que as mercadorias produzidas pelo homem adquirem uma vida autónoma e poder sobre os seres humanos chama Marx *fetichismo mercantil*.

Este fetichismo reforça-se quando as mercadorias habitualmente se trocam por dinheiro (ouro ou papel) em vez de serem directamente permutadas. Agora, são, ou um certo metal precioso, ou um simples pedaço de papel, que parecem possuir a qualidade mágica de poder comprar todas as mercadorias disponíveis. E parecem ter estas qualidades e capacidades apenas porque são valores-de-uso, porque são simples moedas de metal ou simples pedaços de papel.

Os produtores já não reconhecem que o dinheiro não é mais do que o equivalente geral, isto é, do que a expressão do humano trabalho abstracto, geral. O facto de a compra e a venda com dinheiro e por meio do dinheiro não ser mais do que uma relação social especial entre produtores isolados de mercadorias encontra-se completamente mascarado. Como a sua produção não é levada a cabo em comum, os produtores de mercadorias são obrigados a correr atrás do dinheiro, entrando em concorrência uns com os outros. Assim, tudo se passa como se eles fossem independentes uns dos outros, mas todos dependem do dinheiro. O dinheiro domina o conjunto da sociedade como um fetiche: o dinheiro rege o mundo.

Na medida em que é um produtor privado de mercadorias, cada produtor apenas faz planos para si mesmo, e, por conseguinte, é obrigado a produzir para um mercado não planeado, anónimo. Como as pessoas não se associam, não planeiam a sua produção de uma forma conjunta e consciente, os seus próprios produtos surgem-lhes como poderes alheios no mercado. A troca parece ser um processo entre mercadorias, uma relação entre simples coisas. A relação das mercadorias umas com as outras, e posteriormente com o dinheiro, exprime a relação entre as próprias pessoas. A interdependência dos produtores oculta-se por detrás da troca de mercadorias. Não é uma relação transparente de dependência pessoal como a que existe entre o senhor feudal e o servo da gleba. A aparente independência entre os produtores privados transforma-se na sua dependência relativamente à troca de mercadorias relativamente às leis intrínsecas imanes, do mercado.

O facto de as relações sociais entre as pessoas assumirem a forma

de uma relação entre coisas não se aplica apenas à pequena produção mercantil simples; é válida também para a produção *capitalista* de mercadorias. Na sociedade capitalista, em que o capitalista possui os meios de produção e o operário apenas possui a sua força de trabalho, o fetichismo mercantil e o fetichismo do dinheiro aparecem sob uma forma mais desenvolvida (Cf. Secção 4, ponto 9).

O fetichismo da mercadoria só desaparece na associação dos produtores livremente associados — só desaparece quando, simultaneamente, se transcende a própria mercadoria. Nessa altura, as pessoas já não estão face a face como simples partes contratuais dum processo de troca, como simples apêndices das suas mercadorias; planeiam a sua produção consciente e colectivamente: "No quadro da sociedade cooperativa baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores já não trocam os seus produtos: o trabalho dispendido na produção das coisas já não aparece *como valor desses produtos*, como uma das suas qualidades materiais factuais, porque nessa altura, ao contrário do que acontece na sociedade capitalista, *o trabalho individual existe como parte integrante do trabalho social total numa forma directa e imediata* já não de uma forma indirecta" (Karl Marx, *Crítica do Programa de Gotha*).



## SECÇÃO II

### A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

Na primeira secção desenvolvemos a fórmula M-D-M (troca mediada pelo dinheiro) a partir da fórmula M-M. Em resultado da mediação da troca de mercadorias pelo dinheiro, surge a possibilidade de a compra e a venda se cindirem em dois processos separados: quando um produtor vende os seus produtos sem comprar mercadorias do mesmo valor, pode guardar para si a correspondente soma de dinheiro, com esse mesmo dinheiro pode mais tarde comprar sem prévia venda. Contudo, o poder do dinheiro como mercadoria geral, permutável por todas as outras mercadorias, só dura enquanto o dinheiro não voltar a ser gasto. Por conseguinte, através da poupança, o possuidor de dinheiro não pode fazer mais dinheiro do que o que já possui realmente. A poupança desenrola-se exteriormente ao processo de compra e venda. Por conseguinte, uma vez que é impossível incrementar o dinheiro que se possui exteriormente ao processo de troca, temos que indagar se será possível no seu interior.

#### 1. A circulação de mercadorias e o dinheiro

A circulação simples de mercadorias (M-D-M) é um processo completo em si: um produtor troca a sua mercadoria por dinheiro que já não tem valor-de-uso para ele e com esse dinheiro compra mercadorias que satisfazem as suas necessidades (que terão valor-de-uso para ele).

A mediação da troca pelo dinheiro torna possível a separação entre a compra e a venda e a poupança de dinheiro. Se o dono de dinheiro compra mercadorias no mercado e volta a vendê-las ulteriormente, o processo de troca transforma-se em D-M/M-D ou, mais simplesmente, em D-M-D. No entanto, este processo (D-M-D) parece não ter sentido, parece ser absurdo, pois no termo do processo, o possuidor de dinheiro não tem nem mais um tostão do que no princípio, nem recebeu em troca um valor-de-uso (como acontecia com o produtor atrás mencionado), antes expôs o seu dinheiro aos riscos do mercado. Com efeito, ninguém pode garantir que conseguirá voltar a vender as mercadorias que comprou ao mesmo preço. Isso só o mercado o decidirá — por cima da cabeça das pessoas que trocam mercadorias.

A circulação D-M-D (comprar para vender) parece absurda. Apesar disso, Marx escreve: “o dinheiro que circula desta última maneira transforma-se assim em capital, torna-se capital” (*Capital*, Vol. 1, p. 147). Para explicarmos isto, teremos que analisar as diferenças existentes entre os dois tipos de circulação (M-D-M e D-M-D), assim como as características que lhes são comuns. É comum às duas circulações o facto de consistirem numa compra e numa venda e de, além disso, na permuta M-D e D-M, os valores trocados serem iguais. A circulação M-D-M é caracterizada pelo facto de haver valores-de-uso com diferentes qualidades no princípio e no fim do processo. O objectivo da troca é o consumo de valores-de-uso. Sob este ponto de vista, a circulação D-M-D começa e termina pelo dinheiro, o próprio valor de troca. Contudo, como aqui só o dinheiro interessa, este tipo de troca só fará sentido se o possuidor de dinheiro receber no fim mais dinheiro do que aquele com que entrou inicialmente. Por conseguinte, pelo seu próprio designio, a circulação D-M-D é um movimento com base no dinheiro — e significa não D-M-D, mas D-M-D', querendo-se com D' exprimir a quantidade final de dinheiro; esta, que deverá ser maior que a quantidade inicial, terá que lhe acrescentar uma *mais-valia* (É assim que Marx designa o excedente relativamente ao dinheiro originalmente avançado). Só por este processo de expansão do valor, de valorização, o dinheiro se transforma realmente em *Capital*.

Este processo de expansão não tem limites, pois que, enquanto o

fim da circulação M-D-M é obter o valor-de-uso, isto é, satisfazer uma necessidade de determinada qualidade e de quantidade limitada, o princípio e o fim da circulação D-M-D' são uma e a mesma coisa, isto é, dinheiro. Mas a soma de dinheiro tem que ser maior no fim do processo do que no princípio; por conseguinte, o processo de expansão do capital não conhece limites.

## 2. A circulação das mercadorias e a mais-valia

Sabemos da primeira secção deste livro que, normalmente, na troca de mercadorias se permutam valores iguais. Marx designa a troca de valores iguais por “troca de equivalentes”. Quando, por exemplo, se trocam dois pares de sapatos por um vestido, isto quer dizer que os seus valores de troca são iguais. Ambas as mercadorias contêm a mesma quantidade de trabalho socialmente necessário, e, por conseguinte, custam a mesma soma de dinheiro. Mas, se pressupusermos que só são permutadas dois valores iguais, o processo D-M-D — isto é, a aquisição de mercadorias com vista à venda a um preço mais elevado — é impossível, pois pela troca de valores iguais ninguém pode ganhar qualquer mais-valia. Por outro lado, todos sabem que um patrão se dedica aos negócios para obter lucros.

Alguns cientistas burgueses, dão-nos uma solução demasiado simples, afirmando que o produtor vende as mercadorias *acima* do seu valor, por exemplo, 10% acima do valor, e que esses 10% são o seu lucro ou mais-valia. Não compreendem, contudo, que quem vai à guerra dá e leva. Todos os produtores de mercadorias querem ter lucros e, portanto, vende-las-ão 10% acima do valor. Assim, se o patrão *A* vender a sua mercadoria ao patrão *B*, *B* paga um preço 10% superior ao seu valor. Por outro lado, *B* vende as suas mercadorias 10% acima do seu valor, compensando desta forma a perda na compra com o ganho na venda. Mas desta maneira não terá qualquer lucro. É o patrão *A* perderá o excedente de 10% sobre o valor que ganhou ao vender as suas mercadorias quando por seu turno tiver que comprar outras, que serão também vendidas 10% acima do seu valor. É evidente que, desta maneira, nenhum produtor de mercadorias poderá obter mais-valia. Assim, a explicação burguesa aca-

ba por mostrar-se falsa. Pois equivale a dizer que todos os possuidores de mercadorias as vendem 10% acima do seu valor o que vem a dar exactamente no mesmo que vendê-las pelo seu valor real. Os preços das mercadorias podem subir, mas a razão dos seus valores mantêm-se constante.

O mesmo vale para o pressuposto de que as mercadorias são vendidas *abaixo* do seu valor, por exemplo, 10% abaixo. O comprador de mercadorias auferiria um lucro, mas antes de poder comprar teria que vender a sua própria mercadoria 10% abaixo do valor. Já teria perdido 10% ao vender, antes de ganhar 10% na compra, de forma que, quando o processo acabasse, estaria na mesma.

Se dissermos que nem todos os produtores, mas apenas alguns, vendem as suas mercadorias acima do seu valor, o resultado é que, isoladamente, um indivíduo poderia ganhar algum lucro, mas este lucro não teria outra origem que não fosse o ele ter burlado a outra parte: por exemplo, se o parceiro no acto da troca teria que pagar 400 escudos por um par de sapatos que só valia 280 escudos, quer dizer, em troca dos seus 400 escudos de valor, receberia apenas o equivalente de 280 escudos. Em casos individuais este tipo de burla pode acontecer em qualquer altura; mas isso não explica a origem da mais-valia. Com efeito, no nosso exemplo, o comprador de sapatos perde precisamente os 120 escudos que o vendedor ganha à sua custa, sem lhe dar qualquer equivalente. O comprador perdeu um valor de 120 escudos sem ter recebido um equivalente. *A riqueza social não se altera por efeito destas burlas e destas vigarices.* Apenas se modifica a repartição da riqueza, pois quando uma pessoa recebeu mais valor, outra perdeu-o; isto é, considerando a sociedade como um todo, não se cria nenhum valor.

Em resultado destas tentativas para explicar a origem da mais-valia descobrimos que nem a troca de valores iguais, de equivalentes, nem a troca de valores desiguais, criam mais-valia. A mais-valia não resulta da troca; não tem origem na esfera da circulação.

### 3. A mais-valia e a mercadoria força de trabalho

Se o possuidor de dinheiro comprar mercadorias pelo seu valor e as vender pelo seu valor, e se não obstante, obtém no fim do processo uma quantidade de dinheiro superior à que avançou no seu início — é porque houve valor adicional (sem contrapartida, sem equivalente) no interior do processo de circulação D-M-D' e durante esse processo.

O dinheiro originalmente avançado não pode ter alterado o seu valor, porque, tanto na compra (D-M), como na venda (M-D), ele apenas representa o valor da mercadoria, que é uma soma fixa. Isto significa que a circulação não gera nenhuma mais-valia.

Portanto, o incremento do valor tem que ter algo a ver com a própria mercadoria. Mas não pode resultar do valor da mercadoria, pois este valor não se altera durante a troca. Por isso, o incremento do valor só pode provir do valor-de-uso da mercadoria, quer dizer, do seu uso, do seu consumo.

Para no fim do processo ter um valor mais elevado do que no início, o possuidor de dinheiro tem que comprar uma mercadoria que crie mais-valia pelo seu próprio consumo. Ele encontrará tal mercadoria especial na força de trabalho humana, na capacidade de trabalho que o operário lhe vende como mercadoria. As expressões *força de trabalho* ou *capacidade de trabalho* englobam todo o tipo de capacidade intelectual e física que um homem utiliza quando produz qualquer tipo de mais-valia. A compra e o consumo desta mercadoria especial criadora de valor, que é a força de trabalho transforma o possuidor de dinheiro ou o simples produtor de mercadorias em capitalista.

O capitalista só pode consumir o valor-de-uso da mercadoria força-de-trabalho utilizando a força-de-trabalho, isto é, obrigando o seu possuidor, isto é, o trabalhador, a trabalhar. Temos agora que responder a duas perguntas:

1. Porque razão a força-de-trabalho humana aparece como mercadoria no mercado?
2. O que é que determina o valor desta mercadoria especial, cujo valor de uso consiste na criação de um novo valor e dum nova mais-valia?

#### 4. A força de trabalho humano como mercadoria

A força de trabalho dos homens não foi sempre mercadoria, nem em todas as épocas, nem em todas as relações sociais de produção. Na produção mercantil simples todos são ainda produtores privados de mercadorias que se trocam no mercado, os quais, para produzirem as coisas de que necessitam, além dos instrumentos e da matéria-prima, precisam da sua própria força de trabalho. Ora esta força de trabalho não é uma mercadoria, pois é consumida pelo próprio produtor. O possuidor apenas pode utilizar a sua força de trabalho enquanto possuía os seus próprios meios de produção. Só quando estes lhe faltam ele é obrigado a vender a sua força de trabalho enquanto mercadoria no mercado. Tem que a vender a alguém que, por ser proprietário de meios de produção, possa consumir a sua força de trabalho.

A separação do produtor original (o proprietário da força de trabalho) relativamente aos meios de produção necessários para a utilização da sua força-de-trabalho é apenas uma condição prévia do surgimento da força de trabalho no mercado como mercadoria. A segunda condição prévia necessária é a de que o proprietário da força de trabalho possa dispor livremente dela; que seja um cidadão livre com o direito de se auto-determinar, no sentido da democracia *formal*. Isto não é evidente por si. Tanto durante a Idade-Média, como em épocas mais primitivas, nem os escravos podiam dispor de si próprios e da sua força de trabalho como pessoas livres. Marx chamava a estas duas condições prévias necessárias para o surgimento da força de trabalho enquanto mercadoria "a liberdade dupla do trabalhador", isto é, a liberdade de dispor da sua própria força de trabalho e a liberdade relativamente aos meios de produção (isto é, ao facto de não os possuir).

Ambas as condições prévias são resultado de certos desenvolvimentos históricos que aqui só podemos esboçar. O desenvolvimento das cidades como mercados e o alastramento da economia monetarizada estão relacionados com o desenvolvimento da produção mercantil simples. A expansão das relações mercantis monetarizadas no campo conduz, por um lado, à abolição da servidão dos camponeses que têm que substituir o pagamento em géneros ou trabalho, até af

utilizado, pelo pagamento em dinheiro. Por outro lado, leva à separação violenta de muitos pequenos camponeses relativamente à sua terra, quando não podiam pagar o dinheiro pedido. Estes camponeses desapossados das suas terras, isto é, expropriados dos seus meios de produção, refugiavam-se nas cidades, onde ganhavam a vida vendendo a sua força de trabalho, tornando-se assim os primeiros trabalhadores assalariados, os primeiros proletários; o desenvolvimento histórico em direcção à sociedade capitalista tem um duplo aspecto. Por um lado, o povo era libertado do seu estatuto não livre e desigual e das cadeias da servidão. Assim, os servos oprimidos tornavam-se cidadãos livres. Mas, simultaneamente, eram despojados da base da sua vida, sendo portanto forçados a vender a sua força de trabalho como mercadoria ao possuidor dos meios de produção, ao capitalista — embora formalmente fossem cidadãos livres que tinham o direito de dispor das suas pessoas e da sua força de trabalho. São, assim, obrigados a submeter-se a uma nova opressão mais escondida mas não menos violenta.

#### 5. O valor da mercadoria força de trabalho

Como todas as coisas no modo de produção capitalista são mercadorias, a força de trabalho humana torna-se também uma mercadoria pela evolução histórica atrás descrita. Como, todas as coisas se tornam mercadorias ao serem trocadas por produtos de igual valor, a força de trabalho torna-se também mercadoria ao ser trocada por dinheiro. Como atrás vimos, todas as mercadorias se caracterizam por possuírem não só uma qualidade visível concreta (forma, cor, tamanho, etc.), a que Marx chama *valor-de-uso*, mas também um *valor* que permite compará-la com outras mercadorias e trocá-las por elas. O valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção; da mesma forma, o valor da mercadoria força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e manutenção.

Porém, a força de trabalho não pode ser separada do operário a que pertence. Portanto, a produção e manutenção da força de trabalho é a produção e subsistência do próprio trabalhador. Quanto

tempo de trabalho custa a manutenção do operário? Primeiro que tudo, temos que esclarecer o seguinte: como se produz e mantém vivo o trabalhador, enquanto possuidor da força de trabalho? Nomeadamente através de uma certa quantidade de meios de subsistência. Estes meios incluem todas as coisas necessárias à vida. Assim, o tempo de trabalho necessário para produzir estes meios de subsistência é necessário para a manutenção do trabalhador que os consome. Da mesma forma, o tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência determina o seu valor. Por conseguinte, podemos dizer: "O valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador". (*Capital*, Vol. 1, p. 171).

Estes meios de subsistência podem ser suficientes não apenas para o manter vivo (o mínimo fisicamente indispensável) mas também para o manter em perfeitas condições de trabalhar toda a vida. Por conseguinte, por "meios necessários de subsistência" Marx não entende apenas as vitualhas estritamente essenciais para assegurar o seu mínimo vital de subsistência (como muitos dos seus inimigos burgueses gostariam de lhe atribuir). Para lá da alimentação, do vestuário, da habitação, dos equipamentos para as actividades do lazer, etc., os "meios necessários de subsistência" incluem também a educação do operário e os custos da subsistência da sua família e os gastos necessários para criar e educar os filhos. Porém, não podemos determinar de uma vez por todas, aquilo que está incluído nos meios de subsistência necessários pois isso varia constantemente.

Quando analisamos a distribuição de riqueza produzida na sociedade capitalista temos que ter presente no espírito que o que é fundamental, não são as forças produtivas, mas as relações de produção, isto é a divisão de classes, que inclui a apropriação privada da mais-valia pelos capitalistas; isto significa que a determinação dos meios de subsistência necessários da classe operária não decorre automaticamente das capacidades técnicas da sociedade; o capital está interessado em manter o valor dos meios de subsistência necessários ao mais baixo nível que for possível, pois um baixo valor destes meios significaria igualmente que o capitalista pagará salários mais baixos. Quanto mais baixos forem os salários pagos pelos capitalistas aos operários, maior será a mais-valia que podem auferir; por

consequente, os meios necessários de subsistência não são apenas determinados pelo nível técnico das forças produtivas, mas também pelas lutas de classe dos operários, pois só após uma longa luta contra os interesses dos capitalistas, os automóveis passam a ser considerados como parte integrante dos meios de subsistência necessários.

O interesse dos capitalistas em ganharem tanta mais-valia quanta possível tem, no entanto, também, um efeito totalmente oposto. Para aumentar a sua mais-valia ele tem que explorar ao máximo as possibilidades técnicas da produção. Assim, produz cada vez mais e sempre novas mercadorias. Para vender uma grande quantidade dessas mercadorias, precisa também do operário como consumidor, comprador e, por meio de uma publicidade inteligente, cada capitalista procura convencer os operários de que têm realmente necessidade de consumir esses novos artigos. Podemos ver nisto a contradição em que se encontra mergulhado cada capitalista isolado: ele deseja pagar aos seus operários baixos salários, mas, ao mesmo tempo, quer que os outros capitalistas paguem aos seus operários os salários mais elevados que for possível.

Portanto, por um lado, o facto de os trabalhadores lutarem vitoriosamente para que uma quantidade de meios de subsistência cada vez maior se torne "necessária", a fim de melhorarem o seu padrão de vida, é um passo importante em frente. No entanto, por outro lado, tudo isto acontece dentro dos limites do modo de produção capitalista. Enquanto o capitalismo existir, o trabalhador não poderá determinar por si próprio que espécie de coisas deseja consumir. Na sociedade capitalista, o tipo de valores-de-uso de todos os meios de subsistência necessários sempre foi determinado pelos capitalistas — e o trabalhador tem que consumir o que foi produzido por ordem do capitalista. Na sociedade capitalista, todos os avanços técnicos — que, em si mesmos, são progressivos — são utilizados para preservar a estrutura de classes e manter o estatuto do trabalhador assalariado como *trabalhador assalariado*.

A simples manutenção física do operário (alimentação, habitação etc.) tem sempre por objectivo mantê-lo em condições de ser utilizado pelo processo de produção capitalista. Com o processo de produção actual, que é um processo arrasador dos nervos, o operário, forçado a executar um trabalho monótono (nas cadeias de produção,

etc.) necessita de uma certa quantidade de meios de subsistência para conservar a sua força de trabalho, de forma a poder manter o seu estado de saúde mental e intelectual, incluindo a televisão, discos, o passeio de automóvel ao fim-de-semana, etc.? Mas, por outro lado, estes mesmos meios de produção que não são vendidos ao trabalhador apenas para o manter em condições físicas de aguentar o seu trabalho no processo de produção, mas também para preparar mentalmente a sua consciência para as exigências da produção capitalista. Toda a indústria da cultura, no seu conjunto, tem por objetivo impedir o operário de ver para além das relações capitalistas de produção. Todos sabemos que as revistas, a televisão, a rádio, etc., praticamente nunca relatam as condições reais de trabalho a que a população trabalhadora se encontra quotidianamente exposta. Os capitalistas têm por cúmplices os meios de comunicação de massas, que se encarregam de que as notícias comunicadas às massas nos jornais, na televisão, etc., sirvam à manutenção do capitalismo. O mesmo vale para a indústria do lazer.

Torna-se assim claro que, na sociedade capitalista, a manutenção da mercadoria força de trabalho inclui a manutenção das relações de classe. Portanto, a *luta dos operários pelos seus meios de subsistência necessários está sempre necessariamente ligada à sua luta contra o capitalismo em geral*. Mas, para compreendermos o processo de produção capitalista totalmente, temos que começar por voltar atrás, à venda da mercadoria força de trabalho ao capitalista.

O valor da força de trabalho é determinado pelo custo social médio dos meios de subsistência necessários. Como na circulação, isto é, na troca, se dá sempre uma troca de equivalentes, o capitalista tem que pagar a força de trabalho pelo seu valor. Portanto, não importa que pague ao operário antes ou depois de este ter trabalhado para ele. Em qualquer dos casos as relações de troca são fixadas de antemão quando acorda e se assina um contrato de trabalho. Não obstante, tudo se passa como se o operário recebesse o equivalente ao trabalho que executou, mas o valor da força de trabalho e dos meios de subsistência necessários são fixados de antemão, e estes meios de subsistência são suficientes para manter o trabalhador, por exemplo, durante um dia. Uma vez pago o valor da força de trabalho, o capitalista passa a deter o seu valor-de-uso, o trabalho vivo. E o

capitalista então pode determinar durante quanto tempo o operário tem que trabalhar, isto é, quanto novo valor o operário tem que criar com o seu trabalho. Temos agora que analisar qual a origem deste novo valor. Marx escreve:

“O consumo da força de trabalho é consumado fora dos limites do mercado, ou seja, fora da esfera da circulação, como acontece com qualquer mercadoria. Acompanhados pelo senhor Saco-de-Dinheiro e pelo possuidor de força de trabalho, teremos agora portanto que abandonar por uns momentos esta esfera ruidosa em que tudo se passa à superfície e à vista de toda a gente e segui-los ao refúgio oculto da produção, sobre cujo limiar deparamos com o lema: “Proibida a entrada a pessoas estranhas ao serviço”. Veremos aqui não só como o capital produz, mas também como se produz o capital. Vamos por fim penetrar no segredo da produção do lucro.” (*Capital*, vol.1, pp. 175-176).

### SECÇÃO III

#### A PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA ABSOLUTA

No mercado, o capitalista que quer transformar o seu dinheiro em capital, compra a mercadoria força de trabalho, que, ao ser utilizada, produz um valor maior do que o que vale. Como o trabalhador não possui nenhum meio de produção (*mp*), a sua capacidade de trabalho de pouco lhe serve e, para sobreviver, tem que a vender ao capitalista, que possui os meios de produção e só então entra em contacto com eles e se encontra realmente em condições de trabalhar.

No processo de produção, o capitalista força o operário a produzir mercadorias que contém mais-valia. Como vimos, temos que considerar estas mercadorias de dois pontos de vista: em primeiro lugar têm que possuir um valor que corresponda à procura respectiva por parte do comprador; em segundo lugar, têm que ter um valor, pois, na sociedade produtora de mercadorias, os produtores privados só podem transmitir as mercadorias de uns para os outros através da troca.

O trabalho, tal como os seus resultados, tem um carácter duplo: para produzir um valor-de-uso definido é preciso produzir um trabalho específico a que Marx chama trabalho concreto individual; por outro lado, quando se produz para a troca é preciso dispendir em cada mercadoria uma certa quantidade de trabalho humano abstracto.

A produção capitalista de mercadorias tem que ser abordada sob dois pontos de vista:

1. O trabalho desenvolve-se sempre numa forma útil específica e, como tal, cria valores-de-uso.

2. Simultaneamente, o trabalho é trabalho humano geral, abstracto, e, como tal, produz valor.

## 1. O processo de trabalho

Embora tenha havido diversas formas sociais de produção na História da humanidade (por exemplo, economia escravagista, feudalismo), o trabalho é uma condição necessária da manutenção da sociedade em todos os modos de produção. Todos os processos de trabalho são dispêndio de um trabalho útil específico com vista à produção de valores-de-uso. E isto é independente das formas específicas de vida humana, sejam elas quais forem, sendo portanto comum a todas as formas de sociedade. O processo de trabalho consiste nos seguintes factores elementares:

- |  |                     |
|--|---------------------|
| <ul style="list-style-type: none"><li>1. O objecto de produção (matérias-primas e subsidiárias)</li><li>2. Os instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas)</li><li>3. A força de trabalho humana</li></ul> | = meios de produção |
|--|---------------------|

O processo de trabalho humano é uma actividade consciente sistemática, uma unidade de trabalho intelectual e trabalho manual. "Uma aranha leva a cabo operações que se assemelham às de um tecelão e uma abelha envergonha muito bom arquitecto ao construir os seus favos. Mas um facto há que distingue o pior dos arquitectos da melhor das abelhas: é que um arquitecto constroi as estruturas na sua imaginação antes de começar a erguê-las na realidade. Ao cabo de todo e qualquer processo de trabalho obtemos um resultado que, ao ser iniciado, já existia na imaginação do trabalhador." (*Capital*, Vol. 1, p. 178).

No quadro das condições capitalistas de produção dois fenómenos sociais surgem durante o processo de trabalho:

1. O trabalhador opera sob o controle do capitalista que vela para que o trabalho seja executado rápido e ordenadamente e que não se desperdicem quaisquer meios de produção.

2. O processo de trabalho reúne os elementos de produção que o capitalista adquiriu, nomeadamente os meios de produção e a força de trabalho humana. O produto deste processo é a ele que pertence e não ao produtor imediato. (1)

## 2. Processo de valorização do capital

Constitui característica específica do modo de produção capitalista o facto de no processo de trabalho, a par da produção de valor-de-uso, e simultaneamente com ela, se produzir mais-valia. *Por conseguinte, o processo de produção capitalista é a unidade entre o processo de trabalho e o processo de expansão do capital* (processo de valorização). O capitalista só produz valores-de-uso porque estes contêm a um tempo valor e mais-valia. O processo de trabalho em que se produzem valores-de-uso, representa o processo de produção capitalista sob o ponto de vista da qualidade. O processo de expansão do valor em que se produz mais-valia representa o aspecto quantitativo deste processo de produção.

No processo de expansão de valor só interessa a duração do período em que se dispense trabalho; os meios de produção não interessam pelo seu carácter útil específico, contam apenas como valores, como quantidades determinadas de trabalho materializado. (Com efeito, os meios de produção comprados como mercadorias são já resultado de trabalho anterior, passado). Ao entrarem no processo de produção, tanto as matérias-primas como os instrumentos de trabalho já possuem um certo valor. Semelhantemente, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para a sua manutenção.

Se o capitalista fizer o trabalhador trabalhar apenas durante o tempo necessário para produzir o equivalente do valor da sua força de trabalho... "... não se produzirá nenhum valor excedente. Suponhamos que o valor diário da força de trabalho é de 3£ e que, para produzir três libras, são necessárias em média quatro horas de traba-



lho social. Neste caso, não se produzirá nenhum excedente de valor durante uma jornada de trabalho de quatro horas. Mas o trabalho passado que é incorporado na força de trabalho é o trabalho vivo que esta pode mobilizar; o custo diário da sua manutenção, e a quantidade diariamente dispendida no trabalho são duas coisas totalmente diferentes. A primeira determina o valor-de-troca da forma de trabalho, a segunda o seu valor-de-uso" (*Capital*, Vol. 1, p.193).

Ao adquirir força de trabalho pelo seu valor-de-troca no mercado, o capitalista adquiriu o direito de consumir o seu valor-de-uso como muito bem entender — como acontece com qualquer mercadoria. Ele consome o valor-de-uso da mercadoria força de trabalho fazendo o operário trabalhar para si. "O dono do dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; pertence-lhe portanto a utilização dessa força de trabalho durante um dia; pertence-lhe um dia de trabalho. A circunstância de, por um lado, a subsistência diária da força de trabalho custar apenas meia-jornada e de, por outro lado, a força de trabalho poder ser utilizada durante todo o dia e de, por conseguinte, o valor que a sua utilização durante um dia cria ser o dobro do que é pago pela sua utilização, esta circunstância é com certeza um golpe do acaso para o comprador, mas, sem dúvida, um infortúnio para o vendedor" (*Capital*, Vol. 1, pp. 193-194).

Isto de maneira nenhuma é contraditório com a lei da troca de equivalentes válida na esfera da circulação, pois a mercadoria força de trabalho é comprada pelo seu valor. Só o consumo da força de trabalho no processo de trabalho cria a mais-valia e é com esse objectivo que se prolonga a jornada de trabalho para lá do tempo de trabalho necessário. Se o operário só trabalhar até o valor da sua força de trabalho ser repostos por um valor de igual grandeza (x tempo de trabalho necessário), este novo valor é equivalente ao valor adiantado para a compra da força de trabalho.

Até agora partimos da hipótese de que o capitalista avançava capital-dinheiro para comprar no mercado as mercadorias de que necessitava para o processo de produção. Podemos esquematizar isso da seguinte fórmula:

$$D - M - \left[ \begin{matrix} ft \\ mp \end{matrix} \right]$$

Uma vez possuídos estes dois factores (força de trabalho, *ft*, e meios de produção, *mp*), a produção pode iniciar-se (...P...). Como a força de trabalho, quando utilizada pelo capitalista, produz mais-valia, o resultado do processo de produção é uma mercadoria (*M'*), cujo valor é mais elevado do que o valor das mercadorias compradas *ft* e *mp*. Esta mercadoria produzida é vendida pelo seu valor (*M'-D'*).

O processo total de expansão do valor do capital pode portanto exprimir-se pela fórmula seguinte:

$$D - M - \left[ \begin{matrix} ft \\ mp \end{matrix} \right] \dots P \dots M - D'$$

### 3. A transferência de valor e a função do novo valor

No processo de produção capitalista, que é simultaneamente um processo de trabalho e processo de expansão do valor do capital, produzem-se mercadorias que contêm valor e mais-valia. Cabe agora analisar a forma como os diferentes factores do processo de trabalho (*ft* e *mp*) participam na formação do valor da mercadoria produzida (\*).

O trabalhador cria um novo valor acrescentando uma certa quantidade de trabalho ao objecto de trabalho. Por outro lado, o valor dos meios de produção consumidos também entra como parte integrante do valor do produto. Preserva-se o seu valor transferindo-o para o produto. Esta transferência dá-se no processo de trabalho por meio do respectivo trabalho concreto, isto é, pelo consumo dos meios de produção e pelo trabalho executado sobre eles. O operário não pode trabalhar duas vezes durante o mesmo período de tempo, a primeira vez para preservar o valor, e a segunda para acrescentar novo valor; não obstante, no fim do seu dia de trabalho, conseguiu fazer duas coisas totalmente distintas: este carácter duplo dos resultados do trabalho só pode ser explicado pela natureza dupla do próprio trabalho; simultaneamente, cria novo valor e preserva ou transfere o antigo.

É pelo trabalho útil particular, por exemplo, pela fição do algodão que as qualidades úteis específicas, os valores-de-uso dos meios

de produção (algodão e fuso), são consumidos. Em seu lugar, cria-se um novo valor-de-uso (o fio), no qual reaparecem o valor dos meios de produção consumidos. Por conseguinte, o operário preserva o anterior valor por meio do seu trabalho concreto específico, transferindo-se assim o valor dos meios de produção consumidos para o produto novo criado. Enquanto a transferência de valor é conseguida pelo trabalho concreto, o valor novo produzido resulta do dispêndio de trabalho humano abstracto.

O trabalho vivo preserva o anterior valor acrescentando-lhe novo valor porque o trabalho abstracto só numa forma concreta pode ser dispendido. A preservação do valor não dá ao operário um trabalho suplementar, mas é muito proveitosa para o capitalista, visto que preserva o valor do capital existente sem custo adicional. Enquanto a produção decorre sem atritos isso parece-lhe natural. Mas, em períodos de crise, ou durante uma greve, o capitalista toma subitamente consciência da natureza dupla do trabalho que o atinge duramente. As máquinas param e as matérias-primas, que não são utilizadas nem consumidas, estragam-se e deterioram-se sem poderem transferir o seu valor.

Os meios de produção nunca podem transferir mais valor do que aquele que contêm. Os instrumentos de trabalho (as máquinas) transferem o seu valor apenas gradualmente ao produto, proporcionalmente ao seu tempo de vida. No caso de uma máquina que vale 4 000£ e está completamente gasta ao fim de mil dias de trabalho, todos os dias se transfere para o produto um milésimo do seu valor. Aqui, a diferença entre o processo de trabalho e o processo de valorização torna-se evidente: os mesmos meios de produção são utilizados como um todo no processo de trabalho quotidiano, mas só gradualmente e aos poucos e poucos transferem o seu valor (no processo de valorização).

#### 4. Capital constante e capital variável

O capitalista investiu o seu capital dinheiro em meios de produção e força de trabalho. Como estes dois elementos do processo de trabalho desempenham um papel diferente no processo de formação

do valor do produto e especialmente na formação da mais-valia, teremos que estabelecer a distinção entre eles. No processo de produção capitalista ambos são materiais constituintes do capital. Mas os meios de produção e a força de trabalho desempenham funções totalmente distintas no processo de valorização, na produção de mais-valia. Os meios de produção são transformados em produtos pela força de trabalho e o seu valor é assim transferido para o produto e de modo nenhum modifica a sua forma durante este processo: a sua grandeza mantém-se constante. Por isso Marx lhe chama *capital constante*.

Já o mesmo não se passa com a força de trabalho, cujo valor é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários; no entanto, no processo de produção capitalista não é o valor da força de trabalho que opera, mas sim o seu valor de uso, o trabalho vivo, o qual cria um novo valor no processo de produção, um valor mais elevado do que a soma de capital originalmente transformado em força de trabalho. Por conseguinte, a essa fracção do capital investida na força de trabalho chama-se *capital variável*.

#### 5. A taxa de mais-valia

O capital adiantado pelo capitalista divide-se em capital constante (*c*) e capital variável (*v*). Durante o processo de produção cria-se mais-valia (*mv*). Portanto, o valor do produto é  $c + v + mv$ ; por exemplo,

$$80 \text{ £} = 40 + 10 + 10 \quad \text{OU} \quad 40c + 10v + 10mv$$

O capital constante não cria nenhum valor novo; apenas transfere uma parte do seu valor para o produto até que a matéria-prima seja totalmente consumida e os instrumentos de trabalho totalmente gastos e deixem de funcionar. O trabalho vivo, e por conseguinte, o valor novo, resulta apenas da força do trabalho activa que cria novo valor de montante igual ao do seu próprio valor e que, para além disso produz mais-valia. O *verdadeiro valor novo* criado no processo de produção, isto é, o novo valor ( $v + mv$ ) é diferente do valor do conjunto do produto, isto é, do *valor do produto*:

$$\begin{array}{l} \text{valor do produto:} \quad c + v + mv \quad (40 + 10 + 10) \\ \text{valor novo produzido:} \quad v + mv \quad (10 + 10) \end{array}$$

Para calcularmos quanto se valorizou o valor do capital temos que partir do facto de que a mais-valia é criada exclusivamente pelo trabalho humano. Portanto, ao calcularmos o grau de expansão, de valorização, do valor do capital, podemos pôr de lado a fracção constante do capital, considerando-a nula. Para calcularmos o grau de valorização temos que considerar apenas o valor novo produzido ( $v + mv$ ). Assim, temos que estabelecer a relação entre a mais-valia e o capital variável adiantado, chegando, portanto, à fórmula:  $mv/v$ . Isto é aquilo a que Marx chama a taxa de mais-valia ( $mv'$ ). No exemplo atrás citado, vale  $10\ mv/10\ v = 100\%$ .

$$mv' = \frac{mv}{v}$$

Durante uma parte do dia de trabalho, o operário produz um valor equivalente ao valor dos meios de subsistência necessários para a reprodução da sua força de trabalho. Marx designa esta parte do dia de trabalho por "*tempo de trabalho necessário*" e o trabalho executado durante esse período por *trabalho necessário*. O trabalho executado durante a segunda parte do dia não traz ao operário qualquer vantagem de ordem nenhuma, mas para o capitalista cria mais-valia. Marx chama, a este trabalho excedente, *sobre-trabalho* e à parte do dia em que é dispendido *tempo de trabalho excedente*. A mais-valia é determinada pela duração da parte não-necessária do dia de trabalho. Por conseguinte, a mais-valia está para o capital assim como o sobre-trabalho está para o trabalho necessário; isto é, a taxa de mais-valia é:

$$\frac{mv}{v} = \frac{\text{sobre-trabalho}}{\text{trabalho-necessário}}$$

A taxa de mais-valia é portanto a expressão exacta do grau de exploração do operário pelo capitalista:

$$\text{GRAU DE EXPLORAÇÃO} = \frac{\text{sobre-trabalho}}{\text{trabalho necessário}} = \frac{mv}{v}$$

## 6. A massa de mais-valia

Sabemos que a expansão do capital não tem limites. O valor expande-se tendendo a atingir a mais elevada mais-valia possível. Portanto, o capitalista individual não se contenta com o maior prolongamento possível da jornada de trabalho de cada operário individual antes procura empregar simultaneamente o maior número possível de operários. Se um operário gerar uma mais-valia de 200\$ por dia 100 operários produzirão uma mais-valia de 20 000\$ por dia. A massa de mais-valia aumenta com o número de operários simultaneamente empregados.

Se o valor da força de trabalho for fixo, a massa de mais-valia produzida individualmente por um operário é determinada pela taxa de mais-valia. Suponhamos que o valor de um dia de força de trabalho é de 300\$ e que a taxa de mais-valia é de 50%. Então, a mais-valia é de 150\$. Se houver 10 operários empregados nas mesmas condições são necessários 3 000\$ de capital variável e cria-se uma mais-valia de 1 500\$. A massa de mais-valia resulta da multiplicação da taxa de mais-valia pelo total do capital variável ( $V$ ):

$$MV = \frac{mv}{v} \times V \quad (MV = \frac{150\$}{300\$} \times 3.000\$ = 1.500\$)$$

Se a massa de mais-valia de um capitalista isolado aumenta com o número de operários empregados, a mais-valia do conjunto da classe capitalista aumentará com a dimensão da classe operária. *Por isso, o capital tende a transformar toda a restante população em operários assalariados.*

## 7. O dia de trabalho

A jornada de trabalho é constituída pelo conjunto do trabalho necessário e do sobre-trabalho, isto é, pelo conjunto dos períodos durante os quais o operário produz o equivalente ao valor da sua força de trabalho e da mais-valia. Se a extensão do tempo de trabalho necessário for constante a duração total da jornada de trabalho

pode modificar-se de acordo com a duração do sobre-trabalho. Mas este último só pode variar dentro de certos limites: o limite superior tem que ser mais elevado do que o tempo de trabalho necessário na sociedade capitalista, pois a apropriação do sobre-trabalho é a base do sistema social. O capitalista está totalmente ao serviço do seu capital. Como o seu capital não conhece quaisquer limites para a expansão do valor, ele também não os conhece (5).

A caça à mais-valia é infundável. Uma vez investido nos meios de produção, o capital só pode valorizar-se quando entra em contacto com o trabalho humano. Assim, o capital constante exige um ininterrupto retomar da utilização do trabalho vivo, de forma a que não tenha que permanecer sob a forma de trabalho morto. O trabalho morto exige trabalho vivo para poder preservar o seu próprimvalor. Marx descreve esta situação de uma forma bastante dramática: "O capital é trabalho morto, que como um vampiro, vive de sugar o trabalho vivo — e vive tanto mais, quanto mais trabalho sugar. O tempo durante o qual o operário trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que lhe comprou. Se o trabalhador consumir o tempo de que dispõe em seu próprio benefício estará a roubar o capitalista" (*Capital*, Vol. 1, p. 233).

Com o seu desejo de valorizar o valor do seu capital, o capitalista quer utilizar tão completamente quanto possível o valor-de-uso da força de trabalho. Ele gostaria de obrigar o operário a não ter tempo livre, pois o tempo que o trabalhador dispende para satisfazer as suas próprias necessidades e para o seu próprio prazer é tempo perdido para a expansão do capital.

O limite máximo do dia de trabalho é determinado antes de mais pelo limite da resistência física do operário. Ele necessita de um certo período durante as vinte e quatro horas do dia para descansar e comer. Em segundo lugar, como membro da sociedade humana, o operário tem que satisfazer necessidades sociais e intelectuais que dependem do nível geral de desenvolvimento cultural. Embora este tempo livre apenas sirva para reproduzir a força de trabalho normal do operário — e, na realidade, isso interessa ao capitalista — não é voluntariamente concedido ao trabalhador.

O que interessa primordialmente ao capitalista é prolongar o mais possível a jornada de trabalho; os trabalhadores, em contrapartida,

lutam por a diminuir o mais possível. Já em 1866 a classe operária avançava a reivindicação das oito horas. Se as oito horas já deixavam aos capitalistas lucro bastante há mais de cinquenta anos, quanto mais hoje, após os imensos progressos técnicos das últimas décadas o qual significou um encurtamento muito grande do tempo de trabalho necessário. Isso significa que o grau de exploração hoje em dia é incomparavelmente superior ao que era há cinquenta anos. No entanto, o dia de trabalho de oito horas nunca foi seriamente posto em causa desde essa época! Isto mostra claramente como a classe capitalista, hoje como ontem, tanta sugar aos operários o máximo de sobre-trabalho possível.

#### **8. A luta violenta entre os operários e os capitalistas em torno da duração da jornada de trabalho**

A regulamentação legal da jornada normal de trabalho não surgiu com o começo do capitalismo. Pelo contrário, é produto de uma longa luta entre a classe capitalista e a classe operária. A questão da duração da jornada de trabalho, isto é, da quantidade e duração do sobre-trabalho que o operário devesse executar, não pode, é claro, ser resolvida por meio de negociações pacíficas. De início os operários e os capitalistas começam por defrontar-se como parceiros de um processo de troca. Uma certa quantidade de força de trabalho é trocada pelo seu valor equivalente sob a forma de dinheiro. Esta troca de equivalentes não nos dá nenhuma unidade de medida objectiva para determinarmos a duração da jornada de trabalho; no conflito em torno da duração da jornada de trabalho, ambos os parceiros implicados no processo de troca podem apoiar-se na lei da troca de equivalentes.

O *capitalista* poderia argumentar da seguinte maneira. Ele comprou a mercadoria força de trabalho pelo seu valor de troca; por conseguinte, o seu valor de uso pertence-lhe durante todo o dia de trabalho; adquiriu o direito de obrigar o trabalhador a produzir para ele durante o dia. Tal como outro comprador qualquer, o capitalista tira o melhor partido possível do valor-de-uso da sua mercadoria. Como comprador ele tem toda a razão em prolongar o mais possível

a jornada de trabalho. De facto, utiliza a força de trabalho como faria a qualquer outra mercadoria: depois de pagar o seu valor, pode dispor do seu valor-de-uso como muito bem lhe aprouver.

Mas o *trabalhador assalariado* também pode buscar apoio na lei da troca de equivalentes. No mercado só a parte das mercadorias que possui uma *qualidade média* pode ser vendida pelo seu valor. O trabalhador, que está totalmente dependente da venda permanente da sua força de trabalho, terá que estar amanhã em condições de trabalhar com o mesmo grau normal de força e saúde que hoje. Como, para vender a sua força de trabalho pelo seu valor tem de preservar o seu valor-de-uso médio, o trabalhador assalariado pretende dispendir diariamente aquilo que é compatível com a duração média da sua vida e o seu desenvolvimento saudável e, portanto, ao exigir que a jornada de trabalho seja limitada a uma certa duração normal, apenas está a defender o seu direito como vendedor de força de trabalho. Na realidade, trata a força de trabalho como uma mercadoria especial cujo valor de uso utiliza parcimoniosamente, exactamente porque é forçado a vendê-la diariamente em conformidade com a *lei geral da troca* de mercadorias.

Tal conflito de interesses em torno do consumo do valor-de-uso de uma mercadoria trocada é impossível com qualquer outra troca de mercadorias, por exemplo, com a troca entre o sapateiro e o padeiro. Contudo, *na esfera da circulação*, o que acontece entre o capitalista e o trabalhador assalariado não difere do que acontece entre o sapateiro e o padeiro (nomeadamente uma troca de equivalentes). Portanto, este conflito de interesses não pode ser explicado pela troca em geral, mas apenas pela troca entre a mercadoria específica força de trabalho e o capital. Só na troca entre o trabalho assalariado e o capital as leis da troca de equivalentes conduzem a um conflito de interesses, pois não há limite para a jornada de trabalho nem para a mais-valia, que possa ser deduzido da própria natureza da troca. Tanto o capital como o trabalho se apoiam na mesma lei para defenderem os seus interesses *antagónicos*. O resultado é que não há solução nem saída para esta situação. Um direito contrapõe-se a outro direito e ambos se esteiam igualmente na lei da troca de mercadorias. *Só a luta poderá decidir do conflito entre dois direitos iguais.*

Só a troca entre dois possuidores de mercadorias *específicas* (o proprietário do dinheiro, que representa os meios de produção, e o proprietário da força de trabalho) pode conduzir a este conflito. O trabalhador tem que efectuar esta troca para viver; o capitalista tem que a levar a cabo para acumular capital. A base da troca entre capitalista e trabalhador é a separação económica entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que apenas possuem a força de trabalho. Em virtude desta situação de propriedade especial, a sociedade divide-se numa classe capitalista numa classe operária. A classe capitalista apenas se preocupa com apropriar-se de tanto trabalho vivo quanto for possível, por meio dos seus meios de produção, o que outra coisa não significa do que explorar os operários. A classe operária, por outro lado, é forçada pela sua situação económica a vender a sua força de trabalho ao capitalista nos melhores termos possíveis, pois não poderá subsistir de outra maneira. A propriedade privada dos meios de produção, por um lado, e a pura e simples posse da força de trabalho, por outro lado, são a razão da permanente irrupção da luta de classes violenta na sociedade capitalista.

No quadro desta sociedade, esta luta de classes apenas pode ter como resultado uma melhoria quantitativa da situação da classe operária. É esta a tarefa dos *sindicatos*. Mas pela simples luta por uma melhoria quantitativa (salários mais elevados, etc.) não se altera o facto fundamental da existência de uma classe operária que é explorada pela classe capitalista. A divisão de classes só poderá ser abolida se formos às raízes do mal, quer dizer, se nos libertarmos da origem económica da divisão de classes, a propriedade privada dos meios de produção.

Na sua luta em torno da jornada de trabalho ambas as partes utilizam toda a espécie de violências contra as pessoas e as coisas, desde a destruição das fábricas pelos operários até à utilização das forças militares contra os operários revoltados. O lado que dispõe dos meios mais eficazes de poder e os utiliza é aquele que poderá com mais êxito defender os seus interesses. Se os trabalhadores renunciarem a utilizar a violência, seja sob que forma for, permitirão que os capitalistas prolonguem a jornada de trabalho sem limites, isto é, permitirão que os capitalistas destruam violentamente a sua força de trabalho! Se, por outro lado, o capitalista individual não

utilizar a violência na luta a sua taxa de mais-valia decrescerá e correrá o risco de ser arruinado na luta concorrencial com os outros capitalistas, quer dizer, correrá o risco de vir a ter que vender a sua força de trabalho. *Aqui é evidente que, na luta entre o capital e o trabalho, o pacifismo e a não-violência apenas conduzem a que a parte que os utiliza fique indefesa e exposta à violência da outra parte.*

Mesmo que a luta em torno da jornada de trabalho conduza a um "compromisso", que só é possível quando a relação de forças é praticamente equilibrada, a contradição entre capital e trabalho não é abolida por isso. A fixação na lei do dia de trabalho normal, embora pareça impedir o capitalista de aumentar a seu bel-prazer a taxa de mais-valia, só pode ser uma solução temporária, pois os capitalistas encontrarão outros meios de explorar a força de trabalho e aumentar os seus lucros (e na realidade sempre os têm encontrado), quais sejam o aumento do ritmo de trabalho, etc. A luta de classes voltará a eclodir repetidamente enquanto durar a troca entre capital e trabalho.

**Produção dum Guarda-Vestidos numa Fábrica Capitalista de Mobiliário**  
(1 operário produz 1 Guarda-Vestidos em 8 horas)

- Condições prévias: 1. Valor de uma jornada de trabalho = 240\$00  
2. Valor do produto por hora de trabalho = 60\$00  
3. Portanto, o valor do produto de 4 horas de trabalho = 240\$00

Elementos do processo de trabalho	Valor destes elementos em horas	Valor em escudos	Processo de produção	Valor do Guarda-Vestidos em Horas	Escudos
Seta (desvalorização da)	2	120\$00	O valor destes meios de produção consumidos é transferido para o Guarda-Vestidos	2	120\$00
Madeira	20	1.200\$00		20	1.200\$00
Cola	1	60\$00	Aos meios de produção acrescentam-se 8 horas de trabalho (= tempo de trabalho necessário para a produção de um Guarda-Vestidos)	1	60\$00
Pregos	0,5	30\$00		0,5	30\$00
Verniz	1	60\$00	1	60\$00	
1 Unidade de força de trabalho	4	240\$00	8		
<b>TOTAL</b>	<b>28,5</b>	<b>1.710\$00</b>		<b>32,5</b>	<b>1.950\$00</b>

Capital originalmente avançado

Valor do Guarda-Vestidos

A mais-valia criada pelo operário durante a produção do Guarda-Vestidos é de 240\$00

SECÇÃO IV

A MAIS-VALIA RELATIVA

Diagrama 1



Diagrama 2



O dia de trabalho do trabalhador assalariado divide-se em duas partes: o trabalho necessário e o sobre-trabalho. O segmento de *a* a *c* pretende representar um dia de trabalho de oito horas, subdividido em trabalho necessário e sobre-trabalho. Quando explicámos a mais-valia absoluta, pressupusemos que o segmento de *a* a *b* permanecia constante e que o segmento de *b* a *c* se prolongava o máximo possível. Há no entanto, limites naturais e sociais para o prolongamento excessivo do dia de trabalho. No século XIX, o trabalho infantil, o excesso de trabalho, os acidentes e doenças de trabalho a que os operários se encontravam expostos durante o processo de produção punham seriamente em causa a própria sobrevivência e existência da classe operária e só quando pressionou os exploradores, só após ter empreendido lutas revolucionárias, esta conseguiu impor a limitação legal do dia de trabalho.

### 1. Aumento da mais-valia sem prolongamento da jornada de trabalho

Consideremos de novo o segmento que vai de  $a$  a  $c$ , pressupondo que se mantém constante, pois  $c$  é o limite legal da jornada de trabalho e só pode ser excedido em casos extraordinários (horas extraordinárias). Então o sobre-trabalho só pode ser aumentado a expensas da fracção que vai de  $a$  a  $b$  (trabalho necessário). A duração total da jornada não sofreria qualquer alteração; apenas variaria a sua subdivisão entre trabalho necessário e sobre-trabalho.

Isto pode acontecer quando o capitalista paga a força de trabalho abaixo do seu valor, isto é, quando enriquece à custa dos meios de subsistência necessários do operário (tal ataque ao nível de vida da classe operária é visível e patente por toda a Europa com as actuais políticas de austeridade e "contrato social" lançadas por todos os governos, as quais se pautam pela fixação de um limiar máximo de aumentos salariais inferiores à subida do custo de vida e por cortes nas despesas sociais, medidas essas combinadas com tentativas para "disciplinar" a classe operária).

Se, no entanto, pressupusermos que a força de trabalho é vendida pelo seu valor, temos que excluir esta espécie de "sweating" como meio de aumentar a mais-valia. A única possibilidade que resta ao capitalista é a de reduzir o tempo de trabalho necessário, mas mantendo constante a sua *massa* (ao passo que o "sweating" é uma tentativa para reduzir a *massa* dos meios de subsistência de que o trabalhador necessita). Se se reduzir o tempo de trabalho necessário de, digamos, meia-hora, a jornada de trabalho passará a ser semelhante à representada no diagrama dois.

### 2. Redução do valor dos meios de subsistência necessários pelo aumento da produtividade do trabalho

O valor dos meios de subsistência necessários é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção; por conseguinte, só poderá descer se for preciso menos tempo de trabalho para a sua produção. Para conseguir este efeito, será preciso aumentar a produ-

tividade do trabalho das indústrias que produzem os meios de subsistência e isso só pode ser conseguido quando se utilizam nessas indústrias máquinas de melhor qualidade, que aumentam a produção sem dispenderem mais tempo de trabalho. Se, em cada jornada de trabalho, não se dispender mais tempo de trabalho do que antes, não se criará também mais valor do que antes. Mas no fim do dia de trabalho, há mais produtos — devido aos aperfeiçoamentos introduzidos nos métodos de produção.

Por conseguinte, cada produto, de per si, conterà uma menor porção da produção total diária de valor, isto é, dos novos valores produzidos durante o dia. Isoladamente, o valor de cada produto baixou, devido ao aumento da produtividade de trabalho. Se este aumento ocorrer nas indústrias que produzem os meios de subsistência necessários aos operários, o valor desses meios diminuirá, diminuindo também, por conseguinte, o valor da força de trabalho (\*).

### 3. A busca da mais-valia extra por parte dos capitalistas individuais

Quando um capitalista emprega máquinas aperfeiçoadas não o faz com o objectivo de reduzir o valor da força de trabalho, nem, de resto, estaria em condições de o conseguir. Com efeito, em primeiro lugar, a sua firma pode produzir mercadorias que não fazem parte dos meios de subsistência necessários da classe operária e, em segundo lugar, a produção dos meios de subsistência é controlada por muitos capitalistas diferentes, que produzem independentemente uns dos outros. O capitalista individual só tem em mente encontrar a melhor maneira de vender as suas mercadorias, isto é, só pensa no mercado; ora, aqui vai defrontar-se com outros capitalistas que entram em concorrência com ele. Para garantir uma boa posição no mercado e possivelmente para eliminar completamente os seus competidores tem que estar em condições de vender mais barato do que eles. Ele poderia vender as suas mercadorias abaixo do seu valor mas isso significaria ceder uma parte da mais valia aos consumidores. Os grandes conglomerados, que combinam vários ramos da produção e estão em condições de encontrar compensação para uma ou

outra perda temporária, utilizam por vezes este método para esmagarem os seus concorrentes mais pequenos.

A longo prazo, contudo, esta perda de mais-valia não pode ser aceite como um bom processo, nem sequer para as grandes empresas. Geralmente o capitalista só vende mais barato se produzir também mais barato, isto é, é obrigado a aumentar a produtividade do trabalho na sua empresa. Pode consegui-lo por uma mais eficiente divisão do trabalho e introduzindo certos aperfeiçoamentos na maquinaria, de forma que na sua firma, para produzir a mesma massa de mercadorias, seja necessária uma menor quantidade de trabalho do que nas outras. *O valor individual da mercadoria produzida na sua firma é, portanto, inferior ao seu valor social, porque o tempo de trabalho socialmente necessário não é imediatamente alterado por um aumento localizado da produtividade de trabalho.*

Nessas circunstâncias, o capitalista produz mais mercadorias do que os seus concorrentes no mesmo período. Poderia continuar a vendê-las ao preço antigo e ganharia uma mais-valia muito mais elevada do que antes, mas os seus concorrentes também vendem ao preço antigo e procedendo dessa maneira, nem pode eliminá-los, nem poderá vender a quantidade mais elevada de mercadorias produzidas. Preferirá fixar um preço que estará acima do valor individual da sua mercadoria, mas abaixo do seu valor social. Assim este capitalista receberá temporariamente uma mais-valia extra, porque os meios de produção de que dispõe são melhores e mais eficazes do que os dos seus concorrentes (para uma ilustração deste problema confrontar quadro na p. 68).

O aumento da produtividade do trabalho numa empresa significa que nessa empresa os trabalhadores têm que produzir uma mais-valia extraordinária para além da mais-valia normal, mantendo-se embora constante a duração da jornada de trabalho. O tempo em que executam sobre-trabalho aumenta à custa do tempo de trabalho necessário. Marx afirma: "Por conseguinte, o capitalista que utiliza o método de produção aperfeiçoado, apropria-se como sobre-trabalho de uma maior fracção da jornada de trabalho do que os outros capitalistas no mesmo ramo. Faz individualmente o que o conjunto dos capitalistas empenhados na produção da mais-valia relativa fazem colectivamente" (*Capital*, Vol. 1, pp. 318-319).

Quando se eleva a produtividade do trabalho através de certos aperfeiçoamentos dos métodos de produção o trabalho necessário diminui relativamente à mais-valia e a taxa de mais-valia sobe. O capitalista poderia então reduzir o tempo de trabalho sem perder nada, mas é claro que o não fará pois o que lhe interessa não é a protecção da força de trabalho mas a produção de mais-valia.

#### 4. Mais-valia extra e mais-valia relativa

Nenhum capitalista isolado consegue conservar durante muito tempo o monopólio dos métodos de produção aperfeiçoados, pois a concorrência força os outros capitalistas a introduzi-lo também, para não irem à falência. O novo método de produção, que começara por constituir uma excepção, passa a tornar-se o método geralmente aplicado. A anterior mais-valia extraordinária do capitalista individual desaparece, pois agora o valor individual passa a ser o valor social deste tipo de mercadoria. A tendência do capital para a valorização, que o capitalista individual é forçado a seguir por força da concorrência, impele-o constantemente a procurar auferir mais-valia extraordinária, e dessa forma o processo de incremento da produtividade repetir-se-á sem parar.

*Considerando a sociedade como um todo, a corrida à mais-valia extra, por parte de todos os capitalistas individuais, gera um constante aumento da mais-valia relativa, resultante da redução do tempo de trabalho necessário.* Como os capitalistas que produzem os meios de subsistência necessários dos operários também melhoram constantemente os seus métodos de produção, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção desses meios diminui e, em consequência disso, o tempo de trabalho necessário do conjunto da classe operária diminui também e a mais-valia do conjunto da classe capitalista aumenta. Desta forma indirecta todos os capitalistas lucram com o aumento de produtividade das firmas capitalistas que manufacturam os meios de subsistência necessários à classe operária.



### Correlação entre o aumento da Produtividade e a Mais-Valia Extra

Ponto de partida: Produtividade social média:

1 operário produz 8 pares de luvas (de valor = 960\$00) num dia de trabalho de 8 horas.  
Meios de produção = 320\$00  
Sobre-trabalho = 6 horas  
Trabalho necessário = 2 horas

Número de pares	Valor do produto c+v+mv	Meios de produção c	Produto de valor v+mv	Salários (v) produto de valor de 2h	Mais-valia (mv) produto de valor de 2h	Taxa de mais-valia mv/v
8 pares	960\$00	320\$00	720\$00	160\$00	480\$00	$\frac{6}{2} = 3 = 300\%$
1 par	120\$00	40\$00	80\$00	20\$00	60\$00	$\frac{75}{25} = 3 = 300\%$

Aumento da produtividade numa empresa:

1 operário produz 16 pares de luvas numa jornada de trabalho de 8 horas

Número de pares	Valor do produto	Meios de produção c	Produto de valor	Salários v	Mais-valia mv	Taxa de mais-valia mv/v
16 pares	1,280\$00	640\$00	640\$00	160\$00	480\$00	$\frac{6}{2} = 3 = 300\%$
1 par	80\$00	40\$00	40\$00	10\$00	30\$00	$\frac{37,5}{12,5} = 3 = 300\%$

Mais-valia extra: Após a introdução do método de produção aperfeiçoado, o capitalista não vende 1 par de luvas pelo seu valor individual de 80\$00, mas por 112\$00; no entanto, o valor social das luvas continua a ser 120\$00.

$$112\$00 = c + v + mv + \text{mais-valia extra} = 40\$00 + 10\$00 + 30\$00 + 32\$00$$

A sua mais-valia extra por dia de trabalho com 16 pares de luvas ascende a

$$16 \times 32\$00 = 512\$00$$

A mais-valia total que afeere, sobe de 480\$00, mais 512\$00, para 992\$00. Portanto, a taxa de mais-valia individual é

$$\frac{480\$00 + 512\$00}{200} = \frac{1mv + mv \text{ extra}}{v} = 6,2 = 620\%$$

### SECÇÃO V

#### OS MÉTODOS DE PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA RELATIVA

O capital procura valorizar ao máximo o seu valor, isto é, atingir a taxa de mais-valia (mv/v) e a massa de mais-valia (mv/v x V) mais elevadas que for possível. Não apenas quer prolongar ao máximo a jornada de trabalho do trabalhador individual, ao mesmo tempo que emprega o mesmo número de operários que puder, mas pretende também aumentar constantemente a produtividade do trabalho, de forma a ganhar uma mais-valia extra. Se tomarmos a sociedade como um todo, isto conduz a um contínuo incremento da mais-valia relativa. Passaremos em seguida a expor os métodos de produção de mais-valia relativa, que incidem sobre os seguintes aspectos:

1. Cooperação simples.
2. Divisão sistemática do trabalho.
3. Aplicação tecnológica das ciências da natureza ou utilização da maquinaria.

É a utilização destes três métodos que transforma completamente o processo de trabalho social, dando-lhe uma forma capitalista específica. No entanto, enquanto, pela cooperação simples e pela divisão sistemática do trabalho, se altera a parte *subjectiva* do processo de trabalho, é pela utilização tecnológica das ciências de natureza que o *aspecto objectivo* desse processo, nomeadamente os instrumentos de trabalho, se transformam.

A cooperação simples é uma forma de trabalho que já existia em modos de produção pré-capitalistas, mas a divisão sistemática do

trabalho e o sistema maquina-fabril são formas do processo de trabalho que se desenvolveram na sociedade capitalista. Por um lado, ambas estas formas caracterizam dois estádios históricos do capitalismo (o período da manufatura que, vai de cerca de 1550 a 1775, e o período da indústria moderna, que vai de 1800 em diante). Por outro lado, existem hoje simultaneamente, pois a divisão do trabalho não desaparece após se ter desenvolvido completamente a produção de máquinas.

### 1. A cooperação simples

Historicamente o modo de produção capitalista principia quando vários artesãos são empregados numa manufatura capitalista trabalhando em cooperação simples. Por exemplo, 30 sapateiros, que anteriormente haviam sido artesãos independentes, trabalham reunidos na mesma sala, embora cada qual continue a executar independentemente as várias operações do processo de trabalho necessárias para produzir um par de sapatos. Neste caso, a cooperação significa apenas que os trabalhadores operam na mesma sala.

A cooperação simples no processo de trabalho tem um triplo efeito sobre o processo de criação de mais-valia. Os trabalhadores utilizam conjuntamente uma parte dos meios de produção, nomeadamente os edifícios, os recipientes, o forno, a iluminação e o aquecimento. Por conseguinte, o valor da mercadoria isolada diminui, pois em cada produto, tomado de per si, se incorpora uma parte menor do capital constante global. Embora os custos das matérias primas utilizadas se mantenham constantes, os custos dos meios de produção empregues em comum diminui relativamente. O custo do aquecimento de uma sala com 30 operários não será dez vezes maior do que o custo do aquecimento numa sala com três operários, mas cerca de três vezes maior, por exemplo. O valor de cada mercadoria, tomada isoladamente, diminui em proporção. Para além disso, o simples contacto físico de trinta produtores trabalhando em conjunto levará habitualmente a aumento da eficiência de muitos dos operários ou até de todos, 30 trabalhadores trabalhando em conjunto produzirão mais do que 30 operários trabalhando cada um em

sua sala, entregues às suas monótonas tarefas. Por isso, o valor de cada mercadoria individual diminui e a mais-valia do capitalista aumenta (mais-valia extra).

A terceira vantagem importante da cooperação simples para o capitalista reside no facto de as capacidades dos diferentes operários isolados se compensarem mutuamente quando se empregam muitos trabalhadores simultaneamente: um pequeno capitalista que só emprega dois ou três operários pode estar em desvantagem se estes trabalharem lentamente ou de uma forma descuidada. Quando um capitalista emprega 100 operários encontra-se mais protegido contra tal desvantagem. Entre estes 100 trabalhadores facilmente encontrará um número igual de trabalhadores lentos e trabalhadores rápidos, enquanto simultaneamente a maior parte trabalhará a uma velocidade média e com uma perícia média, de forma que as capacidades individuais compensam-se umas às outras tendendo à média social.

### 2. A divisão sistemática do trabalho

A cooperação simples de muitos trabalhadores numa manufatura é condição prévia do aumento da produtividade do trabalho: todas as operações separadas necessárias para produzir um produto podem ser repartidas pelos operários. Por exemplo, de trinta sapateiros, dez produzem exclusivamente solas, outros dez produzem apenas gáspeas e os restantes montam as diversas partes. Neste caso, a mercadoria deixa de ser produto individual de um único sapateiro artesão, passando a ser produto colectivo de um grupo, no seio do qual cada operário, de per si, apenas executa uma tarefa de pormenor.

Este princípio da divisão do trabalho foi desenvolvido nas manufacturas capitalistas dos séculos XVII e XVIII. Estas manufacturas eram grandes oficinas onde se concentravam muitos operários onde estes executavam tarefas baseadas no artesanato mas que pela divisão do trabalho lançavam realmente a produção de massa.

O princípio da divisão do trabalho tem importantes consequências, tanto para os operários como para os capitalistas:

1. Os operários vão perdendo gradualmente a capacidade de produzirem outra coisa que não sejam produtos de pormenor. A sua

profissão, que primitivamente, era relativamente multilateral (por exemplo, a arte do sapateiro que produz sapatos de várias formas e qualidades) perde todo o seu conteúdo e transforma-se numa operação unilateral, mecânica e monótona. Este carácter unilateral vai tão longe que, na produção de alfinetes, alguns operários fabricam as cabeças enquanto outros se limitam a afiar a ponta.

2. A divisão sistemática do trabalho exige uma nova operação adicional (tem que haver alguém que coordene as diferentes operações parcelares). Na produção capitalista esta operação é feita em nome e proveito do capitalista, quer por ele, quer por pessoas contratadas para a direcção e o controle do processo de produção, tais como, por exemplo, os administradores, os gestores, os capatazes, os encarregados, etc. No entanto, o processo de produção capitalista tem dois aspectos: é um processo de produção que tem em vista a produção de um certo número de valores de uso e, simultaneamente, é um processo de valorização do capital do qual deve, em princípio, resultar a maior quantidade possível de mais-valia. Quando as tarefas de direcção e coordenação (que são necessárias em todos os processos baseados na divisão do trabalho) recaem sobre os capitalistas ou os seus representantes, daí decorrem as seguintes consequências: como aquilo que interessa principalmente aos capitalistas é a expansão da mais-valia, as suas tarefas de direcção e coordenação do processo de trabalho são completamente determinadas pela preocupação de extrair a maior quantidade possível de mais-valia. Por conseguinte, é impossível haver uma real cooperação entre o gestor capitalista do processo de produção e os seus operários, embora a divisão do trabalho peça uma tal cooperação. O capitalista e os seus representantes que dirigem o processo de trabalho em seu nome prosseguem interesses hostis aos operários; daqui resulta necessariamente que a direcção capitalista do processo de trabalho introduz sempre perturbações neste processo.

Por exemplo, é do interesse dos capitalistas levar os trabalhadores a acelerar o mais possível o ritmo de trabalho e se os trabalhadores se defenderem contra isso, o capitalista interpretará a sua atitude como preguiça e relutância para com o trabalho. Só por uma alta percentagem de produtos defeituosos se convencerá talvez de que submeteu a capacidade dos operários a um esforço excessivo. Caso

semelhante é o da prevenção dos acidentes. Se os trabalhadores exigirem protecção adequada contra os eventuais acidentes resultantes de um processo de produção perigoso, o capitalista rejeitará o mais possível as suas propostas durante tanto tempo quanto lhe for possível, pois as medidas de segurança exigem dinheiro, são um dispendio adicional de capital. Ora, não é isso que interessa ao capitalista, que pretende ganhar a maior quantidade possível de mais-valia com o menor investimento possível. Só se convencerá da necessidade de introduzir medidas de segurança quando dos acidentes resultarem consideráveis perdas e as interrupções do processo de produção daí resultantes se tornarem demasiado onerosas.

Estes exemplos mostram que não há cooperação democrática possível entre os trabalhadores e os gestores capitalistas do processo de produção. O capitalista não discute com os operários, nem aceita decisões maioritárias. Ele é quem manda. A igualdade democrática de todos os cidadãos e dos proprietários "livres" da força de trabalho termina na soleira dos portões da fábrica capitalista. Mal entra no seu trabalho, o operário fica sujeito à ditadura do capital.

Os capitalistas sabem isso e afirmam abertamente: "A democracia na indústria é tão absurda como a democracia nas escolas, nos quartéis ou nas prisões" (transcrito do jornal capitalista alemão *"Industriekurier"*, 7-10-1965). Em oposição a isto, os sindicatos tentam introduzir maior democracia no processo de produção capitalista. Segundo o pensamento dos burocratas sindicais o capital e o trabalho deveriam converter-se em parceiros iguais com direitos iguais; reivindicam, por isso, a "participação" dos trabalhadores na direcção do processo de produção. Estritamente falando, exigem que os trabalhadores participem na sua própria exploração, pois a participação não significa que os operários possam auto-determinar o seu próprio trabalho. Por conseguinte, os trabalhadores devem avançar a reivindicação transitória de "controle operário"; nos conflitos diários com os capitalistas, os trabalhadores devem lutar pelo controle sobre o processo de trabalho e a administração (a gestão). A luta por este objectivo demonstrará que os operários são perfeitamente capazes de controlar o seu processo de produção e esta experiência é um importante factor no fortalecimento da sua consciência de classe.

3. O único efeito da divisão do trabalho não é o de fazer com que os operários desaprendam o seu ofício ou deixem de o aprender como um todo: também faz com que percam o controle sobre as relações entre todas as operações parcelares. Como se limitam a executar manipulações mecânicas, as suas capacidades intelectuais deixam de ser utilizadas no processo de trabalho e portanto não podem desenvolver-se. Forma-se assim a divisão de trabalho entre os trabalhadores manuais e os trabalhadores intelectuais; o conhecimento, a percepção das coisas e o planeamento com vista a um fim, que o agricultor ou o artesão independentes desenvolviam no processo de trabalho, deixam de ser necessários para as operações parcelares e só contam para o processo de conjunto. A parte intelectual do trabalho (ideia, concepção, projecto, planeamento) sai fora do alcance dos operários parcelares, sendo executada pelo capitalista e seus representantes e por isso os operários sentem muitas vezes que o trabalho intelectual lhes é hostil. Não obstante, o trabalho intelectual também se encontra sujeito ao capital, e numa forma muito semelhante ao trabalho manual pois o capital utiliza a ciência e o trabalho manual com o mesmo propósito, a saber, como forças produtivas destinadas à criação de mais-valia.

4. Para o capitalista, a principal vantagem da divisão sistemática do trabalho é a de que o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria se encurta; a produtividade do trabalho aumenta, porque os trabalhadores manuais individuais passam a ser operários parcelares mais eficientes do que os artesãos independentes. Trinta sapateiros independentes poderiam produzir por exemplo sessenta pares de sapatos por dia, ao passo que trinta operários parcelares produzirão, por exemplo, noventa pares de sapatos por dia, pois cada operário parcelar especializado executa a sua operação especializada mais depressa do que o sapateiro independente. Daqui resulta que os sapatos produzidos na oficina capitalista contêm menos tempo de trabalho do que os sapatos executados, pelo sapateiro independente, na pequena produção mercantil. Os capitalistas que possuem um método de produção mais produtivo auferem uma mais-valia extra relativamente aos concorrentes que utilizam os métodos menos produtivos.

Quando tal desenvolvimento das forças produtivas se dá nas in-

dústrias que produzem os meios de subsistência necessários dos operários, o valor desses meios desce e o mesmo se passa com o valor da força de trabalho, aumentando assim a mais-valia relativa da classe capitalista. Vimos que o aumento da produtividade do trabalho resultante da divisão do trabalho só traz vantagem para o capitalista, e que simultaneamente degrada o operário, rebaixando-o ao nível de um trabalhador parcelar com uma qualificação completamente unilateral.

#### Apêndice: trabalho produtivo e trabalho improdutivo

Vimos que, no modo de produção capitalista, o processo de trabalho já não é executado individualmente, mas por uma certa quantidade de trabalhadores parcelarizados que levam a cabo as diversas tarefas necessárias à produção de mercadorias. Cada um destes operários tem uma função diferente, desde o indiferenciado, passando pelos vários operários qualificados e especialistas até ao encarregado, aos administradores, gestores e directores.

Quais destes empregados são produtivos e quais o não são? Só podemos responder a esta questão, perguntando quais os trabalhadores que são *produtivos para o capital*, pois o modo de produção capitalista domina a sociedade. O que significa o trabalho produtivo na sociedade capitalista?

No que toca ao processo de trabalho concreto — sem tomarmos em consideração o modo de produção específico — é produtivo todo o trabalhador que produz um valor-de-uso. No entanto, o objectivo e o propósito do modo de produção capitalista não é a produção de valores-de-uso, mas tão só a valorização do capital — o dinheiro deve dar mais dinheiro. Consegue-se este objectivo fazendo com que o operário produza mais-valia para o capitalista. Por conseguinte, na sociedade capitalista, só são produtivos aqueles trabalhadores que produzem mais-valia concomitantemente com os valores-de-uso. É o conjunto de todos os trabalhadores produtivos parcelares que forma a força produtiva total de uma empresa. Marx escreve: “por conseguinte, a noção de trabalhador produtivo implica não apenas uma simples relação entre um operário e um efeito útil,

entre um trabalhador e o produto do trabalho, mas também uma relação social de produção específica, uma relação que tem uma origem histórica e caracteriza o trabalhador como meio directo de criação de mais-valia. Portanto, ser trabalhador produtivo não é feliz acaso, é uma desgraça". (*Capital*, Vol. 1, p. 509).

O trabalhador parcelar individual participa na produção, faz parte da força produtiva (trabalhador colectivo) de várias maneiras, como operário manual ou como trabalhador intelectual, desde o trabalhador indiferenciado, ao director de planeamento. Escreve Marx: "Enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um só e mesmo operário concentra em si todas as funções, as quais mais tarde se separam. Quando um indivíduo se apropria de objectos naturais para prover à sua subsistência, ninguém o controla, para além dele próprio. Mais tarde vem a ser controlado por outros. Um homem isolado não pode agir sobre a Natureza sem pôr em acção os seus músculos controlados pelo cérebro. Tal como, no corpo natural, a mão e a cabeça se apoiam uma na outra, também o processo de trabalho congrega o trabalho da mão com o do cérebro. Mais tarde, separam-se uma do outro e tornam-se até inimigos mortais. O produto deixa de ser produto directo do indivíduo, torna-se produto social produzido em comum por um trabalhador colectivo, isto é, por "uma" combinação de trabalhadores, cada um dos quais desempenha um maior ou menor papel na manipulação do objecto do seu trabalho. À medida que o carácter cooperativo do processo de trabalho se vai tornando mais marcado, também se vai alargando correspondentemente a nossa noção de trabalho produtivo, de que é agente o trabalhador produtivo. Para um indivíduo ter um trabalho produtivo não necessita de executar directamente trabalho manual; basta-lhe ser um órgão de trabalhador colectivo e executar uma das suas funções subordinadas".

Como o processo de produção capitalista é simultaneamente um processo de trabalho e um processo de expansão (valorização) do capital, as diversas tarefas e os diversos trabalhadores podem ser determinados de acordo com a sua função respectiva no processo de trabalho e no processo de valorização do capital: assim, por exemplo, a função primordial do encarregado, do pessoal técnico, etc., consiste em assegurar um resultado óptimo no processo de criação

de mais-valia. Estas pessoas são necessárias na produção capitalista para garantirem a continuidade da expansão do capital, mas o seu trabalho é improdutivo. No entanto, os trabalhadores que são controlados por estas pessoas são produtivos: produzem valores-de-uso e mais-valia. Na realidade, na sua maioria, os oficiais industriais do capital de alta e baixa patente, desempenham funções duais: um encarregado participa no processo de trabalho concreto e, simultaneamente, desempenha funções de vigilância e de controle, que têm por fim acelerar o ritmo de trabalho — funções que são necessárias do ponto de vista da valorização do capital.

As mercadorias produzidas têm que ser vendidas e isto dá-se na esfera da circulação, no mercado. Para que a troca se torne possível, são precisos um certo número de trabalhadores da circulação que executam um certo número de tarefas (caixeiros, agentes comerciais, caixeiros viajantes, peritos de publicidade, pessoal ligado à prospecção de mercados, etc.). Estes empregados são trabalhadores e assalariados mas o seu trabalho não acrescenta qualquer valor novo aos produtos, apenas permite que se dê a troca de mercadorias e dinheiro. Para os capitalistas, estes trabalhadores da circulação (tal como todos os custos na esfera da circulação) não trazem qualquer lucro, mas têm que ser pagos a partir da mais-valia criada pelo trabalhador produtivo colectivo. Os trabalhadores empregados no processo de circulação não produzem valores-de-uso nem mais-valia; são, portanto, trabalhadores improdutivos (?).

Contudo, os trabalhadores da esfera da circulação têm em comum com todos os outros trabalhadores o facto de também serem explorados. Eles também trabalham mais tempo do que aquele em que *poderiam produzir* o equivalente ao valor da sua força de trabalho. Embora o seu sobre-trabalho não crie nenhuma mais-valia para o capitalista, pois o trabalho que executam não produz qualquer valor, é importante que este, na medida em que pode guardar para si uma maior fracção da mais-valia criada pelos trabalhadores produtivos, não tendo que a dispendir sob a forma de salários pagos aos trabalhadores da esfera da circulação pelo seu sobre-trabalho. As expressões "trabalho produtivo" e "trabalho improdutivo" não implicam nenhum juízo de valor positivo ou negativo, apenas caracterizam a posição do trabalhador no processo de valorização do capital.

### 3. A aplicação tecnológica das ciências da natureza no modo de produção maquinário-fábrica

#### a) Divisão do trabalho e maquinaria

Após a instauração da divisão sistemática de trabalho, o trabalho artesanal continuava, não obstante, a ser fundamental para o processo de produção. A produção depende ainda da força, da qualificação, da perícia e da velocidade de cada operário individual. Por isso, nas manufacturas capitalistas, do século XVIII, a verdadeira produção de massa só era possível a uma escala extremamente reduzida. A tendência do capital para a auto-valorização ilimitada chocava-se ainda com os obstáculos impostos pelo débil desenvolvimento da estrutura técnica do processo de trabalho. Para que a expansão ilimitada do capital se tornasse possível, havia que modificar radicalmente os métodos de produção da mais-valia relativa. Como a divisão sistemática do trabalho se encontrava já completamente desenvolvida, tal modificação não poderia já incidir sobre a força de trabalho humana, mas apenas sobre os instrumentos de trabalho. Com esta substituição das ferramentas simples por um sistema de máquinas, a produção capitalista encontrou a base técnica da sua avidez de expansão do valor.

#### b) Os efeitos da maquinaria sobre a classe operária

Com a introdução da maquinaria e com a descoberta da propulsão a vapor e, mais tarde da electricidade, o processo de trabalho torna-se relativamente independente da força de trabalho e da perícia individual de cada operário. O carácter e o ritmo do processo de trabalho passam a ser determinados pelo mecanismo da máquina e o operário converte-se num simples apêndice desta. Acerca disto, escreve Marx: "No artesanato e nas manufacturas, o trabalhador utiliza um instrumento, na fábrica é a máquina que o utiliza. Além, os movimentos dos instrumentos de trabalho têm nele origem, aqui, ele é obrigado a seguir os movimentos da máqui-

na. Nas manufacturas, os trabalhadores fazem parte dum mecanismo vivo. Numa fábrica, temos um mecanismo sem vida, independente do trabalhador, que se converte num simples apêndice daquele mecanismo". (*Capital*, Vol. 1, p. 422).

Ao mesmo tempo, a maquinaria expropria o operário das últimas résteas de significado e conteúdo do seu trabalho, que se torna ainda mais monótono: "Ao mesmo tempo exaure o sistema nervoso até aos seus últimos limites, o trabalho de fábrica faz desaparecer a acção multilateral dos músculos e confisca todo o átomo de liberdade, tanto na actividade física do organismo, como na sua actividade mental. Até o próprio aligeiramento do trabalho se converte numa espécie de tortura, pois que a máquina não liberta o operário do trabalho, antes priva o trabalho de todo e qualquer interesse. Todo o tipo de produção capitalista, na medida em que não é apenas um processo de trabalho, mas é também um processo de criação de mais-valia, tem como ponto comum o facto de não ser o operário quem utiliza o instrumento de trabalho, antes serem os instrumentos de trabalho que o utilizam. Mas só no sistema de fábrica esta inversão adquire, pela primeira vez, uma realidade técnica e palpável. Pela sua conversão numa automação, os instrumentos de trabalho surgem perante o operário sob a forma do capital, de trabalho morto, que domina o trabalho vivo e o suga até à última gota de sangue. A separação entre os poderes intelectuais da produção e o trabalho manual e a conversão destes poderes no poder do capital sobre o trabalho, como já mostrámos, acaba por consumir-se na indústria moderna edificada sobre os alicerces da maquinaria. A qualificação específica de cada insignificante trabalhador manual da fábrica desvanece-se como quantidade infinitamente pequena ante a ciência, as gigantescas forças físicas e a massa do trabalho encarnados pelo mecanismo da fábrica" (*Capital*, Vol. 1, pp. 422 e seg.).

A simplificação das operações isoladas, parcelares, pela maquinaria permitiria abolir a unilateral divisão do trabalho e os operários passariam assim a ter um domínio de trabalho multi-lateral e, por conseguinte, ser-lhes-ia possível experimentar concretamente as relações do processo social de produção e compreendê-las. Mas isto obrigaria a uma formação técnica dos operários completa, exaustiva,

coisa que, como é claro, os capitalistas não estarão dispostos a pagar. Para além disso, eles temem que, ao compreenderem as relações de produção, os operários se apercebessem simultaneamente de que a classe capitalista não é absolutamente nada necessária para a produção social. Por conseguinte, não se abole, antes se reforça o adestramento unilateral dos operários. Marx escreve: “Embora, nessa altura, tecnicamente falando, o velho sistema de divisão do trabalho seja posto de parte pela maquinaria, continua a pairar sobre a fábrica como um hábito tradicional herdado da manufactura e é posteriormente sistematicamente reformulado pelo capital que lhe dá uma forma totalmente nova, de modo a servir como meio de exploração da força de trabalho. A especialização no manuseamento de um só e mesmo instrumento durante toda a vida, converte-se agora na especialização ao serviço de uma só máquina, também para toda a vida. Dá-se uma utilização errada à maquinaria, com o objectivo de transformar o trabalhador, desde a infância, numa peça de uma máquina parcelar” (*Capital*, Vol. 1, p. 422).

As desvantagens da maquinaria para a classe operária, quando utilizada num sistema capitalista, são muito evidentes. Resta agora saber quais as vantagens da maquinaria para a classe capitalista.

#### c) Maquinaria e mais-valia extra

O objectivo do capital é expandir-se (autovalorizar-se) indefinidamente, quer dizer, aumentar não só a mais-valia absoluta, prolongando a jornada de trabalho tanto quanto possível, como aumentar também a mais-valia relativa, por uma constante diminuição do tempo de trabalho necessário. O modo de produção maquinofábril permite a introdução de constantes aperfeiçoamentos e de novos métodos de produção, por conseguinte, é o meio ideal de produzir mais-valia. A concorrência entre diferentes capitalistas conduz sempre à introdução de máquinas aperfeiçoadas, máquinas de produtividade superior à média, e os capitalistas que primeiro as utilizam podem apropriar-se de uma mais-valia extra, pois estão em condições de produzir mercadorias mais baratas do que os seus competidores, mesmo que as vendam ao mesmo preço (ou um

pouco mais baratas). O valor individual das suas mercadorias é então inferior à média social.

#### d) A contradição resultante da produção de mais-valia relativa pela utilização de maquinaria aperfeiçoada

A luta concorrencial força os capitalistas individuais a aperfeiçoarem constantemente os seus métodos de produção. Por conseguinte, o capitalista que utiliza os melhores métodos de produção, só pode extrair uma mais-valia extra durante um período limitado de tempo. Mal os seus competidores utilizam o novo método nas suas empresas, o valor social da mercadoria baixa logo e o capitalista que pela primeira vez introduziu o novo método perde a sua mais-valia extra. Quando um capitalista emprega máquinas mais produtivas do que as que tinha antes, isto significa que precisa de uma força de trabalho comparativamente menor, porque agora a mesma quantidade de produtos pode ser produzida a um preço mais baixo num período de tempo mais reduzido. Parte dos operários são despedidos, mas o capitalista, como extrai uma mais-valia extra, continua a ter uma massa de mais-valia superior à que auferia quando empregava um maior número de operários. Só quando esta mais-valia extra tiver desaparecido se torna evidente que a mais-valia é produzida pelos operários que continuam empregados na firma e não pelas máquinas, nem sequer pelo despedimento dos operários.

No respeitante à sociedade no seu todo a concorrência pela mais-valia extra tem uma dupla consequência para a classe capitalista. Por um lado, leva a um contínuo aumento da produtividade social do trabalho e, por conseguinte, a um abaixamento dos preços dos meios de subsistência necessários. Isto significa que encurta o tempo de trabalho necessário e, por isso mesmo, aumenta proporcionalmente o tempo de trabalho excedente, o que conduz a um aumento da taxa de mais-valia ( $mv/v$ ). Por outro lado, dessa concorrência resulta um abaixamento relativo do número de trabalhadores empregados, porque, uma vez que a produtividade do trabalho tenha aumentado, poder-se-á produzir uma dada quantidade de mercadorias com um dispêndio de força de trabalho menor do que antes. Como

sabemos, o capital tem por objectivo conseguir extrair a maior quantidade de mais-valia possível. Porém a massa de mais-valia é determinada pela taxa de mais-valia, a multiplicar pelo conjunto do capital variável:

$$MV = \frac{mv}{v} \times V$$

A massa de mais-valia cresce proporcionalmente à taxa de mais-valia e ao capital variável total. Ao tratarmos da produção de mais-valia relativa por meio das máquinas, vimos que só se pode aumentar a taxa de mais-valia introduzindo maquinaria aperfeiçoada, o que significa que se despedem operários. Quando a taxa de mais-valia aumenta, o número de operários reduz-se. Podemos então ver que como base técnica do sistema capitalista completamente desenvolvido, a maquinaria tem um efeito contraditório sobre a produção de mais-valia. Aumenta um factor ( $mv/v$ ), dos dois que determinam a massa de mais-valia, mas faz baixar o outro ( $V$ ).

Mostrámos na secção II como a contradição do uso do dinheiro como forma de poupança encontrou uma nova forma de existência: o ciclo D-M-D'. Este movimento infinito de auto-valorização do capital não tem limites em si. Uma vez entrada neste movimento, uma dada soma de dinheiro determinada tende a aumentar indefinidamente, a aproximar-se da riqueza abstracta enquanto tal. Agora, na secção V, vemos como este capital que se auto-valoriza cria uma forma técnica mais adequada, a saber, o modo de produção máquina-fábrica e como, por outro lado, este desenvolvimento da força produtiva do trabalho conduz à contradição entre uma taxa de mais-valia crescente e uma quantidade decrescente de trabalhadores empregados. Assim o movimento de auto-valorização do valor (D-M-D') gera os seus próprios limites.

Porém, à primeira vista, esta contradição não se torna evidente para o capitalista que introduz um método mais aperfeiçoado de produção. Pelo contrário, pela mais-valia extra que ganha, a sua massa de mais-valia aumenta. Mas quando os seus concorrentes começam também a aplicar o novo método e quando a sua mais-valia extra desaparece, o capitalismo começa a sentir a contradição ine-

rente à produção máquina-fábrica da mais-valia. A sua massa de mais-valia decresce, porque ele só emprega um número mais reduzido de operários embora a uma taxa mais elevada de mais-valia. Se pensarmos como terminaria este processo de decréscimo contínuo do número de operários — a automação total da empresa — veremos que a capacidade de auto-expansão do capital tende para zero, pois com o desenvolvimento da força produtiva do capital-trabalho, o capital corta as próprias raízes sobre que se ergue, nomeadamente a força de trabalho humano como objecto de exploração.

e) O prolongamento da jornada de trabalho como resultado do modo de produção máquina-fábrica

O capitalista tenta então compensar a perda da mais-valia extra prolongando a jornada de trabalho dos trabalhadores restantes. Assim, a utilização da maquinaria para a produção da mais-valia relativa conduz também a uma produção alargada da mais-valia absoluta. Vemos que a maquinaria, embora, em si, seja um meio de encurtar o tempo de trabalho, nas condições capitalistas, tende a transformar a maior parte possível do tempo livre dos trabalhadores em tempo de trabalho para o capital. A introdução da maquinaria no princípio do século XIX não significou nenhuma redução do trabalho para a classe operária; pelo contrário, significou um prolongamento extremamente acentuado da jornada de trabalho. Quando se estabelece a produção fábrica por meio da maquinaria torna-se absolutamente necessário, do ponto de vista do capitalismo, um dia de trabalho extremamente longo. Há uma outra razão para isto: habitualmente, quanto mais produtivas e complicadas são as máquinas, mais dispendiosas são também. Por conseguinte, terão uma duração relativamente longa. No entanto, a concorrência leva a uma contínua introdução de maquinaria ainda mais aperfeiçoada de forma que a maquinaria que já fora nova se torna caduca e por conseguinte se desvaloriza. Todos os capitalistas tentam evitar esta desvalorização que ameaça as suas máquinas.

Só podem fazê-lo se conseguirem utilizar maquinaria no mais reduzido intervalo de tempo possível, de forma a que possam trans-



ferir todo o seu valor para os produtos antes que se inventem e introduzam novas máquinas.

Portanto, quanto mais curto for o período de tempo em que se reproduz todo o valor da máquina, menor será o perigo da desvalorização e, quanto mais prolongado for o dia de trabalho mais reduzido será o período de tempo em que o valor da máquina pode ser reproduzido.

O prolongamento ilimitado do dia de trabalho teve efeitos desastrosos sobre a classe operária inglesa no século XIX. Levou a uma subida extremamente acentuada da mortalidade dos operários. Em Manchester, centro da indústria na altura, a esperança média de vida dum operário no ano de 1875 era apenas de 17 anos (!) enquanto os membros da classe burguesa poderiam esperar viver em média 38 anos. Ante esta situação, até o parlamento burguês teve que concordar com a regulamentação legal da jornada de trabalho. Tal regulamentação contudo, só foi imposta porque os trabalhadores ingleses a defenderam vigorosamente, através de prolongadas lutas de classe. É claro que a luta por um dia de trabalho normal de oito horas nunca foi posto em causa nos últimos cinquenta anos e a jornada de trabalho não se tornou mais curta, antes aumentou até em alguns casos.

#### f) Intensificação do trabalho

Uma vez estabelecida a regulamentação legal da jornada de trabalho, as possibilidades de a aumentar são limitadas (tempo, horas extraordinárias, trabalho por turnos). Por isso, o capitalista tem que encontrar outro método para transferir o valor da maquinaria para os produtos tão depressa quanto possível e encontrar forma de compensar a perda da mais-valia extra. Este método consiste na intensificação do trabalho, quer dizer, no aumento do ritmo de trabalho, ou no alargamento das funções de cada operário individual (de forma, por exemplo, a que um operário controle e opere com duas máquinas, em vez de uma só). A estrutura do processo de trabalho não se modifica, mas, no entanto, o capitalista consegue extorquir do seu operário uma quantidade de mais-valia maior do que antes. Logo que a redução da jornada de trabalho, que é condição prévia da

intensificação dos ritmos, se encontra fixada legalmente, a máquina, nas mãos do capitalista, converte-se num instrumento que é sistematicamente aplicado para extorquir do operário uma quantidade de trabalho cada vez maior do que antes, durante o mesmo período de tempo. Enquanto na manufactura, tal intensificação do trabalho só era possível empregando vigilantes para acicatar os operários, na maquinofactura, para conseguir isso, basta ajustar as máquinas e as cadeias de montagem para um maior ritmo. Desse modo, o operário é forçado a fazer constantemente as mesmas manipulações em períodos de tempo cada vez mais reduzidos, quer dizer, a dispendir cada vez mais força de trabalho durante o mesmo período.

#### g) A intensificação do trabalho, o valor das mercadorias e a produção de mais-valia

Que espécie de efeito tem a maior intensidade de trabalho para o capitalista? Em primeiro lugar, um trabalho de maior intensidade cria mais valores de uso no mesmo período de tempo. Como, para produzir cada peça de mercadoria, é preciso um menor tempo de trabalho, seria de esperar que o valor de cada mercadoria individual diminuísse. Mas, neste caso, para além do tempo de trabalho gasto, teremos que considerar uma nova medida: a quantidade de força de trabalho dispendida. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho e pela quantidade de força de trabalho dispendidos na produção de determinada mercadoria durante esse período de tempo, pois, como vimos, agora, há diferentes graus de intensidade do mesmo trabalho concreto. Dado um certo método de produção, um trabalhador muito rápido pode produzir, por exemplo, 40 peças de determinada mercadoria durante oito horas, enquanto outro trabalhador, que trabalha menos intensamente, só produzirá 32 peças durante esse mesmo período e utilizando o mesmo método de produção. Neste caso, ambos os trabalhadores trabalharam o mesmo tempo (oito horas) mas o primeiro dispendeu mais força de trabalho e por conseguinte produziu uma massa maior de valor. Para ambos os operários a produção de uma mesma mercadoria custa a mesma quantidade de força de trabalho, mas é dispendi-

da em diferente período de tempo. O primeiro operário necessita de 12 minutos, o segundo de 15 minutos. O primeiro produz cinco peças por hora, o segundo produz apenas quatro peças. Isto significa que durante o mesmo período de tempo um trabalho mais intensivo produz um valor mais elevado do que um trabalho menos intensivo. Mas o valor mais elevado produzido por um trabalho mais intensivo durante uma hora, por exemplo, tem que ser dividido por um número maior de produtos.

Para o capitalista o aumento da intensidade do trabalho tem o seguinte significado. Antes de a jornada de trabalho ser legalmente regulamentada, quando queria ganhar uma massa mais elevada de mais-valia, limitava-se a obrigar os seus operários a trabalhar mais tempo. Se um operário produz 32 peças de uma mercadoria em oito horas, (isto é, 4 por hora), passará a produzir 40 peças, se o dia for aumentado para 10 horas. A partir do momento em que este prolongamento é proibido por lei, o capitalista consegue, não obstante, as 40 peças por dia, nomeadamente, intensificando o trabalho durante o dia de oito horas. Assim o capitalista pode compensar a perda de mais-valia resultante da regulamentação legal da jornada de trabalho exigindo uma intensificação do trabalho. Da mesma forma poderá compensar a perda de mais-valia extra. Para além disso, o contínuo aumento da intensidade do trabalho é um meio de reproduzir o valor da maquinaria no mais reduzido intervalo de tempo.

#### **h) A luta dos operários**

##### **contra o aumento da intensidade do trabalho**

Repetidas vezes os trabalhadores resistiram ao constante aumento da intensidade do trabalho, pois os ritmos mais rápidos vão sobrecarregar ainda mais o sistema nervoso e sujeitá-lo a uma tensão cada vez maior, arruinando a força de trabalho. A classe operária corre o risco de ver a sua força de trabalho prematura e violentamente destruída pelos capitalistas. Nesta altura, a luta da classe operária entre o capital e o trabalho, que historicamente começou por centrar-se na redução da jornada de trabalho, passa a um nível superior (Cf. secção III p. 49). O problema mantém-se em princípio: tal como da

troca de equivalentes não se pode chegar a nenhum critério relativo à duração da jornada de trabalho, também não existe nenhum padrão objectivo que nos permita fixar que quantidade de força de trabalho o capitalista pode extorquir do seu operário durante uma jornada de trabalho normal. Só a luta de classes violenta pode decidir da intensidade do trabalho.

Mas a luta da classe operária contra a intensificação do trabalho é muito mais dura do que a luta contra o prolongamento da jornada de trabalho no século XIX, porque normalmente o ritmo de trabalho se intensifica quando se introduzem novas máquinas e novos métodos de produção com que os trabalhadores não se encontram familiarizados.

Muitas vezes, só após um certo período, os trabalhadores se dão conta de que as máquinas aperfeiçoadas levam a uma eficácia do trabalho mais elevada. Marx escreve: "Ao capital pouco lhe importa a duração da vida do operário. A única coisa com que se preocupa é com mobilizar o máximo possível de força de trabalho que puder fazer fluir durante o dia. Atinge este objectivo à custa da duração da vida do trabalhador, tal como um agricultor cúvido extorque maior quantidade de produção do solo, roubando-lhe a sua fertilidade" (*Capital*, Vol. 1, p.265).

Por outro lado, a introdução de novas máquinas proporciona aos operários a oportunidade de resistirem vitoriosamente a um aumento da intensidade do trabalho. O pessoal das secções de produtividade das empresas e outros cúmplices do capital precisa também de adquirir experiência com as novas máquinas. Os operários podem tirar partido disto trabalhando mais lentamente quando se fizerem as novas cronometragens. Podem assim folgar as costas durante alguns minutos e abrandar o ritmo de trabalho. Este exemplo mostra que o trabalho assalariado diário não é apenas o trabalho concreto, é também uma luta de classes dos trabalhadores contra a pressão da exploração pelo capital.

Na indústria actual, o aumento da produtividade do trabalho, que vai a par com um contínuo aperfeiçoamento da maquinaria é o principal método de exploração do operário. Mas a constante intensificação do trabalho é incompatível com uma jornada de trabalho extremamente longa. Por conseguinte, os capitalistas acederam ao

horário de oito horas não por simples generosidade e benevolência mas porque lhes era economicamente necessária tal medida. A constante aceleração do ritmo de trabalho só é possível quando a jornada sofre um encurtamento correspondente — e vice-versa: todo o encurtamento da jornada de trabalho torna possível uma posterior aceleração dos ritmos. Marx escreve neste contexto: “Não pode haver a mínima dúvida de que, logo que se proíbe dum vez por todas o prolongamento das horas de trabalho, a tendência que pressiona o capital a procurar compensação numa sistemática elevação da intensidade do trabalho e na conversão de todo e qualquer aperfeiçoamento da maquinaria num meio mais perfeito para exaurir o trabalhador, deverá a breve trecho conduzir a um estado de coisas em que uma redução das horas de trabalho voltará a tornar-se inevitável” (*Capital*, Vol 1, p. 417). No entanto, os capitalistas nunca encurtarão o dia de trabalho por sua livre vontade, porque nunca renunciarão voluntariamente à sua mais-valia. Por conseguinte, o tempo de trabalho só poderá ser reduzido pela luta constante da classe operária.

#### 4. O fetichismo do capital

1. Ao analisarmos os elementos de base da produção capitalista de mercadorias, vimos que, nesta sociedade, os produtos adquirem poder sobre os próprios produtores (Fetichismo das mercadorias e do dinheiro). Na primeira secção vimos que os produtores privados de mercadorias são livres e independentes, isto é, que se encontram isolados uns dos outros. Ao produzirem isoladamente, tornam-se todos dependentes do mercado, pois só quando todas as mercadorias se encontram no mercado se decide se o produtor individual poderá ou não realizar o valor individual da sua mercadoria, isto é, se verifica ou não que o valor individual é idêntico ao valor social médio. Por conseguinte, os produtores isolados encontram-se completamente impotentes ante o conjunto de mercadorias presentes no mercado.

O processo de troca surge como uma relação entre mercadorias em que os produtores desempenham um papel de simples apêndices

dos seus produtos. As relações sociais entre as pessoas na sociedade produtora de mercadorias não são mais do que relações entre coisas, entre mercadorias. As pessoas não se apercebem deste fetichismo, isto é, não reconhecem que o poder de que dependem é resultado do seu próprio trabalho e por isso não se dão conta de que a sociedade em que vivem não é natural e eterna, antes é uma sociedade transformável.

As condições sociais em que as mercadorias surgem como sujeitos actuantes e quem as produz como simples apêndices seus torna-se patente em expressões como por exemplo, “esta mercadoria tem êxito”, ou “esta mercadoria faz furor no mercado”. Só poderá reconhecer-se esta inversão entre o homem e o seu produto, em que o produto actua e o homem não é mais do que um seu apêndice vivo, se se compreender cabalmente que os produtos ou os valores de uso só se tornam mercadorias numa forma particular de sociedade e que esta sociedade não é a única possível. Os cientistas burgueses não compreendem isto e, apoiando-se na pretensa “imutabilidade das relações sociais capitalistas”, louvam a “liberdade” da economia concorrencial capitalista. Por “liberdade” entendem que quem tem poder não são os seres humanos mas apenas as mercadorias anónimas no mercado. “Numa economia concorrencial cada indivíduo depende de todos os outros, mas nenhum depende de um só homem em particular. A concorrência não pode libertar-se do medo, das bofetadas da sorte, do desemprego (!), da pobreza e da fome, mas no entanto, liberta-nos (!) do medo do poder dos outros homens. A concorrência constitui a forma mais pura, mais impessoal, das relações económicas entre os homens, de modo que o opositor de um indivíduo não é outro indivíduo concreto, mas o mercado”. (Andreas Paulsen, *Allgemeine Volkswirtschaftslehre I*, p. 44, Berlim, 1968, tratado alemão clássico para os estudantes de economia burguesa).

*Como se manifesta esta inversão entre o homem e o produto, no capitalismo completamente desenvolvido? Se examinarmos o processo de produção capitalista, o processo de trabalho concreto consiste na aplicação concreta e na utilização, por parte do operário, de determinados meios de produção com um propósito bem particular. Não há mistério nisto. Mas o processo de produção é simulta-*

neamente um processo de valorização do capital, de expansão do seu valor e, portanto, o processo de trabalho é apenas um meio de expansão do capital. O capitalista, isto é, o capital personificado, não obriga o operário a trabalhar apenas para produzir determinados valores de uso, mas também para produzir valor e mais-valia. Já antes vimos que ao capitalista não lhe interessa que tipo de produtos produz: a única coisa que lhe importa é que no termo do processo tem mais dinheiro e que, portanto, o processo de trabalho é apenas um dispositivo para a expansão do valor, em que o capital aplica e utiliza o operário. O processo de produção capitalista transforma o operário numa mera coisa necessária à produção, num factor de produção.

Enquanto o operário é tratado como um simples factor material de produção que o capitalista utiliza em conjunto com outros factores, o capitalista, em contrapartida, aparece como produtor. Por exemplo, diz-se "A Ford produz automóveis" ou "A CUF vai montar uma nova fábrica", em vez de se dizer que os operários da Ford e da CUF são quem realmente produz e constrói (8). Exactamente da mesma forma, a expressão "produtor têxtil" significa um capitalista que possui uma fábrica de têxteis, mas não os operários que realmente produzem os têxteis dessa fábrica.

Visto que o processo de trabalho e o processo de valorização são apenas dois aspectos dum mesmo processo de produção, os trabalhadores só podem ser postos ao serviço da expansão do capital se o capitalista comprar os meios de produção necessários para o processo de trabalho. Estes meios de produção surgem perante o operário no processo de produção como meios de exploração. Por conseguinte, tudo se passa como se os meios de produção em si mesmos e enquanto valores de uso, possuíssem a qualidade natural de serem capital. Porém, só são capital porque são propriedade privada do capitalista e porque o operário tem que se defrontar com eles como trabalhador assalariado.

Vemos assim como é importante distinguir entre o processo de trabalho em geral e a sua forma capitalista específica. Tendo apreendido o que é o processo de trabalho enquanto tal, podemos passar a analisar as formas específicas do processo de trabalho capitalista e descobrir que tais aspectos específicos não são de maneira nenhuma

eternos e naturais. O trabalho é sempre necessário para a manutenção da vida e as pessoas necessitam de meios de produção para executarem qualquer trabalho em qualquer altura. A forma capitalista do trabalho (trabalho assalariado) e a forma dos meios de produção (capital) só são necessárias nesta sociedade; não são naturais, são mutáveis e transformáveis.

-2. O trabalho assume dois aspectos que correspondem aos dois aspectos do processo de produção capitalista: o trabalho concreto e o trabalho abstracto. O trabalho concreto não oferece qualquer mistério: só através do trabalho abstracto criador de valor os produtos do operário lhe surgem sob um aspecto hostil. Quando o trabalhador cria valor e mais-valia, estes são-lhe estranhos, pois não lhe pertencem. O valor criado apenas lhe diz respeito na medida em que para ele, se encontra ligado ao salário que recebe. No entanto, o capitalista utiliza a mais-valia para comprar novas máquinas, quer dizer, para melhor explorar o operário; a mais-valia não é apenas algo de alheio ao operário, é-lhe também hostil. O seu produto transforma-se, converte-se num instrumento da sua própria opressão.

As relações capitalistas forçam o operário a agravar a sua própria exploração com tudo aquilo que produz. O operário vê-se impotentemente confrontado com o poder dos seus próprios produtos, que lhe surgem como sujeitos activos, como seus opressores e exploradores, como Capital. "Na medida em que não são apenas um processo de trabalho, mas também um processo de criação de mais-valia, todos os tipos de produção capitalista têm algo em comum: o facto de não ser o trabalhador que utiliza o instrumento de trabalho, mas de serem os instrumentos de trabalho que utilizam o trabalhador. Mas só no sistema fabril esta inversão adquire pela primeira vez uma realidade técnica e palpável. Pela sua conversão numa automação, os instrumentos de produção surgem ante o operário, no interior do processo de trabalho, sob a forma de trabalho morto que domina o trabalho vivo e o suga até à última gota de sangue". O facto de ao produzir os produtos o trabalhador produzir a sua própria exploração não é coisa que faça parte da própria natureza dos produtos da máquina, antes resulta da relação capitalista. Se os operários regulassem e dirigissem a sua própria produção, as mesmas máquinas, que anteriormente serviam de instrumentos da sua exploração, ajudá-los-

-iam a tornar o seu trabalho mais fácil e a facilitar e reduzir o seu trabalho.

3. *Tal como os produtos dos operários assumem a forma de capital, todas as forças geradas pelo próprio trabalho surgem como forças produtivas do capital.* A cooperação e a divisão do trabalho incrementam as forças produtivas, possibilitando simultaneamente uma utilização mais eficaz dos meios de produção. Estas vantagens decorrem da congregação do trabalho de vários trabalhadores. Historicamente, esta organização do trabalho, porém, só foi completamente utilizada e desenvolvida no quadro do capitalismo. Por isso, tudo se passa como se as vantagens do trabalho cooperativo decorressem do capital e não da própria natureza do trabalho. Esta aparência é reforçada pelo facto de as formas de cooperação não serem organizadas pelos próprios operários mas pelos capitalistas. As vantagens desta forma de organização só são efectivas para os capitalistas. No capitalismo, tal forma de cooperação não beneficia os operários; tem até efeitos negativos para eles, o que se torna óbvio quando o capitalista "poupa" dinheiro em todos aqueles meios de produção que protegem a vida e a saúde dos operários e que poderiam tornar o seu trabalho mais agradável e humano.

O processo de trabalho cooperativo só se poderá tornar vantajoso para os operários, facilitando o seu trabalho e reduzindo o tempo de trabalho, quando se desenrolar independentemente do capitalismo. Mas enquanto subsistir a relação do capitalista, o fetichismo, isto é, a aparência que encobre e inverte as verdadeiras relações, permanecerá. A forma como o capital utiliza e aplica a cooperação, a divisão do trabalho e a maquinaria leva a uma mutilação do tempo de trabalho de cada operário isolado, que se converte num trabalhador parcelar e só pode funcionar no quadro de uma certa organização capitalista do trabalho: encontra-se totalmente exposto ao poder do capital e parece que sem ele não poderia existir.

A organização capitalista do trabalho conduz à separação entre o trabalho manual e intelectual — como se tornou patente quando analisámos a divisão do trabalho. O capitalista e o seu homem de mão científico planeiam e organizam: o operário apenas executa o que os outros conceberam. Esta situação agrava-se à medida que se desenvolve o capitalismo, surgindo a muita gente natural que haja

alguns que apenas trabalhem com as mãos enquanto outros trabalham com o cérebro. Porém, no processo de trabalho concreto, o planeamento teórico e a realização prática vão a par um do outro. No quadro das condições capitalistas de produção estes dois aspectos desenvolvem-se numa contradição hostil pois o trabalho intelectual (a ciência) contribui para a construção de máquinas que servem como meio de explorar o operário. Por isso, a ciência aparece como um auxiliar do capitalismo, como uma força pertencente ao capital, o que, no entanto, não é uma qualidade natural da ciência, porque, logo que planearem e controlarem a produção, os operários podem aplicar a ciência numa forma útil para eles.

A produtividade social do trabalho, isto é, as forças produtivas do trabalho colectivo desenvolvidas pela cooperação, pela divisão do trabalho, pela maquinaria e pela aplicação das ciências da natureza e da tecnologia, aparecem como forças produtivas do capital. Todos os passos em frente no desenvolvimento das forças produtivas resultam do trabalho cooperativo dos trabalhadores (a maquinaria aperfeiçoada é um produto dos operários), mas, no quadro do capitalismo, o aumento da produtividade não beneficia os operários, só é vantajoso para o capitalista como meio de aumentar a produção de mais-valia relativa. As forças produtivas do trabalho operário surgem assim perante este como coisas estranhas e hostis utilizadas pelo capital para aumentar ainda mais a exploração. Se, por exemplo, um operário de boa fé apresentar aperfeiçoamentos na sua empresa — estaria a actuar erradamente, poder-se-ia dizer, pois qualquer melhoria da produtividade do trabalho da empresa significaria apenas uma maior exploração, dele e dos seus companheiros. O inventor de um método aperfeiçoado de produção recebe geralmente uma pequena recompensa, ao passo que o capitalista pode extorquir uma quantidade muito maior de mais-valia dos seus operários.

4) Como vimos, o fetichismo do capital aparece como objectivação das pessoas e personificação das coisas. A relação entre a classe capitalista e a classe operária assume uma forma em que os trabalhadores surgem como objectos passivos da exploração e os meios de produção que produzem se convertem em meios de exploração, porque são propriedade privada dos capitalistas. Por conseguinte, historicamente, a luta dos operários começou como uma luta contra

as máquinas, e não ainda como uma luta contra as relações de exploração que se ocultavam por detrás dessas. Ao destruírem os meios de produção, os operários estavam a deixar-se iludir pelo fetichismo da produção capitalista, pois a razão porque as máquinas lhes surgiam como meios vivos de exploração não residia na natureza das máquinas mas na aplicação que o capital lhes dava.

É verdade, no entanto, que não se pode separar as máquinas da relação de exploração nelas oculta e que não se pode afirmar realmente com verdade que, por si, as máquinas (tal como são hoje, mas encaradas independentemente das relações capitalistas) pudessem ser utilizadas por uma sociedade socialista. A simples construção duma máquina capitalista mostra a evidência que ela própria tem um duplo carácter: que não é construída tendo em vista apenas o processo de trabalho, mas também o processo de valorização do capital, que é construída pondo de parte qualquer preocupação relativamente ao operário sem ter em conta o operário como ser humano (por exemplo, vejam-se os insuficientes dispositivos de segurança contra os acidentes, o ruído, as poeiras, os fumos, etc.). Só no socialismo as máquinas alterarão a sua forma de acordo com a sua função, de modo a facilitarem o trabalho e reduzirem o tempo de trabalho. Nessa altura, deixarão de surgir ante o operário como seus exploradores.

## SECÇÃO VI

### A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Até aqui descrevemos o processo de produção de mais-valia como um movimento isolado, não recorrente. Este movimento inicia-se com a conversão de uma soma de dinheiro (D) em meios de produção (mp) e força de trabalho (ft) e prolonga-se no processo de produção (...P...), onde se produzem mercadorias que contêm mais-valia (C'). O movimento termina com a transformação desta massa de mercadorias numa soma de dinheiro (D') mais elevada do que a soma inicialmente avançada. Expressámos este movimento pela seguinte fórmula:

$$D - M = \left[ \begin{array}{l} mp \\ ft \end{array} \right] \dots P \dots M' - D'$$

Esta fórmula representa o processo de produção capitalista como um movimento não recorrente. Toda a gente sabe, porém, que a produção prossegue sem interrupção. A fome e a avidez de mais-valia por parte do capital nunca se saciam e os trabalhadores são obrigados a vender a sua força de trabalho ininterruptamente durante toda a sua vida.

A análise do processo de produção como um processo não-recorrente mostrou-nos apenas uma parte da realidade, porque a produção nunca se detém. Este método de análise era no entanto necessá-

rio, pois, se quisermos compreender o processo de produção capitalista, não podemos analisar tudo ao mesmo tempo. Como o assunto é muito complicado, exige que comecemos pelas coisas mais simples e básicas. Assim, por exemplo, Marx analisa a mercadoria com as suas duas funções de valor-de-uso e valor de troca, antes de mostrar como o dinheiro se desenvolve a partir do valor da mercadoria e como se converte então em capital, a partir do momento em que a força de trabalho humano se converte em mercadoria. Passa então a analisar a importante questão da forma como se produz a mais-valia — da sua origem — nomeadamente, do modo como é produzida pelos operários e apropriada pelos capitalistas. Explica tudo isto pela análise do processo de produção não-recorrente. O passo seguinte consiste em deduzir como a relação entre o capital e o trabalho se altera quando se encara o processo de produção capitalista como um processo contínuo, um processo que se repete ininterruptamente.

### 1. O processo de produção contínuo (processo de reprodução)

Uma sociedade só pode existir quando as pessoas produzem continuamente. Para haver uma produção ininterrupta é necessário que a produção de ontem crie de antemão as condições prévias de produção de hoje ou de amanhã. Não só haverá que produzir os meios de consumo em quantidade adequada, como será necessário fabricar também os meios de produção necessários para que a produção possa prosseguir, na mesma escala ou numa escala alargada. Descrevemos o processo de produção como um processo de produção de mais-valia. Seja qual for o valor-de-uso específico produzido, a única preocupação do capitalista é que, no termo do processo de produção, o dinheiro que adiantou se transforme numa soma maior. Esta preocupação com a produção da mais-valia pressiona-o a não se limitar a investir o dinheiro uma vez apenas, impele-o a utilizá-lo constantemente para a produção de mais-valia. Também o processo de reprodução, tal como o processo de produção isolado, é determinado pela produção de mais-valia. O processo de produção contínuo

é um meio de que o capitalista dispõe para fazer com que o seu capital produza ininterruptamente mais-valia.

Conforme o capitalista consuma completamente ou não a mais-valia produzida ou utilize uma parte dela para comprar meios de produção ou mão-de-obra suplementares, assim falamos de reprodução simples ou de reprodução alargada do capital (acumulação de capital). A *reprodução simples do capital* significa que o capital adiantado para a produção não aumenta: quer dizer, a produção prossegue à mesma escala. Uma produção em escala progressivamente alargada (*reprodução alargada do capital, acumulação do capital*) significa que a soma adiantada de capital aumenta pelo investimento de uma parte da mais-valia produzida, alargando-se portanto a escala da produção na mesma proporção.

Quando vemos o processo de produção como um processo ininterruptamente repetido, a relação entre a classe capitalista e a classe operária surge-nos a uma luz totalmente diferente. Enquanto encarmos o processo de produção como um movimento descontínuo, o capitalista e o operário defrontar-se-ão mutuamente como dois indivíduos. Porém, quando olhamos o processo de produção do ponto de vista cronológico e a uma escala social, torna-se-nos claro que não são dois indivíduos que se defrontam, mas dois grupos de pessoas com certas funções definidas: dum lado, temos os que apenas possuem a sua força de trabalho e portanto têm que produzir mais-valia no processo de produção capitalista e, por outro lado, temos os possuidores dos meios de produção, que se apropriam dessa mais-valia gratuitamente. Os primeiros formam a classe dos trabalhadores assalariados, os segundos, a dos capitalistas. A classe operária cria constantemente novas riquezas e a classe capitalista apropria-se delas com a mesma regularidade.

No tocante ao antagonismo de classes, temos que analisar as alterações resultantes da continuidade do processo de produção sob três aspectos:

1. O capital variável.
2. O capital global, total.
3. A troca de equivalentes entre o capital e o trabalho.

#### a) Alterações relativas ao capital variável

O processo de produção inicia-se com a compra da força de trabalho pelo capitalista. O operário que vende a sua força de trabalho recebe como equivalente a quantidade de dinheiro necessária para adquirir os seus meios de subsistência. A compra (e venda) da força de trabalho repete-se no início de cada novo período de produção. O capitalista compra a força de trabalho no início de cada ciclo de produção, mas habitualmente não a paga antes do fim do processo (após um dia, uma semana, um mês), depois de o trabalhador ter dispendido a sua força de trabalho, isto é, depois de este ter produzido valor e mais-valia para o capitalista. O próprio operário já produziu o valor que recebe sob a forma de salário, mas produziu-o sob a forma de mercadorias, ao passo que é pago em dinheiro. No entanto, isto não altera em nada o facto de ser pago com uma parte do valor do produto que criou. Enquanto o operário transforma parte dos meios de produção em mercadorias, o capitalista transforma as mercadorias que o operário anteriormente produziu em dinheiro com que lhe paga. Por conseguinte, é com o trabalho que produziu durante a última semana ou os últimos seis meses que é paga a força de trabalho do operário na semana seguinte ou nos próximos seis meses.

O facto de os operários serem pagos a partir do próprio produto que fabricaram torna-se ainda mais claro se o encararmos do ponto de vista da classe operária e da classe capitalista, e não já do ponto de vista duma troca entre dois indivíduos, entre um trabalhador isolado e um capitalista isolado. O produto do valor social global foi produzido pelo conjunto da classe operária. No princípio foi totalmente apropriado pelos salários. A classe operária utiliza os salários para adquirir os meios de subsistência e para comprar parte das mercadorias que produziu e, do mesmo passo, o dinheiro que recebeu sob a forma de salários regressa das suas mãos para as dos capitalistas. Após terem consumido os meios de subsistência, os operários voltam a ficar com as mãos e os bolsos vazios e vêm-se obrigados a vender de novo a sua força de trabalho aos capitalistas. A análise do processo de produção na sua continuidade e a uma escala social mostrou-nos que a classe operária cria toda a riqueza social

mas que esta riqueza se lhe opõe como propriedade da classe capitalista. Ao comprar parte desta riqueza com os seus salários, a classe operária separa-se, simultaneamente, do dinheiro, a forma social geral da riqueza. Como não tem dinheiro, nem outros meios para prover à sua subsistência, a classe operária encontra-se dependente do capital.

A condição prévia do modo de produção capitalista, nomeadamente, a separação entre os operários e os seus meios de produção e, portanto, a compulsão para a venda da força de trabalho a que se encontram sujeitos os operários é simultaneamente o resultado contínuo do processo capitalista de produção. Marx descreve esta situação da seguinte maneira: "Mas aquilo que a princípio não era mais do que um ponto de partida, torna-se apenas pela prossecução do processo, pela simples repetição, num resultado específico da produção capitalista continuamente renovado e perpetuado. Por um lado, o processo de produção converte incessantemente a riqueza material em capital, em meios destinados a criar maior riqueza e uma maior quantia de meios de desfrutação para o capitalista. Por outro lado, o operário deixa o processo tal e qual como nele entrou, isto é, como uma fonte de riqueza, mas privado de todos os meios para fazer sua essa riqueza..."

"Portanto, o operário produz ininterruptamente riqueza material, objectiva, mas sob a forma de capital, sob a forma de um poder estranho que o domina e explora; exactamente e da mesma forma, tão constantemente como ele, o capitalista produz força de trabalho mas sob a forma de uma fonte subjectiva de riqueza, separada dos objectos, os quais constituem sua condição e seu meio exclusivo de realização. Em resumo, ele produz o trabalhador mas como trabalhador assalariado. Esta constante reprodução, esta perpetuação do operário, é a condição *sine qua non* da produção capitalista" (*Capital*, Vol. 1, p. 570-571).

#### b) Modificações relativas ao capital total

A classe operária cria toda a riqueza social. Porém, para permitir a prossecução do processo de produção, um capitalista tem que



avançar capital dinheiro para adquirir os meios de produção e a força de trabalho (é este adiantamento necessário que o capitalista invoca para justificar a sua apropriação de mais-valia). Veremos na secção sobre a "acumulação primitiva", donde provém esta soma de dinheiro original, mas, pondo de momento de parte a sua origem, o exemplo seguinte pode explicar como a sua natureza se transforma no interior do processo de produção capitalista.

Um capitalista adiantou um capital de 1.000 contos. No fim do seu processo de produção anual, ganhou 200 contos de mais-valia, passando o seu capital a ascender a 1.200 contos. O capitalista tem que pagar a sua subsistência. Supondo que durante esse período de produção ele consome meios de subsistência no valor de 200 contos, o capital originalmente adiantado reduz-se de 1.000 para 800 contos, mas, no entanto, com a mais-valia de 200 contos, pode voltar a iniciar o processo de produção com 1.000 contos. Imagine-mos que este movimento se repete em quatro períodos de produção durante cada um dos quais o capitalista consome um quinto do capital originalmente avançado. Nessa altura, o seu capital inicial de 1.000 contos estará completamente gasto, no entanto, ele poderá recommençar sempre o processo de produção com 1.000 contos em cada período, pois pode substituir os 200 contos que consumiu pela respectiva mais-valia de 200 contos.

Neste exemplo, consumiu completamente em cinco anos o capital inicialmente adiantado, mas no entanto, está em condições de prosseguir o processo de produção com um capital de 1.000 contos. Isso significa que o seu capital passa agora a ser constituído por mais-valia apropriada gratuitamente ou pelo trabalho não pago de outrem. Vemos então que o simples prosseguimento do processo de produção transforma, mais cedo ou mais tarde, qualquer capital, seja qual for o seu montante real, em mais-valia capitalizada. Mesmo que no início o capital represente uma propriedade do capitalista conseguida à custa do seu próprio trabalho, após algum tempo converter-se-á num valor apropriado sem equivalente. Como a maior parte das empresas foram fundadas há 50 ou cem anos atrás, torna-se bastante evidente que, hoje em dia, o capital destas firmas é constituído por mais-valia capitalizada, isto é, pelo trabalho não pago dos outros.

É isto que ressalta fundamentalmente da análise do processo de produção na sua continuidade, isto é: toda a soma de capital investida ao longo de um extenso período de tempo é constituída nem mais nem menos por mais-valia capitalizada. Além disso, é evidente que o capitalista vive da mais-valia produzida pelos operários. O *produto total* ( $v + mv$ ) é gerido pelos operários. A fracção dessa mais-valia que corresponde ao capital variável adiantado pelos capitalistas, retorna aos operários sob a forma de salário. O capitalista apropria-se da mais-valia, utilizando uma parte dela para a sua subsistência. Isto aplica-se também ao exemplo atrás citado, a partir do momento em que o capital avançado tiver sido consumido. Daqui resulta que a classe operária tem que assegurar a sobrevivência da classe capitalista.

c) As leis da propriedade  
e a falsa aparência da troca de equivalentes

A análise que até aqui fizemos do processo de produção capitalista conduziu-nos aos seguintes resultados:

1. A classe capitalista paga à classe operária com o valor criado pelos próprios trabalhadores;
2. Após um certo número de anos, o capital dos capitalistas é exclusivamente constituído por mais-valia convertida em capital, isto é, por mais-valia resultante do sobre-trabalho não pago executado pela classe operária;
3. É a classe operária que paga a subsistência da classe capitalista. Até agora, pressupusemos que o capitalista e o trabalhador assalariado se confrontavam no mercado de trabalho como pessoas livres com iguais direitos. Trocam valores iguais; cada um deles troca o que lhe pertence, a sua propriedade. O operário vende a sua força de trabalho como uma mercadoria e recebe o equivalente das mãos do capitalista sob a forma de dinheiro. O valor da força de trabalho, tal como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e o homem

que adquiriu a força de trabalho pode utilizá-la conforme lhe aprouver. Por conseguinte, o capitalista pode dispor da força de trabalho que adquiriu como de qualquer outra mercadoria. A mercadoria força de trabalho ao contrário de qualquer outra mercadoria tem um valor de uso específico: cria um novo valor enquanto é consumida e cria mais valor do que o que vale. Produz mais-valia.

Como vimos, os operários são pagos com o valor que eles próprios produziram. A primeira hipótese de que partimos, segundo a qual todos são pagos pela sua propriedade, revela-se agora como falsa aparência. O capitalista permuta valores que a classe operária produziu e de que se apropriou gratuitamente. Por conseguinte, troca valores que não são produto do seu próprio trabalho; mas, segundo as leis burguesas, o produto criado pelos trabalhadores é propriedade legal dos capitalistas, porque estes são proprietários privados dos meios de produção.

O pensamento burguês entende o "roubo" como uma situação em que alguém subtrai alguma coisa, como uma situação em que alguém se apropria de determinada coisa sem pagar o respectivo equivalente. No entanto, a ciência burguesa não analisa o que se passa na esfera da produção e, no quadro actual da lei, nenhum capitalista pode ser acusado de roubar a classe operária, porque tal esfera não é do domínio público, nem imediatamente evidente. O seu roubo permanente é perpetuado no "refúgio oculto da produção" (*Capital*, Vol. 1, p. 176).

"A troca de equivalentes, a operação original de que partimos, sofreu uma volta tão completa que há agora apenas uma troca aparente. Tal deve-se, no entanto, ao facto de, em primeiro lugar, o capital que é trocado pela força de trabalho ser já de si uma fracção do produto do trabalho de outrem apropriado sem equivalente; e, em segundo lugar, ao facto de o produtor não só ter que repor posteriormente esse mesmo capital, mas ter também de o repor com um excedente. A subsistente relação de troca entre o capitalista e o operário torna-se uma simples aparência do âmbito do processo de circulação, uma simples forma, alheia à natureza real da troca e que apenas a mistifica. A ininterrupta compra e venda da força de traba-

lho é agora uma simples forma; o que na realidade se passa é isto: o capitalista apropria-se sem cessar e sem equivalente de uma fracção do trabalho de outrem previamente materializado e troca-a por uma quantidade maior de trabalho vivo. A princípio, parecia-nos que os direitos de propriedade se baseavam no trabalho de cada homem. Pelo menos, havia que partir de um pressuposto deste género, pois só proprietários de mercadorias com iguais direitos se confrontavam mutuamente e um homem só poderia apropriar-se da mercadoria dos outros alienando a sua própria mercadoria; e esta só poderia ser repostada pelo seu trabalho. Porém, agora, a propriedade acaba por surgir como o direito que tem o capitalista de se apropriar do trabalho não pago de outrem, ou dos seus produtos, e como a impossibilidade de o trabalhador se apropriar do seu próprio produto" (*Capital*, Vol. 1, pp. 583-84).

## 2.- A lei geral da acumulação capitalista

### a) A acumulação do capital

Mas não basta que uma soma de dinheiro se valorize *uma vez*; terá que expandir continuamente o seu valor e numa escala progressivamente alargada. É a concorrência que força cada capitalista individual a observar esta tendência emanante do capital. Para sobreviver, aquele tem que expandir constantemente a sua fábrica, quer dizer, converter constantemente uma grande parte da mais-valia produzida em capital adicional, e comprar meios de produção e força de trabalho suplementares. "A utilização da mais-valia como capital, a sua reconversão em capital, chama-se acumulação de capital" (*Capital*, Vol. 1, p. 579). O processo de valorização do capital é, por sua própria natureza, um processo de acumulação, isto é, um constante crescimento da soma inicial de capital. *O leit-motiv* de todos os capitalistas individuais será sempre — como escreve Marx — "Acumulai! Acumulai! Eis a lei e os profetas!" (*Capital*, Vol. 1, p. 595).

A produção de mais-valia só poderá aumentar continuamente por uma acumulação ininterrupta. Inversamente, tal acumulação só é possível por um constante aumento da produção de mais-valia.

“Todos os métodos de elevação da produtividade social do trabalho que se desenvolvem sobre esta base são simultaneamente métodos para a produção alargada de mais-valia (ou sobre-produto), a qual, por seu turno, é o elemento constitutivo da acumulação. Tais são portanto, e simultaneamente, métodos de produção do capital pelo capital, ou métodos de acumulação acelerada. A ininterrupta retransformação da mais-valia em capital surge agora sob a forma duma cada vez mais elevada quantidade de capital introduzida no processo de produção. Esta, por seu turno, é a base de um alargamento constante da produção, dos métodos de expansão da mais-valia, da produtividade do trabalho que lhe é correlativa e de aceleração da produção de mais-valia” (*Capital*, Vol. 1, p.624).

Que implicações tem a ininterrupta acumulação de capital para a classe operária? Para respondermos a esta pergunta, teremos primeiro que analisar a influência que exerce a acumulação sobre as relações entre as duas partes constituintes do capital (capital constante e capital variável), pois a situação da classe operária depende grandemente da quantidade de capital variável existente no conjunto da sociedade.

#### b) Alterações da composição orgânica do capital

O processo de produção capitalista implica a produção de mercadorias. As mercadorias possuem uma natureza dupla, são unidade do valor-de-uso e do valor-de-troca. Tal como as mercadorias produzidas, também o processo de produção tem um duplo carácter: é simultaneamente processo de trabalho para a produção de valores-de-uso e processo de valorização do capital para a produção de valor e de mais-valia. Os factores de produção comprados pelo capitalista (meios de produção e força de trabalho) têm que desempenhar a dupla função de factores de trabalho e factores de valorização do capital.

O capitalista necessita de uma certa quantidade de ambos os factores de produção. O nível das forças produtivas determina a proporção entre a quantidade de meios de produção e a força de trabalho, que corresponde a uma razão determinada entre os valores

do capital constante e do capital variável. Quando a produtividade do trabalho é aumentada graças a algum melhoramento técnico, isto é, quando o operário passa a produzir mais do que antes durante o mesmo período de tempo, utiliza uma maior quantidade de meios de produção. Por conseguinte, a razão entre os meios de produção e a força de trabalho e entre o capital constante e o capital variável altera-se. Quando um tal aumento da produtividade do trabalho leva a uma modificação da razão em termos dos valores (razão entre o capital constante e capital variável), Marx fala *do aumento da composição orgânica do capital*.

A medida que, sob o aspecto do valor-de-uso, a quantidade de meios de produção aumenta relativamente à massa da força de trabalho, sob o aspecto do valor, o capital constante aumenta a expensas do capital variável. Dada por exemplo, uma soma de capital de 100 unidades de conta, das quais 80 formam o capital constante e 20, o capital variável, quando a produtividade do trabalho aumenta a porção do capital constante pode aumentar de 80 para 90 enquanto o capital variável baixa para 10. Consideraremos a seguir as consequências que decorrem do aumento da composição orgânica do capital para a classe operária, depois de analisarmos a centralização do capital pois é pela centralização do capital que a acumulação se acelera ainda mais.

#### c) Centralização do capital

O movimento do capital não se esgota na acumulação, isto é, na ininterrupta transformação da mais-valia em capital suplementar. Há uma feroz luta concorrencial entre os capitalistas individuais. Todos eles têm que produzir o mais possível e vender os produtos o mais barato possível. Nesta concorrência, saem vitoriosos os capitalistas que tiverem criado as melhores condições de produção. As pequenas e médias empresas são compradas pelas maiores; noutros casos, duas grandes firmas unem-se para eliminarem uma terceira. Este processo é a centralização do capital. Aquilo a que Marx chama “centralização” é hoje mais conhecido por “concentração”. Muitas vezes realiza-se pela formação de sociedades de responsabilidade limitada (sociedades por acções).

A centralização de vários pequenos capitais num só, mas maior, acelera a acumulação do capital: os capitais de maior dimensão estão em melhores condições financeiras do que os mais pequenos para produzirem nova maquinaria e aperfeiçoamentos técnicos. Por conseguinte, a produtividade do trabalho cresce muito mais rapidamente nas grandes empresas capitalistas, aumentando portanto a quantidade de mais-valia e de capital que pode ser acumulada. Este valor mais elevado permite introduzir novos métodos de produção, e este facto acarreta uma renovada aceleração do crescimento da composição orgânica do capital. "As massas de capital que se fundem dum momento para o outro pela centralização reproduzem-se e multiplicam-se tal como as outras, só que mais rapidamente, tornando-se portanto novas e poderosas alavancas de acumulação social. Por conseguinte, quando falamos do progresso da acumulação social, incluímos tacitamente nisto os efeitos da centralização" (*Capital*, Vol. 1, p. 628).

#### d) O exército de reserva e os ciclos industriais

O ininterrupto crescimento da composição orgânica do capital significa que o capital variável diminui relativamente ao capital constante. Atingida uma maior produtividade do trabalho, os operários produzem uma quantidade de produtos maior do que antes, no mesmo período de tempo. Fazem maior sobre-trabalho e produzem maior montante de mais-valia acumulável. O capital que se expande pela acumulação tem que transformar parte da mais-valia em capital constante e outra parte em capital variável. Pode-se conseguir isto de duas maneiras: ou pura e simplesmente se alarga a escala de produção, permanecendo constante o nível técnico; se, nesse caso, a massa de operários cresce absolutamente, ou introduzem-se aperfeiçoamentos técnicos, e nesse caso, o número de operários diminui relativamente.

A procura de operários não é determinada pelo montante do capital total, mas pela sua componente variável. O emprego total depende da composição orgânica do capital na sociedade como um todo. Embora a componente variável do capital possa aumentar em

números absolutos, necessariamente sofrerá uma diminuição relativamente ao capital constante, à medida que cresce a composição orgânica do capital. Quanto maior for o capital total, mais rapidamente crescerá a composição orgânica e mais acelerada será a diminuição do capital variável em comparação com o capital constante. Quanto mais rapidamente progredir este movimento, mais pequena será a força de trabalho empregada pelo capital e, nessa altura, a oferta de força de trabalho excederá a procura. Uma parte dos trabalhadores deixará de poder vender a sua força de trabalho e perderá os seus empregos. Marx designa esta fracção da classe operária por "*exército industrial de reserva*".

As observações que se seguem são necessárias porque assinalam as condições actuais de que depende em grande medida o movimento do exército industrial de reserva, o seu crescimento e o seu declínio. Não podemos ainda desenvolver e explicar completamente estas condições, mas, neste ponto da nossa exposição, bastar-nos-á esboçá-las brevemente.

É objectivo do capitalista colocar todos os meios de produção disponíveis ao serviço e às ordens do capital e aplicá-los no processo de produção capitalista. Porém, a produção nem sempre bate o seu pleno. Por vezes, há máquinas parcialmente paradas, matérias-primas abandonadas nas instalações da empresa, mercadorias acumulando-se no armazém, por não poderem ser vendidas. Em consequência disso, há despedimentos, enquanto as matérias-primas e as máquinas se gastam. Com o mercado em baixo, isto é, quando nem todas as mercadorias encontram escoamento, ou por outra, não podem ser transformadas em dinheiro, dá-se uma valorização do capital limitado e a acumulação diminui.

O processo de acumulação capitalista não funciona sem atritos. Os períodos de negócios florescentes alternam com a estagnação e as quebras do mercado. Regra geral, o processo de acumulação capitalista segue uma trajectória de constantes "altos e baixos". Marx designa este movimento por *ciclo industrial* (habitualmente chama-se-lhe "ciclo económico"). Este ciclo é constituído por cinco fases que se seguem umas às outras e indicam a respectiva situação da produção: Marx chama-lhes períodos de actividade moderada, de prosperidade, de sobre-produção, de crise e estagnação. (*Capital*, Vol.1, p. 453).

Embora neste estágio da exposição seja impossível explicar as razões do movimento cíclico do processo capitalista de reprodução, podemos descrever os efeitos do ciclo industrial sobre a situação laboral da classe operária. A procura do trabalho por parte do capital aumenta ou diminui consoante o estado dos negócios. Na fase de prosperidade e sobre-produção, pode muito bem suceder que a procura de trabalho exceda a oferta. Nessa altura, os trabalhadores que anteriormente formavam o exército industrial de reserva encontram empregos e os salários sobem, porque o capital precisa de mais trabalhadores do que os que há; no entanto, no período de crise, ou numa situação de restrição da produção, os trabalhadores são despedidos em grandes quantidades e o exército de reserva volta a crescer; os salários diminuem e uma grande parte daqueles que não são despedidos têm muitas vezes que se contentar com um emprego a tempo parcial e a correspondente redução dos salários. O trabalho a tempo parcial está hoje muito na moda como meio para disfarçar o crescimento do exército industrial de reserva. O trabalhador a tempo parcial permanece na empresa mas tem de vender a sua força de trabalho abaixo do seu valor. Está desempregado na proporção da redução do seu tempo de trabalho, fazendo também parte, portanto, do exército industrial de reserva.

O movimento de acumulação e o ciclo industrial determina o número de pessoas que fazem parte do exército industrial de reserva, isto é, determinam a quantidade de trabalhadores que podem vender a sua força de trabalho em determinado momento.

#### e) Os efeitos da acumulação do capital sobre a classe operária

Como nem todos os operários podem vender a sua força de trabalho a classe operária cinde-se em duas partes, parte activa (os trabalhadores empregados) e a parte inactiva (os desempregados). A classe capitalista pode manipular uma parte da classe operária contra a outra. Os desempregados entram em concorrência com aqueles que tem emprego pelos empregos disponíveis e esta concorrência entre os operários permite aos capitalistas baixar os salários. O trabalho

produz uma mais-valia suplementar. Os capitalistas convertem a mais-valia suplementar em capital acrescido. Podem introduzir-se no processo de produção melhoramentos técnicos, de forma que a composição orgânica do capital aumenta cada vez mais.

A este processo chama-se "racionalização". Os aperfeiçoamentos técnicos tornam excedente um número cada vez maior de operários. Se a produção não aumentar numa extensão tal que se crie um número de empregos suficientemente grande para absorver os operários lançados na rua pela "racionalização", o exército industrial de reserva aumentará constantemente.

Marx mostra então que, a longo prazo, o crescimento da composição orgânica do capital progride a ritmo muito mais rápido do que a expansão absoluta da produção. Enquanto o capital social, como um todo, cresce a determinado ritmo a parte variável do capital diminui a um ritmo maior. Portanto, o exército industrial de reserva cresce na mesma proporção da concentração e da centralização e a participação dos trabalhadores na riqueza social diminui. Quanto maior for a riqueza social, quanto mais capital houver no mercado e maior for a taxa do seu crescimento, maior se tornará a dimensão do exército industrial de reserva e a pobreza da classe operária como um todo. Esta evolução é o resultado necessário da produção capitalista. Como escreve Marx: "É a lei geral absoluta da acumulação capitalista e como todas as outras leis, é modificada no seu funcionamento por uma série de circunstâncias" (*Capital*, Vol. 1, p. 644).

Os "críticos burgueses" da teoria marxista tentam refutar esta lei, referindo-se à situação dos operários das nações industrializadas do mundo ocidental actual. Afirmam que "a teoria da pauperização" se verificou errada e que Marx e a luta de classes são produtos exclusivos do século XIX.

Na argumentação "esquecem-se" do seguinte:

1. Embora hoje em dia, em alguns países capitalistas, o nível material de vida da classe operária tenha sofrido uma relativa melhoria em comparação com o século XIX isto não refuta a lei geral que Marx formulou.

O nível de vida relativamente desenvolvido da classe operária em alguns países contrasta flagrantemente com a situação de opressão dos trabalhadores daqueles países capitalistas que são mantidos no

sub-desenvolvimento. Torna-se evidente que não podemos aplicar a lei geral à situação da classe operária *num só país*. A lei segundo a qual a crescente riqueza da classe capitalista implica uma cada vez maior pobreza da classe operária aplica-se ao mercado capitalista mundial no seu conjunto. As condições favoráveis de acumulação de capital nos países europeus ocidentais e o nível de vida relativamente elevado destes países estão directamente relacionados com a situação dos países sub-desenvolvidos. Os países do Terceiro Mundo dependem do intercâmbio com as nações capitalistas mais importantes e encontram-se numa situação de desvantagem apesar da troca de equivalentes.

Da mesma maneira que o capitalista individual tem a possibilidade de ganhar uma mais-valia extra relativamente aos seus competidores pela aplicação de métodos de produção mais produtivos, os países desenvolvidos, quando efectuam trocas com aqueles que se encontram a um nível muito mais baixo de produtividade do trabalho, podem ganhar imensos super-lucros. No mercado mundial só conta a média do tempo de trabalho socialmente necessário, de forma que os países sub-desenvolvidos são forçados a vender as suas mercadorias abaixo do valor nacional. Por conseguinte, o nível de vida relativamente elevado dos países capitalistas avançados está relacionado com os super-lucros desses países. Por conseguinte, tal nível de vida elevado não poderá nunca existir em todos os países simultaneamente, pois se baseia na miséria dos países do Terceiro Mundo, que se mantêm na dependência relativamente aos outros.

Porém, essa miséria não existe apenas em certas regiões longínquas da Ásia, da África e da América do Sul. Também a Europa possui a sua reserva industrial e os seus países sub-desenvolvidos no mar mediterrânico. Por exemplo, na Alemanha Federal, há cerca de dois milhões de "trabalhadores estrangeiros" provenientes de Itália, da Espanha, da Grécia, da Turquia e da Jugoslávia. Estes operários são forçados a deixar os seus países e, normalmente, as suas famílias para irem à procura de emprego nos países capitalistas avançados onde as condições de acumulação actualmente são melhores. Toda a parte capitalista da Europa forma assim um mercado de trabalho mais ou menos unificado e a quantidade de trabalhadores com hipóteses de encontrar colocação, a fracção da classe que o consegue, o

sector industrial e a altura em que tal se dá, tudo isso depende das possibilidades de expansão dos diferentes capitais nacionais.

Assim, todos os operários assalariados da Europa — e não apenas os do Sul da Europa — vivem numa constante incerteza no tocante à manutenção do seu emprego. No fim de contas, como trabalhadores assalariados são todos "estrangeiros" para os capitalistas e podem ir para a rua num prazo mais curto. O facto de, de momento, o exército de reserva europeu ser constituído na sua grande maioria por trabalhadores da Europa do Sul não exclui a hipótese de que num futuro próximo, talvez muitos trabalhadores ingleses tenham que ir para a França e a Alemanha trabalhar como emigrantes.

2. A imprensa e os governos burgueses anunciam quase todos os dias que os operários na Inglaterra ou em Portugal se encontram em boa situação ou queixam-se do seu "egoísmo" quando exigem salários mais elevados. Ao que ouvimos, o nível de vida nunca teria sido tão elevado como hoje em dia. No entanto, o que significa isso de elevado nível de vida?

Marx resume a análise da produção de mais-valia da seguinte maneira: "No quadro do sistema capitalista, recorre-se a todos os métodos possíveis e imaginários para aumentar a produtividade social do trabalho à custa do operário individual; todos os meios de desenvolvimento da produção se transformam em meios de dominação e de exploração sobre os produtores; mutilam o trabalhador transformando-o num fragmento de homem, degradam-no ao nível de um apêndice da máquina, destroem todos os resquícios de interesse pelo trabalho e transformam-no num utensílio monótono; alienam-lhe as potencialidades intelectuais do processo de trabalho, na mesma proporção em que a ciência é incorporada nesse mesmo processo como um poder independente, distorcem as condições em que trabalha, sujeitam-no durante o processo a um despotismo tanto mais odioso quando mais arbitrário. Transformam o seu tempo de vida em tempo de trabalho e arrastam-lhe a mulher e os filhos nas engrenagens do Capital. Mas todos os métodos de produção de mais-valia são simultaneamente métodos de acumulação de capital; e toda a extensão da acumulação se transforma de novo num meio de desenvolvimento desses métodos, donde decorre, portanto, que, à medida que o capital se for acumulando, a sorte do trabalha-

dor terá necessariamente que piorar, seja o seu pagamento elevado ou baixo" (*Capital*, Vol. 1, p. 645).

Nos países capitalistas altamente desenvolvidos, os operários na verdade têm um padrão de vida relativamente elevado, se apenas os considerarmos como consumidores, durante o seu tempo de lazer. No entanto, se indagarmos o seu "nível de vida" durante o tempo de trabalho, que ocupa a maior parte da vida de um trabalhador, veremos que a classe operária se encontra, tanto como antes, sujeita ao despotismo do capital. O significado real do "nível de vida" para o operário não podemos deduzi-lo do seu tempo de lazer, mas principalmente do seu processo de trabalho quotidiano.

Na economia baseada na moderna indústria, as massas de capital estão a ser constantemente transferidas de um ramo para outro e os operários são forçados a seguir o capital, o que faz com que sintam uma insegurança cada vez maior — e isto tanto mais quanto a formação profissional se torna cada vez mais unilateral e especializada, em resultado da divisão do trabalho. Por um lado, se necessário, têm que ser capazes de encontrar emprego num dos vários ramos de produção, mas, por outro, não podem fazê-lo, porque a sua formação e as suas qualificações são extremamente especializadas. Mesmo os cursos de reciclagem são mais um trabalho fastidioso do que uma verdadeira ajuda, visto que resultam num adestramento tão parcelar como o anterior. Marx mostra como esta contradição entre os efeitos da divisão capitalista do trabalho sobre um trabalhador e as exigências da moderna indústria "faz desaparecer toda e qualquer constância ou segurança na situação do trabalhador, como ela, com retirar-lhe os instrumentos de trabalho e arrancar-lhe das mãos todos os meios de subsistência e com suprimir a sua função parcelar, ameaçam constantemente torná-lo "supérfluo" (*Capital*, Vol. 1, p. 487).

Quando os trabalhadores encontram emprego sofrem com a elevada intensidade do trabalho. Ao capital interessa aumentar constantemente o ritmo de trabalho, e pouco lhe importa o efeito debilitante que tal possa exercer sobre os operários. Hoje em dia, os efeitos que a aceleração do ritmo de trabalho provoca no sistema nervoso dos operários, que por vezes fica completamente dilacerado, são a principal causa da invalidez prematura. Segundo inquéritos

burgueses realizados na Alemanha Federal, um quinto dos operários sofre de doenças psicológicas, 600 000 das quais incuráveis. Mas não são só os nervos dos operários que são atingidos durante o processo de produção. As estatísticas dos acidentes de trabalho são muito eloquentes a este respeito.

### 3. O que a ciência burguesa tem a dizer sobre o capitalismo.

Da secção II à secção V analisámos o processo de valorização do capital (D-M-D'). Vimos que o capital só expande o seu valor explorando os trabalhadores assalariados e apropriando-se gratuitamente do sobre-trabalho do proletariado. Na secção VI explicou-se como a mais-valia se convertia em capital adicional. Tornou-se claro que o conjunto do capital se transforma gradualmente em mais-valia capitalizada. Por conseguinte, "*o capital não é mais do que a riqueza que a classe operária produziu e de que a classe capitalista se apropriou.*"

É fácil compreender que os capitalistas e os seus laiaos científicos não têm qualquer interesse em espalhar este tipo de conhecimento. Pelo contrário, apenas lhes interessa impedir a apreensão da verdadeira engrenagem do modo de produção capitalista, atirar poeira aos olhos da classe operária (iludindo-se a si própria muitas vezes neste processo), sobre as relações de classe e a exploração. As "teorias" dadas à luz com este desígnio são muito espalhadas e muitas vezes acredita-se nelas, porque a relação de exploração capitalista não é abertamente visível e só pode ser compreendida com a ajuda da análise científica de Marx. Por conseguinte, vamos delinear e criticar as mais importantes teorias burguesas sobre o capital e a mais-valia.

#### a) O que entendem os cientistas burgueses por capital

##### 1. O capital como meios de produção produzidos

À pergunta: "O que é o Capital?", responde-se muitas vezes da seguinte maneira: são os equipamentos produtivos, as instalações fa-

bris, as máquinas, as ferramentas. Diz-se que são capital porque não foram produzidas para o consumo imediato, antes servem para a produção de novas mercadorias. São capital, porque são meios de produção e a pessoa que os utiliza e aplica é um capitalista.

Este tipo de definição pretende "provar" que o capitalismo é tão antigo como a humanidade e existirá enquanto esta existir, pois nenhum processo social de trabalho poderia ser levado a cabo sem se utilizar meios de produção. Porém, a definição prova quando muito que também há capitalistas no reino animal. O macaco do jardim zoológico que procura um pau para pescar uma banana fora da jaula usa meios de produção e, por conseguinte, é por definição, um capitalista!

A ilusão segundo a qual os meios de produção são em si mesmos capital, resulta necessariamente da natureza do modo de produção capitalista. Quando os operários vendem a sua força de trabalho defrontam-se com o capitalista como proprietário dos meios de produção. O capitalista pode apropriar-se do sobre-trabalho do operário utilizando estes meios de produção como meios de exploração. Escreve Marx: "Considerados do ponto de vista da criação de mais-valia, os meios de produção, o capital constante, só existem para absorverem valor e, com cada gota de trabalho, uma quantidade proporcional de mais-valia". (*Capital*, Vol. 1, p. 256).

No processo de produção capitalista, os meios de produção não funcionam apenas como simples instrumentos de trabalho, mas também como meios de valorização do capital. Disto resulta que a exploração é uma relação entre o operário e uma simples coisa, os meios de produção. Sabemos porém que a exploração é uma relação entre seres humanos, entre classes. Os meios de produção só passam a funcionar como capital quando os operários, que não possuem mais nada a não ser a sua força de trabalho, defrontam a classe dos proprietários dos meios de produção e são forçados a vender-se aos capitalistas. Nessa altura, estes podem apropriar-se da mais-valia, do sobre-trabalho não pago da classe operária. No entanto, no comunismo, sociedade em que são propriedade comum dos produtores, os meios de produção deixam de funcionar como capital e passam a funcionar como instrumentos de trabalho para a produção de valores de uso.

A respeito da "teoria" segundo a qual o capital não seria mais do que os meios de produção produzidos, afirma Marx: "Os agentes práticos da produção capitalista e os seus ideólogos de chicaneiros são tão incapazes de pensar nos meios de produção como algo distinto da máscara social antagonista que hoje usam, como o dono de escravos de pensar no próprio trabalhador como algo distinto do seu carácter de escravo". (*Capital*, Vol. 1, p. 608).

## 2. Força de trabalho como "capital" do operário

Além da confusão entre meios de produção e capital, há outra opinião muito espalhada que sustenta ser o próprio operário um capitalista. Chegámos ao ponto de, num jornal da burocracia sindical do sindicato dos trabalhadores químicos da Alemanha Federal ("Gewerkschaftliche Umschau", 1969), podermos ler o seguinte: "O capital do operário é a sua força de trabalho, o capital do patrão é a sua propriedade". Este ponto de vista decorre da pressuposição de que o operário não se encontra desprovido de propriedade, antes possui a sua força de trabalho. Esta mercadoria pode ser vendida em troca de dinheiro, com o qual o operário pode comprar os seus meios de subsistência. Ao consumir estes meios, reproduz a sua força de trabalho e pode vendê-la de novo. Este processo ininterrupto garante-lhe um rendimento vitalício, não sendo por conseguinte diferente do capitalista que, como proprietário dos meios de produção, também auferir um rendimento durante toda a sua vida.

É certo que ambas as classes auferem "rendimento" — a classe capitalista porque possui os meios de produção, a classe operária porque possui a sua força de trabalho. Mas a *simples posse de uma mercadoria não faz de ninguém um capitalista* e o mesmo acontece com a posse da mercadoria força de trabalho. Com efeito, o operário não pode fazer nada da sua força de trabalho enquanto tal. Não a pode utilizar em seu proveito, pois não possui quaisquer meios de produção. Tem que a vender. O seu salário corresponde apenas ao valor da força de trabalho, isto é, basta apenas para reproduzir a força de trabalho que havia sido gasta no processo de produção capitalista. A venda contínua da sua força de trabalho não proporciona ao trabalhador nenhuma riqueza, apenas o mantém vivo.



As coisas passam-se de maneira diferente para o capitalista; o seu dinheiro e os seus meios de produção só se tornam realmente capital pela aquisição da força de trabalho. Só quando o capitalista faz o operário trabalhar é que a força de trabalho se torna fonte de mais-valia, mas esta mais-valia não pertence ao operário, pertence ao proprietário dos meios de produção. E só por tal processo este último, se torna capitalista; simultaneamente, para o operário, o sobre-trabalho não é mais do que a condição necessária prévia para se manter vivo neste sistema.

**b) Como se justifica a apropriação de sobre-trabalho não pago**

Não é claramente visível que a mais-valia resulte do processo de produção capitalista, isto é, da exploração da força de trabalho. A única coisa que o capitalista sabe e que lhe interessa é que no fim do ano fica com mais dinheiro do que no princípio e isto significa que teve lucro. Para ele pouco lhe importa de onde este lucro tenha realmente provindo — o que lhe interessa é que o lucro existe. Por conseguinte, as teorias burguesas não fazem muitos esforços para explicar a origem deste lucro, preocupam-se essencialmente com defender e justificar a apropriação desse lucro por parte do capitalista.

*1. O lucro como compensação para a abstinência capitalista*

Quando alguém investe dinheiro em meios de produção, em vez de o gastar em artigos privados de luxo e de o desperdiçar e o dissipar, vive em abstinência de luxos. Em vez de levar uma vida magnífica, "investe". Mas só o faz se disso resultar um acréscimo de dinheiro, isto é, se for compensado e recompensado por se abster de consumir. É isto exactamente que se passa com o capitalista, se é evidente que esta atitude generosa e resignada terá que ser recompensada. A recompensa do capitalista é o seu lucro.

A resposta a tal opinião é que não depende do capitalista investir o seu capital produtivamente ou dissipá-lo no luxo.

A concorrência força-o a acumular ininterruptamente. Se quiser aguentar-se como capitalista, não poderá consumir a sua riqueza individualmente. Se dispender todo o seu dinheiro tornar-se-á ele também um trabalhador assalariado.

A mais-valia não resulta da abstinência do capitalista, pelo contrário: radica na abstinência forçada do operário relativamente à mais-valia que criou. O capitalista pode utilizar este sobre-produto para, ao mesmo tempo que aumenta o seu capital, levar também uma vida extravagante.

Marx já conhecia um remédio eficaz contra os escrúpulos de consciência deste estranho capitalista que se vê forçado a lutar continuamente contra a tentação de dissipar o seu capital em luxos: a saber, a expropriação dos capitalistas pela classe operária. "Os simples ditames do humanitarismo cominam-nos plenamente a libertar os capitalistas deste martírio e desta tentação, por forma igual àquela como, pela abolição da escravatura, o senhor de escravos georgiano foi libertado do doloroso dilema em que dilacerantemente se debatia: ou dissipar integralmente em champagne o sobre-produto arrancado dos seus negros à força de chicote ou reconverter de novo uma parte dele em negros e terra suplementares" (*Capital*, Vol. 1, pp. 597-598).

*2. O lucro como retribuição do risco*

Para o capitalista, utilizar o seu dinheiro como capital, é uma decisão difícil, porque corre um grande risco: de antemão, não há nenhuma garantia de que o capital se valorizará, se expandirá. Pode ser vítima de logro na aquisição da matéria-prima e receber material estragado; durante o processo de produção, podem ocorrer estragos e acidentes; uma greve pode levar à paragem da produção; o capitalista pode ser forçado, por uma situação desfavorável do mercado, a vender as mercadorias produzidas abaixo do seu valor. Num caso extremo, o resultado de todo o processo de produção pode ser a falência da empresa e não o lucro. O capitalista só empreenderá uma aventura tão arriscada se uma recompensa adequada se perfilar no horizonte. Recebe essa recompensa sob a forma de lucro.

Esta teoria exprime o truismo segundo o qual na sociedade capitalista, que é dominada pela concorrência e pela luta de classes, nem sequer a vida da classe dominante se encontra isenta de riscos. Contudo, no tocante ao processo de produção, o risco que o operário corre é certamente superior ao que corre o capitalista. Se o processo de produção estagnar, quem é despedido é o operário e não o capitalista. Os acidentes do processo de trabalho atingem principalmente o operário e não afectam muito o capitalista bem protegido. É verdade, no entanto, que o capitalista corre o risco de ter que vender a mercadoria abaixo do seu valor; mas, pelas mesmas razões, pode ter a sorte de vendê-las pelo seu valor ou até acima. O estado do mercado decidirá se o capitalista pode guardar para si toda a mais-valia que extorquiou aos trabalhadores, ou se tem que ceder uma parte dela aos compradores de mercadorias.

Esta dependência do capitalista individual relativamente aos riscos do mercado durará enquanto os operários não puserem cobro à sua dependência relativamente ao capital. A revolução proletária acabará com os "riscos" e "incertezas" dos capitalistas.

### 3. O lucro como salário do patrão

Para manter uma empresa capitalista a funcionar solidamente não basta o trabalho dos operários; alguém terá que se encarregar da gestão, do planeamento da organização e da decisão. Estas tarefas de direcção só podem ser executadas pelo empresário (?). O empresário é responsável por toda a firma e todos os dias dispense a sua força de trabalho (tal e qual como o operário) com vista a assegurar a manutenção dos empregos necessários para que a empresa funcione sem atritos. Esta actividade implica uma grande tensão física e sobretudo nervosa, de tal forma que são frequentes as doenças de coração, os colapsos cardíacos e nervosos. Tal como os outros trabalhadores, o empresário tem que reproduzir constantemente a sua força de trabalho, coisa que consegue porque aufer continuamente um lucro. Este lucro é o salário da sua actividade como empresário.

Vimos na secção V que o processo de produção baseado na divisão do trabalho, torna necessária a função de direcção e coordena-

ção das várias tarefas parcelares, de forma a permitir um trabalho eficiente e sistemático do trabalhador colectivo. Contudo, também ficou claro que no modo de produção capitalista a actividade dirigente do empresário tem simultaneamente por objectivo a valorização de capital e a exploração (vigilância, controle, direcção). Enquanto a tarefa de vigilância não produz nenhum valor, a força de trabalho dispendida no planeamento e na organização do processo de trabalho-concreto constitui uma parte do valor dos produtos criados pelo trabalhador produtivo colectivo.

O empresário dispense a sua força de trabalho tanto na vigilância como na organização do processo de trabalho. Quando empregar assalariados específicos para estas tarefas (o que normalmente acontece) tem que pagar-lhes de acordo com o valor da sua força de trabalho. Se for ele a executar o trabalho de gestão encara o lucro resultante como "salário" pago pelo seu trabalho. No entanto, enquanto o salário dos trabalhadores parcelares vulgares é determinado pelo valor da sua força de trabalho, haverá que perguntar o que é que regula os salários especiais dos empresários. O empresário não vende nenhuma força de trabalho; a soma real do seu salário depende da taxa de mais-valia equivalente à massa de mais-valia produzida pelos trabalhadores da sua empresa. Com isto torna-se evidente que o trabalho assalariado e a "actividade empresarial" são coisas totalmente distintas. O "trabalho" de explorar outrém é recompensado pela mais-valia, com a qual o capitalista pode realizar a acumulação e levar simultaneamente uma bela vida. No entanto, o trabalho de explorar os operários, tem como resultado o estes se limitarem a reproduzir as suas vidas como trabalhadores assalariados.

O trabalho do empresário não cria a mínima porção de mais-valia. O único resultado que pode ter é o de conseguir que a mais-valia produzida pelos operários renda uma taxa de lucro mais elevada. O empresário não calcula a mais-valia em relação ao capital variável avançado ( $mv/v$ ) mas em relação ao capital total ( $mv/v+c$ ). Se, por uma boa planificação e organização excepcionalmente boas conseguir extorquir dos operários uma mais-valia de 100, avançando apenas  $200c + 100v$  em vez de  $300c + 100v$ , atinge uma taxa de lucro de  $100/300$ , em vez de  $100/400$ , o que significa 30% em vez de 25%.

A massa de mais-valia mantém-se constante; aparece apenas como

uma maior taxa de lucro, como uma percentagem mais elevada do capital total.

A aparência de que o empresário é também apenas um trabalhador, desvanece-se necessariamente sempre que o empresário lança a empresa, não com o seu próprio dinheiro, mas com base em empréstimos. Nessa altura, terá que ceder uma parte da sua mais-valia como juros ao credor que não tem que mexer um dedo. Mas o empresário tem que "fazer o esforço" de os explorar guardando por esse esforço para si uma parte da mais-valia como "salário pelo seu trabalho".

A natureza absurda da "teoria" que defende serem os lucros o "salário do trabalho" do empresário, assim como o seu núcleo racional, tornam-se manifestos quando olhamos para as formas da empresa capitalista actualmente predominantes: os monopólios e as sociedades anónimas. Nelas não há empresários como os que acima descrevemos. Todas as pessoas que trabalham na empresa, desde o operário indiferenciado aos gestores, são força de trabalho comprada no mercado. Isto também é válido para os directores e gestores que executam tarefas de administração e organização que, segundo se pretende, só podem ser levadas a cabo pelo empresário. A respeito destas formas de empresa escrevia Marx: "A produção capitalista atingiu um ponto em que o trabalho de organização se desenvolveu generalizadamente de forma totalmente independente da propriedade do capital, tornando portanto inútil que o capitalista se encarregasse dele". (*Capital*, Ed. Sociales, Livro III, Tomo II, p. 400).

A hierarquia dos trabalhadores assalariados no interior da empresa defronta-se com os proprietários do capital exteriores à empresa, os accionistas que se limitam a embolsar a mais-valia sob a forma de dividendos anuais sem efectuarem a mínima parcela de trabalho. Como Marx escreve, esta evolução destruiu "as bases da última pretensão dos capitalistas a confundirem o lucro dos empresários com os salários pelo trabalho de administração; e o lucro surge na prática como o que é na teoria, como simples mais-valia pela qual não se pagou qualquer equivalente, como trabalho não pago" (*Capital*, Vol. 3, p. 403).

#### 4. A chamada acumulação primitiva do capital ou a exploração violenta primitiva

À pergunta: como se chega a capitalista, dá-se geralmente a resposta de que há que forçar caminho até chegar aos lugares de cúpula. Embora a distância que separa um lavador de pratos de um milionário seja grande, há algumas pessoas que percorreram com êxito essa estrada toda. Aqueles que têm aversão ao trabalho, não têm que se admirar por nunca conseguirem passar de trabalhadores assalariados. Normalmente, não é menos toia a resposta à pergunta: de onde veio o capitalismo como um todo? Marx escarneceu de todos estes disparates da seguinte maneira: "Em tempos que já lá vão, havia duas espécies de pessoas: uns constituíam a elite diligente, inteligente e, sobretudo, frugal; os outros, eram uma malandragem ociosa que dissipava os seus teres e haveres numa existência turbulenta. A lenda teológica do pecado original ensina-nos, é certo, como o homem foi condenado a ganhar o pão com o suor do rosto; mas a história do pecado original económico mostra-nos que há pessoas para quem tal não é nem por sombras necessário. Assim, aconteceu que o primeiro género de indivíduos acumulavam riquezas e o último género não tinha nada para vender a não ser a sua pele. E deste pecado original resulta a pobreza da esmagadora maioria dos produtores, que, apesar do seu trabalho, até hoje ainda não arranjam mais nada que vendessem à excepção de si mesmos, e a riqueza dos poucos, que aumenta ininterruptamente, apesar de terem deixado de trabalhar" (*Capital*, Vol. 1, p. 713).

Com certeza que hoje em dia alguns indivíduos podem conseguir "subir na vida" até às posições mais elevadas à custa de uma energia inesgotável e de muito se absterem de todos os prazeres. Mas a maior parte dos capitalistas actuais não seguiu este caminho espinhoso — limitaram-se a herdar o capital. Foi transmitido no seio da sua família durante gerações. E as enormes somas de capital criadas no século XVI e XVIII, não podem ter sido resultado das naturezas industriais dos seus possuidores, vieram concerteza de outras origens.

A separação entre a posse dos meios de produção e a posse da força de trabalho é a condição prévia do modo de produção capitalista. Isto significa que temos que explicar como pode ter sucedido que a massa de produtores tenha sido separada dos seus meios de produção enquanto, por outro lado, uma minoria conseguia aceder ao dinheiro e aos meios de produção. Este processo histórico chama-se geralmente *acumulação primitiva*. É a história primitiva do modo de produção capitalista. No decurso do tempo, a separação da sociedade em capitalistas e trabalhadores assalariados acabou por prevalecer.

Isto é importante para que possamos reconhecer que o *modo de produção capitalista* não é uma relação natural mas *uma relação que surgiu historicamente e que, portanto, pode ser historicamente modificada*. Nas épocas pré-capitalistas, a grande massa dos produtores agrícolas (servos ou camponeses parcialmente libertos) encontrava-se vinculada à terra, mas esses mesmos produtos podiam prover à sua subsistência. Possuíam os meios necessários para a produção dos seus meios de subsistência e até os servos tinham direito à posse da terra. Utilizando o exemplo da Inglaterra, Marx descreve como os camponeses foram arrancados à terra (a condição da sua existência): o crescimento das manufacturas de lanifícios transformou o solo arável das quintas camponesas em lotes de pastagem para carneiros, visto que a criação de carneiros se tinha tornado a principal fonte de rendimentos dos grandes senhores feudais. Quanto mais se desenvolviam as manufacturas de lanifícios, mais os camponeses eram afastados da sua terra. Os servos que faziam corveias para os senhores da terra viram-se também expoliados dos seus meios de subsistência, sendo forçados a transformarem-se em vagabundos, porque, de início, o número de empregos disponíveis nas manufacturas capitalistas era muito reduzido. Os antigos camponeses caíram na mais extrema pobreza, que foi combatida pelas leis mais terroristas "assim, as populações rurais começaram por ser expropriadas pela força do seu solo, arrancadas as suas casas, convertidas em vagabundos, para depois serem fustigadas, estigmatizadas e torturadas por leis grotescamente implacáveis que as disciplinavam para o trabalho assalariado". (*Capital*, Vol. 2, p. 737).

Ao mesmo tempo os produtores mercantis simples das cidades, os

artesãos, caíam na ruína. As manufacturas, cada vez maiores, podiam produzir mais barato e eliminar na concorrência os artesãos. Os antigos artesãos acabaram por ter que se vender como trabalhadores assalariados nas manufacturas. Assim, afastaram-se as massas produtoras das suas condições de vida e produção (terra, oficinas) e uma minoria entrou na posse dos meios de produção da sociedade, pelo roubo e a violência. A massa dos produtores anteriormente independentes transformou-se em assalariados "livres".

Sabemos que são necessárias somas muito elevadas de dinheiro para a produção capitalista. Quando nos países europeus, berço do capitalismo, as fontes internas de ouro e prata já não conseguiam acompanhar a crescente procura de dinheiro, havia que procurar outras fontes que o fornecessem. Por exemplo, as companhias italianas acumularam enormes quantidades de dinheiro no seu comércio com o Oriente. Mercadores privados que a si próprios se chamavam companhias limitadas em que a família real inglesa participava, juntaram 600 000 £ apenas durante o período de 1577 a 1580! Os conquistadores e descobridores espanhóis e portugueses (Cristovão Colombo, Pizarro, Cortez, Vasco da Gama) exterminaram cerca de 15 milhões de índios em 50 anos, e durante as suas "expedições aventureiras" — como os historiadores burgueses lhes chamam — apropriaram-se de 500 milhões de pesos de ouro"... Quando consideramos a acumulação primitiva como um todo, concluímos que o capital vem ao mundo escorrendo sangue da cabeça aos pés, por todos os poros da pele" (*Capital*, Vol 1, p. 760). Vemos que a violência directa desempenha um papel decisivo na história primitiva do capitalismo. Quem tiver estudado a verdadeira origem do modo de produção capitalista dificilmente poderá continuar a considerar ridícula a "teoria" dos capitalistas e dos seus economistas acima descritos, pois a verdade sobre a acumulação primitiva põe a nu o cinismo e o desprezo que nela se exprimem. A chamada acumulação primitiva é, na verdade, a expropiação primitiva violenta da massa do povo.

## SECÇÃO VII

### O SALÁRIO

É propósito deste panfleto examinar a relação entre a classe operária e a classe capitalista. Por conseguinte, tínhamos que analisar a natureza da mercadoria, como se determinava o valor e como esse valor adquire uma forma independente, a forma de dinheiro. Dada esta forma independente, o dinheiro torna-se ponto de partida do movimento  $D-M-D'$ , na qual actua como capital e se valoriza. No capitalismo, a força de trabalho humana é também mercadoria — a mais importante para o sistema, pois só quando o capitalista compra a força de trabalho e a aplica produtivamente o dinheiro se transforma em capital. Nas secções sobre a produção da mais-valia absoluta e relativa, mostrou-se a forma como surge o processo de produção em que o capital expande o seu valor. A secção sobre a acumulação capitalista e a reprodução mostrou que a relação de exploração entre o capitalismo e a classe capitalista e a classe operária só se torna completamente evidente e clara quando se olha o processo de produção tal como é realmente, como um processo que se repete e expande sem interrupção.

Explicou-se que a exploração não é um simples defeito da sociedade capitalista que possa ser abolido pelas reformas. O capitalismo é um modo de produção que tem por força motriz central a valorização do capital, a qual só pode dar-se quando os capitalistas se apropriam gratuitamente da mais-valia produzida pela classe operá-

ria. "Capitalismo" e "exploração" não são mais do que duas palavras diferentes para a mesma coisa. Na secção que se segue resume-se de novo a exploração capitalista relativamente aos salários, cujas leis são de primordial importância para a classe operária.

### 1. De novo sobre a determinação do valor da força de trabalho

A força de trabalho humana é uma mercadoria como outra qualquer. Tem um valor-de-uso — pode produzir produtos que podem ser vendidos pelo capitalismo como mercadorias. Possui um valor que, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Até aqui a determinação do valor da força de trabalho não difere da das outras mercadorias. Porém, a força de trabalho é uma mercadoria especial: existe apenas como capacidade dos seres humanos, que legal e politicamente são cidadãos livres na nossa sociedade. Por conseguinte, não apenas necessitam de alimentar-se, de se vestir, alojar, etc., mas têm também necessidades intelectuais e culturais.

Uma parte da reprodução da força de trabalho consiste na satisfação das necessidades sexuais. Durante os recentes anos concedeu-se um pouco mais de liberdade sexual aos aprendizes e jovens trabalhadores, liberdade essa que, no entanto, o capital controla totalmente, permitindo apenas o amor no quadro das suas formas tradicionais e apenas por meio de mercadorias produzidas por ele. A indústria da moda e os meios de comunicação de massa propagam continuamente toda a espécie de novas variedades de ídolos para o homem e a mulher "de hoje" e quem quiser ser bem sucedido na concorrência sexual tem de adaptar-se constantemente à tendência da moda predominante em qualquer altura.

Logo que se esgota o papel desempenhado por estas coisas, e encontrado o parceiro da vida, a moralidade exige que se consuma um casamento mais ou menos imediato. Para além disso, dada a má situação em que se encontram as mulheres trabalhadoras, a maior parte delas esperam poder libertar-se do trabalho da fábrica pelo casamento (ver capítulo 3 desta secção).

O custo da manutenção da família faz parte do valor da força de trabalho, pois mesmo hoje em dia a família é a forma usual por que a classe operária se reproduz para o capital. As crianças vão para a escola e entram como aprendizes. Quer esta formação da classe operária leve poucos anos, quer leve muitos, os respectivos custos também fazem parte do valor da força de trabalho e a força de trabalho de um operário indiferenciado tem um valor menor do que a dum operário qualificado.

Todos estes rubricas fazem parte dos meios de subsistência, mas o que é importante é que estes meios são mercadorias produzidas no quadro do capitalismo. A origem destes meios afecta a sua qualidade de valores-de-uso. No respeitante à moda é evidente as contínuas alterações ocorridas na moda não fazem propriamente parte da natureza da moda — são "produzidos" pela natureza do capitalismo, pelo interesse que o capital põe na expansão do seu valor. O mesmo vale para outros artigos de consumo, que nos últimos anos evidenciaram uma tendência para se gastarem cada vez mais rapidamente. Automóveis que antigamente duravam 10 anos ou mais, estão actualmente completamente gastos ao fim de quatro anos — e o mesmo se passa com os frigoríficos e outros bens. Os meios de comunicação de massa, os jornais, a rádio e a televisão mantêm a sua "independência" formal e legal, mas patenteiam a sua origem capitalista seguindo a "linha capitalista" em tudo o que escrevem e mostram. A indústria do filme não conhece nenhum escrúpulo destes. Ou transforma as relações de classe existentes numa harmonia sentimental — ou exara a luta de todos contra todos, como acontece nos westerns italianos, reflectindo assim a tendência para a brutalização geral da vida sujeita ao império do capital. O consumo ininterrupto deste tipo de "valores-de-uso" tem como efeito toldar a percepção das relações de classe, percepção essa que tem por origem o próprio processo de produção.

Como o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para a satisfação das várias carências do operário bem como os custos da sua educação e da sua formação profissional, é evidente que este valor não é imutável. Não só os valores dos vários meios de subsistência variam constantemente, devido ao aumento da produtividade nas respectivas indústrias, tam-

bém a quantidade e qualidade das necessidades dos trabalhadores mudam. Por conseguinte, o valor da força de trabalho é bastante flexível; forma-se e muda no decurso da contínua luta da classe operária contra a classe capitalista; com efeito, os capitalistas têm uma opinião completamente diferente da dos operários sobre o que constitua uma quantidade razoável para que os trabalhadores possam viver bem. Os capitalistas têm interesse em reduzir ao mínimo o valor da força de trabalho — se possível fazendo os salários descer abaixo do valor da força de trabalho. Os trabalhadores têm que lutar constantemente contra esta tendência. Marx escreve: “O limite mínimo do valor da força de trabalho é determinado pelo valor das mercadorias sem cujo fornecimento quotidiano o operário não pode renovar a sua energia vital, e conseqüentemente pelo valor desses meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho descer até este mínimo, desce *abaixo* do seu valor, pois que, nessas circunstâncias, quaisquer que elas sejam, só poderá ser mantida e desenvolver-se numa forma mutilada. Mas o valor de todas as mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a transformar em *qualidade normal*” (*Capital*, Vol 1, p. 173, sublinhado nosso).

## 2. Alterações do custo da formação profissional da força de trabalho afectado pelos métodos de produção de mais-valia relativa

Na secção V mostrou-se como o trabalho concreto se modifica pelos métodos de produção da mais-valia relativa. Em consequência das alterações do processo de trabalho ocorrem modificações no processo de educação e de formação profissional do operário. Há diferenças no custo de aperfeiçoamento profissional, de forma que as forças de trabalho também têm diferentes valores.

### a) Cooperação simples

Na cooperação simples, isto é dificilmente perceptível visto que todos os trabalhadores continuam a executar todas as fases dum off-

cio. Trabalhando colectivamente, materializam uma nova capacidade sem serem pagos por isso. O aumento da eficiência que, por vezes é afectada pelo trabalho cooperativo e pela igualização dos rendimentos individuais dos trabalhadores em torno da média social são grandes vantagens para o capitalista. Estas vantagens não lhe custam nada, pois resultam da natureza *cooperativa* do trabalho, ao passo que os trabalhadores continuam a ser pagos *individualmente*.

### b) A divisão sistemática do trabalho

O processo de produção capitalista subdivide-se nas manipulações parcelares executadas pelos diferentes operários. Assim, forma-se um organismo vivo de trabalho composto por muitas tarefas parcelares especializadas. É claro que os custos da formação profissional destes trabalhadores parcelares são diferentes e dependem do grau de dificuldade do respectivo trabalho parcelar. A divisão sistemática do trabalho conduz assim a uma ordem de precedência entre os trabalhadores que vai desde os engenheiros directores até aos operários indiferenciados. Esta ordem é que é determinada pelos diferentes valores das diferentes forças de trabalho, ergue barreiras artificiais entre os trabalhadores e, embora no processo de trabalho todos dependam da cooperação colectiva, muitas vezes destrói a unidade e solidariedade operárias. Muitas vezes, os capitalistas conseguem cindir os trabalhadores colocados nos postos mais elevados da hierarquia dos restantes operários, dando-lhes privilégios suplementares e trazendo-os para o seu lado.

A divisão do trabalho não incide apenas no campo do trabalho manual, ocorre também entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. As pessoas empregadas no planeamento na direcção e na coordenação necessitam de uma formação profissional correspondentemente mais longa e complexa. É esta a única razão por que a sua força de trabalho tem um valor mais elevado do que a força de trabalho da maior parte dos trabalhadores manuais. A opinião segundo a qual o trabalho intelectual é de certa maneira “superior” ou “melhor” do que o trabalho manual não tem qualquer fundamento: é apenas uma questão de diferentes custos de formação.

Há que estabelecer uma distinção rigorosa entre as tarefas de planeamento e direcção necessárias para o processo de trabalho e as tarefas de controle dos operários e do seu ritmo de trabalho. Este controle dos operários só é necessário porque o processo de trabalho na nossa sociedade está ao serviço da valorização do capital. Este tipo de operários são, como diz Marx, "os oficiais e os sargentos da indústria que, enquanto o trabalho está a ser executado, exercem o comando em representação do capitalista". (*Capital*, Vol.1, p. 332).

A divisão sistemática do trabalho não gera apenas diferenças de custo na formação dos operários, leva também à formação de empregos que não carecem de nenhum método de adestramento ou apenas requerem uma formação muito sumária. Escreve Marx: "Todo o processo de produção, no entanto, exige certas manipulações simples que qualquer homem será capaz de executar. Também essas tarefas passam a ser separadas da sua conexão com os momentos mais plenos de actividades e cristalizadas em funções exclusivas de trabalhadores especificamente contratados para o efeito. Por conseguinte, em cada arte de que se apodera, a manufatura gera uma categoria de trabalhadores não qualificados, categoria que o artesanato excluía rigorosamente. Se, por um lado, desenvolve uma especialização unilateral até à perfeição, a expensas do conjunto da capacidade humana de trabalho, também simultaneamente faz da ausência de qualquer desenvolvimento uma especialização. Juntamente com a gradação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores entre qualificados e não-qualificados. Para os últimos, o custo da aprendizagem desaparece; para o primeiro, diminui em comparação com o dos artífices, devido à simplificação das funções; em ambos os casos o valor da força de trabalho diminui. Verificam-se excepções a esta lei sempre que a decomposição do processo de trabalho gera novas e complexas funções que também não existiam no artesanato apenas tinham uma função muito modesta. A queda do valor da força de trabalho, causada pela desapareção ou diminuição das despesas de aprendizagem, implica um aumento directo de mais-valia em proveito do capital, pois tudo aquilo que encurtar o tempo de trabalho exigido pela reprodução da força de trabalho aumenta o domínio do sobre-trabalho". (*Capital*, Vol. 1, p. 350). Tal

como a cooperação simples, a divisão sistemática do trabalho é vantajosa para o capitalista, que compra as forças de trabalho individualmente e as paga também individualmente. "O mecanismo composto de numerosos trabalhadores parcelares pertence ao capitalista. Por conseguinte, a força produtiva resultante de uma combinação de trabalhos surge como forma produtiva do capital". (*Capital*, Vol. 1, p. 360).

Nas condições capitalistas de produção, a divisão do trabalho surge como prejudicial ao trabalhador; não só o valor da sua força de trabalho desce, pela redução dos custos de formação, como também passa a ter maiores dificuldades na sua venda. Como trabalhador parcelar unilateral que é, só pode ser utilizado no quadro de um processo de trabalho definido. "Se, de início, o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capital porque carece dos meios materiais de produção, agora é a sua força de trabalho que recusa os seus serviços a não ser depois de vendida ao capital. As suas funções só podem ser exercidas num ambiente que existe na oficina do capitalista após a venda." (*Capital*, Vol. 1, p. 360). Podemos ver aqui de novo o quanto a dependência do operário relativamente ao capitalista é reforçada pela divisão sistemática do trabalho. A divisão do trabalho "não só aumenta a produtividade do trabalho em proveito do capitalista (...), mas fá-lo também mutilando os trabalhadores individuais. Cria novas condições para a dominação do capital sobre o trabalho." (*Capital*, Vol.1, p.364).

#### c) O modo de produção mecanizado

Mostraremos na secção V que a divisão do trabalho desenvolvida nas manufacturas capitalistas não é abolida antes é reforçada pela introdução do maquinismo industrial e pelo desenvolvimento do sistema fabril. Os efeitos da divisão do trabalho sobre o valor da força de trabalho atrás descritos, continuam a fazer sentir os seus efeitos na indústria. Mas, por outro lado, a qualificação artesanal do trabalhador individual e, com ela, a sua energia física, tornam-se cada vez mais supérfluas porque as máquinas executam as manipulações com muito mais precisão do que um operário e podem mobilizar muito mais energia do que ele (energia do vapor-de-água, electricidade).

"Dessa forma, varre-se o fundamento técnico sobre que se baseia



a divisão do trabalho na manufactura. Daí que, em lugar do trabalhador especializado que caracteriza aquela, surja na fábrica automática uma tendência para a igualização e para reduzir a um e mesmo tipo todo o género de tarefas que os operadores das máquinas têm que desempenhar, em lugar das diferenciações artificialmente geradas do trabalhador parcelar, ressaltam as diferenças naturais de idade e de sexo. De modo que, à medida que a divisão do trabalho reaparece na fábrica, trata-se primordialmente de uma distribuição dos trabalhadores por um conjunto de máquinas especializadas, e duma repartição de massas de trabalhadores — embora não organizados em grupos — pelas diferentes secções da fábrica, em cada uma das quais operam um número de máquinas semelhantes, agrupadas em conjunto; por conseguinte, a sua cooperação é tão só simples. O grupo organizado característico da manufactura é substituído pela conexão entre o chefe de equipa e os seus poucos colaboradores. A divisão essencial é a que há entre os operários que se encontram realmente empregues nas máquinas (entre os quais alguns que se encarregam da sua manutenção) e os seus assistentes. Entre os assistentes subentende-se mais ou menos todos os “alimentadores” que fornecem à máquina a matéria-prima que há-de ser trabalhada. Para além destas duas categorias principais, há uma classe de pessoas numericamente importante cuja ocupação consiste em vigiar o conjunto da maquinaria e repará-la de quando em vez; tais como os engenheiros, os mecânicos, os carpinteiros de obra branca, etc. É uma classe de trabalhadores dos quais alguns tiveram uma educação científica tendo outros sido educados profissionalmente; distingue-se dos operadores fabris e encontra-se-lhe meramente agregada. Esta divisão do trabalho é puramente técnica.” (*Capital*, Vol. 1, p. 420).

É evidente que as três categorias de trabalhadores (operários qualificados, não qualificados e pessoal técnico) recebem salários bastante diferentes, correspondentes aos diferentes custos da sua formação profissional. Embora, no moderno sistema fabril, as distintas tarefas se tornem cada vez mais semelhantes tecnicamente, os operários não recebem a formação técnica básica que deveria ser necessária para permitir-lhes desempenhar todas as tarefas possíveis. É claro que é mais barato para a classe capitalista deixar que os operários façam o mesmo trabalho monótono toda a sua vida. A indús-

tria moderna poderia tornar tecnicamente supérflua a divisão do trabalho — a divisão do trabalho tal como se desenvolve na manufactura e que prende o trabalhador parcelar a uma só tarefa parcelar durante toda a sua vida —, mas a *forma capitalista* da moderna indústria reproduz e reforça tremendamente a divisão do trabalho, transformando o operário num acessório vivo da máquina.

Esta formação unilateral do operário influencia não só o montante do seu salário, influencia também as possibilidades que tem de vender ininterruptamente a força de trabalho e esta insegurança da existência operária acentua-se ainda mais na indústria moderna. A acumulação de capital conduz a constantes modificações na dimensão e na estrutura técnica dos ramos particulares da indústria. Por conseguinte, os trabalhadores vão-se tornando constantemente excedentários nos diversos sectores enquanto noutros sectores se faz sentir a falta de mão-de-obra.

“A moderna indústria nunca considera e trata a forma actual de um processo como forma final. Portanto, a sua base técnica é revolucionária, ao passo que outros ou os outros modos de produção precedentes eram todos conservadores. Através da maquinaria dos processos químicos e de outros métodos, gera ininterruptas alterações não só na base técnica da produção, mas também nas funções do trabalhador e nas combinações sociais do processo de trabalho. Ao mesmo tempo, e em consequência disso revoluciona também a divisão do trabalho no seio da sociedade e transfere incessantemente novas massas de capital e de trabalhadores dum ramo de produção para outro. Mas, a moderna indústria, pela sua própria natureza necessita e exige uma constante variação do trabalho, uma grande fluidez de funções, uma mobilidade universal dos operários, reproduzindo, por outro lado, na sua forma capitalista, a velha divisão do trabalho com as suas particularizações ossificadas. Vimos como esta contradição absoluta entre as necessidades técnicas da moderna indústria e o carácter social inerente à sua forma capitalista, destrói toda a segurança e toda a estabilidade da situação do operário; como, com subtrair-lhe os instrumentos de trabalho, ameaça arrancar-lhe das mãos os meios de subsistência e, com suprimir a sua função parcelar, torna-lo supérfluo.” (*Capital*, Vol. 1, pp. 486-87).

Vimos que o valor da força de trabalho diminui à medida que as

forças produtivas aumentam (cooperação, divisão sistemática do trabalho, maquinaria). Enquanto o artesão da Idade Média tinha que passar por vários anos de aprendizagem para conhecer o seu mister em todos os escaninhos, o tempo de treino e formação do trabalhador parcelar do sistema capitalista reduz-se a um período de tempo relativamente curto. Por outro lado, a introdução de maquinaria exige de cada operário uma grande mobilidade social e um grande poder de adaptação às exigências do mercado de trabalho em constante mutação. Por conseguinte, os começos da indústria moderna vão a par com a regulamentação legal da educação universal obrigatória. Durante o ulterior desenvolvimento da indústria capitalista, a sua educação necessária básica torna-se cada vez mais importante. O tempo da educação obrigatória alargou-se e provavelmente virá a alargar-se ainda mais. Enquanto o valor da força de trabalho se reduz por força do contínuo crescimento da produtividade, os custos da educação básica necessária aumentam, fazendo com que o valor da força de trabalho suba de novo.

### 3. O trabalho feminino e o valor da força de trabalho

Ao dar-se a introdução do modo mecanizado de produção surge outra modificação do valor da força de trabalho. Como a maquinaria é movida a vapor ou electricidade, torna em grande medida superflua a força física do homem. As mulheres e as crianças podem empregar-se e incorporar-se no processo de produção, dada a relativa facilidade do trabalho com as máquinas, e foi o que em grande medida se passou no século XIX. Hoje o trabalho infantil é legalmente proibido, mas a força de trabalho das mulheres é ainda um campo de exploração rendoso para o capital.

De que maneira o trabalho feminino afecta o valor da força de trabalho dos homens? Escreve Marx: "O valor da força de trabalho era determinado, não apenas pelo tempo de trabalho para sustentar o operário adulto isolado, mas também a sua família. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por todos esses membros, desvalorizando assim a sua força de trabalho". (*Capital*, Vol. 1, p. 395).

Quando uma parte dos gastos de manutenção da família é ganha pela mulher do operário, o valor da força de trabalho masculina desce! Se, por exemplo, os custos mensais de manutenção da família ascendem a 10 contos e a mulher ganha 2 contos, o valor da força de trabalho do homem desce os correspondentes 2 contos. Esta tendência só vale para a sociedade considerada como um todo. O trabalho feminino vai alargar o exército industrial de reserva e o valor da força de trabalho masculina diminuir. O valor da força de trabalho feminina é menor do que a do homem. Com excepção das mulheres que ficam solteiras, as mulheres operárias não podem participar na produção capitalista durante toda a sua vida e sem interrupção, antes têm que dispender uma larga parte da sua força de trabalho no interior da família e, por conseguinte, a maior parte da subsistência da família tem que continuar a ser paga pelo homem, de forma que a sua força de trabalho tem um valor mais elevado do que o dela, embora não seja tão elevada como na altura em que se introduziu o trabalho feminino.

O trabalho feminino parece ser um simples complemento (isto é, trabalho não necessário) que só serve para comprar artigos de luxo. Muitas vezes as mulheres apenas trabalham durante alguns períodos relativamente curtos para fazerem algum dinheiro suplementar, mas regra geral, o trabalho da mulher é necessário para cobrir os custos dos meios de subsistência necessários à família. A máquina de lavar, o frigorífico, o aspirador, etc., podem parecer ainda hoje artigos de luxo, mas, quanto mais as mulheres são incorporadas no processo de produção industrial, mais necessários são esses instrumentos que poupam tempo de trabalho. E quanto mais necessários tais instrumentos se tornam para o lar operário, mais elevados terão que ser os salários, de forma a que as prestações possam ser pagas a tempo. Isto significa que o trabalho da mulher se torna ainda mais necessário.

Tudo isso se aplica de forma semelhante a meios de subsistência tão necessários como os automóveis, os aparelhos de televisão, as viagens de férias, etc.

No tocante à discriminação salarial entre os operários masculinos e femininos, importa acrescentar o seguinte: os capitalistas tentam continuamente justificar os salários mais baixos pagos às mulheres

declarando que as mulheres se adaptam melhor a certas tarefas mais aborrecidas e monótonas do que os homens. A este absurdo deve responder-se explicando que o trabalho feminino é apenas uma consequência da divisão do processo de trabalho por um conjunto de tarefas parcelares e mecânicas. Estas tarefas podem ser executadas da mesma forma tanto por mulheres como pelos homens. Não obstante, na prática da fábrica capitalista, entregam-se geralmente as tarefas mais "baixas" e monótonas às mulheres, de forma que os capitalistas poupam os custos de educação da parte feminina da classe operária.

Pelo papel desempenhado pelas mulheres em sociedade de transição como a União Soviética (em que as mulheres trabalham como motoristas de camiões, condutoras de tractores, cirurgiões, etc., isto é, em profissões "tipicamente masculinas") pode-se ver como é estúpido falar de profissões "tipicamente masculinas" ou "tipicamente femininas".

*Apêndice:* Descrevemos como a introdução do modo de produção maquinofábril permite incorporar as mulheres no processo de produção capitalista e como o trabalho assalariado feminino se tornou uma necessidade, à medida que o custo de vida de uma família foi aumentando consideravelmente e continua ainda a aumentar. Quanto mais as mulheres da classe operária participam no processo de produção industrial, menos tempo podem dedicar às tarefas domésticas e mais se deixam as crianças entregues a si próprias.

Mas a educação das crianças no quadro da família desempenha uma função fundamental para a manutenção do sistema capitalista: esse tipo de educação tem geralmente como resultado produzir pessoas que nunca conseguem transcender intelectual e emocionalmente os estreitos laços familiares e que, portanto, manifestam indiferença e falta de interesse por todas as outras pessoas e desconfiam delas. Essa atitude é precisamente a atitude necessária na sociedade capitalista para fazer com que as pessoas possam aguentar-se na luta concorrencial com os outros possuidores de mercadorias. Mesmo na família a posição dos membros depende em grande medida do montante dos seus salários e todas as relações humanas se subordinam a isso. Na sociedade capitalista é o dinheiro e o tédio que mantém unida a família.

À medida que a família se vai desintegrando progressivamente pela participação das mulheres no processo de trabalho, a educação das crianças no seu seio com vista a formar típicos proprietários de mercadorias vai-se tornando cada vez mais difícil. Em vez disso, a educação fora do quadro familiar (jardins infantis, creches, infantários, etc.) torna-se cada vez mais importante. Isto significa que as crianças aprendem desde muito cedo a viver em conjunto com muitas crianças da mesma idade; isto indica a possibilidade de a tendência do capitalismo para desintegrar a família operária tradicional se virar contra o próprio capitalismo. Exteriormente à família só uma educação colectiva parece possível.

Contudo, a desintegração da família proletária pelo capitalismo não passa de uma *tendência*. Com efeito, por um lado, a participação das mulheres no processo de produção permite-lhes tornarem-se economicamente independentes dos homens. No entanto, por outro lado, a relação económica de dependência da mulher relativamente ao homem é mantida pelo próprio facto de aquela receber um salário inferior pelo mesmo trabalho e pela circunstância de não ter acesso aos empregos mais bem pagos. Por conseguinte, o casamento e a família continuam a existir nos países capitalistas mais avançados embora mais ou menos num estado geral de crise, e enquanto a família continuar a existir, continuará a existir a diferença de valores das forças de trabalho do homem e da mulher. Com efeito, as mulheres só poderão participar integralmente no processo de produção quando já não tiverem tarefas a executar no seio da família, quando se libertarem completamente deste fardo — e essa libertação tem por condição prévia a completa desintegração da família, o fim da educação privada das crianças.

#### 4. Efeito da variação da produtividade, da intensidade do trabalho e da duração da jornada de trabalho sobre o valor da força de trabalho

*Observação preliminar:* no capítulo que se segue, descrevem-se as condições prévias necessárias da continuação do valor da força de trabalho. À primeira vista, parece que tal tendência não se verifica,

pois os salários normais dos operários estão em contínuo crescimento. Este crescimento, deve-se, entre outras coisas, à constante desvalorização do dinheiro. Teremos que passar aqui por cima destas tendências inflacionistas, na medida em que estamos a tratar dos efeitos das alterações ocorridas no seio do processo de trabalho.

#### a) Efeitos da variação da produtividade

O valor da força de trabalho não se altera apenas devido às modificações dos custos de educação e de formação profissional, causados pelas transformações ocorridas na estrutura do processo de produção capitalista. Alteram-se também decisivamente devido à produção da mais-valia relativa por efeito da cooperação do trabalho, da divisão sistemática do trabalho e da utilização da maquinaria. Estes factores reduzem o seu valor na mesma proporção em que reduzem o valor dos meios de subsistência necessários à subsistência, pelo aumento constante da produtividade do trabalho. Correspondentemente, a mais-valia relativa aumenta.

Se, por exemplo, o valor dos meios de subsistência necessários para um mês é de cinco contos e se a produtividade do trabalho das indústrias consideradas aumentar de um quinto, a mesma massa de meios de subsistência passará a custar apenas quatro contos. Os salários baixarão de 5 para 4 contos, ao passo que a mais-valia subirá de 1 conto. Mas o grau desta redução depende “do peso relativo na balança da pressão do capital, por um lado, e da resistência da classe operária, por outro lado” (*Capital*, Vol. 1, pp. 522-523). Quando os operários oferecerem uma resistência decidida a esta queda dos salários, podem conseguir detê-los cerca de 4,5 contos, por exemplo. Se conseguirem manter esse montante de salários durante muito tempo, e se conseguirem alargar o espectro e a quantidade das suas necessidades e dos meios de subsistência necessários, o valor da sua força de trabalho terá subido na realidade, pois depende também das necessidades sociais variáveis e crescentes.

Se os operários não conseguirem impedir a queda do valor da sua força de trabalho para 4 contos, os salários reais manter-se-ão constantes, o que quer dizer que a massa dos meios de subsistência que o

operário pode consumir durante um mês não se modifica. Mas o valor da força de trabalho expresso em dinheiro (salários nominais) desceu de 1 conto. A mais-valia relativa aumentou na mesma proporção. Neste caso, a situação da classe operária piorou relativamente, isto é, em comparação com a crescente riqueza do capital.

Escreve Marx: “Embora o nível de vida absoluto da classe operária se mantenha constante, os seus salários relativos, e, por conseguinte, a sua posição social relativa, comparada com a do capitalista, terá baixado. Se o trabalhador resistisse a essa redução dos salários relativos, limitar-se-ia a tentar ter uma participação no crescente poder produtivo da sua força de trabalho e a manter a sua anterior posição relativa na escala social” (*Salário, Preço e Lucro*). Por conseguinte, na sua luta constante por aumentos salariais, os operários têm que tentar impedir que a sua percentagem de crescente riqueza social vá diminuindo progressivamente. Mas só o podem impedir eficazmente na medida em que forem capazes de aumentar o valor da sua força de trabalho (1<sup>o</sup>).

#### b) Os efeitos da variação da intensidade e da duração da jornada de trabalho

Além de aperfeiçoarem os métodos de produção, os capitalistas também aumentam constantemente a intensidade do trabalho. Uma intensidade do trabalho crescente significa que o operário tem que dispendir mais força de trabalho do que anteriormente durante o mesmo período de tempo. O mesmo se aplica à duração da jornada de trabalho. Ambos os casos, quando são medidas a longo prazo, levam a uma redução da vida do operário. O valor diário da força de trabalho aumenta porque a sua reprodução diária passa a custar mais. Marx escreve: “O valor de uma jornada de força de trabalho é, como estaremos recordados, calculado a partir da sua duração média, ou da duração média da vida dos operários e das correspondentes alterações da matéria física organizada em movimento acção conformemente à natureza do homem. Até um certo ponto, o desgaste acrescido da força de trabalho, pode ser compensado por um aumento dos salários; mas para lá deste ponto o desgaste aumen-

ta em progressão geométrica e suprimem-se todas as condições adequadas à reprodução normal da força de trabalho e ao seu funcionamento. O preço da força de trabalho e o grau da sua exploração deixam de ser quantidades mensuráveis" (*Capital*, Vol. 1, p. 257).

##### 5. O fetichismo dos salários ou a transformação do valor da força de trabalho em preço do trabalho

Como vimos nos capítulos sobre o fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do capital (Secção I, ponto 6 e Secção V, ponto 9), a verdadeira relação social entre as pessoas e entre a classe operária e a classe capitalista surge de uma forma distorcida em que dificilmente poderemos penetrar. A relação social de pessoas que (embora independentes umas das outras) produzem mercadorias umas para as outras, surge como uma relação entre mercadorias e, respectivamente, entre mercadoria e dinheiro. As relações de exploração entre a classe capitalista e a classe operária assumem uma forma em que os trabalhadores se encontram sujeitos aos instrumentos de trabalho, em vez de serem capazes de os aplicarem conscientemente, e em que as forças criativas e produtivas, da classe operária surgem como forças produtivas do capital, isto é, como meras coisas. Distorção semelhante se poderá encontrar nos salários, quer dizer, na troca entre a classe capitalista e a classe operária. A distorção tem aqui o mesmo efeito: mostra exactamente o contrário daquilo que é. Chamamos a isto *fetichismo dos salários*.

Até agora, a análise do modo de produção capitalista mostrou que a exploração dos operários é o fundamento do capitalismo. Mas se a exploração ocorre diariamente no processo de produção porque não é então visível? Por que razão os operários não reconhecem que o seu processo de trabalho é simultaneamente um processo de expansão do valor do capital e que o capital, pela sua própria natureza, não é mais do que "o controle sobre o trabalho não pago"? (*Capital*, Vol. 1, p. 534). Esta questão remete-nos de novo para o ponto de que partimos na introdução, a saber, o facto evidente de que o operário recebe o salário respeitante a todas as horas do seu traba-

lho, ou por todas as peças que tenha executado. Todo o trabalho que o operário executou parece ser pago, mas no entanto o operário é explorado. É nisto precisamente que consiste o fetichismo da mercadoria e dos salários: a exploração do operário é-lhe ocultada pela forma salarial. Como surge, donde provém, portanto, esta falsa aparência.

O capitalista e o operário começam por se encontrar ao assinarem o contrato de trabalho e surgem como parceiros com direitos completamente iguais. Escreve Marx: "A troca entre o capital e o trabalho começa por apresentar-se-nos ao espírito sob a máscara de uma compra e venda de mercadorias como outras quaisquer. O comprador dá uma certa soma de dinheiro, o vendedor, um artigo de natureza diferente do dinheiro." (*Capital*, Vol. 1, p. 540). Nesta troca na esfera da circulação, não se toma em linha de conta que a força de trabalho tem o valor-de-uso especial de ser fonte de valor e mais-valia. Esta qualidade fica fora de questão porque, durante a troca com o capital, o operário ainda não executou nenhum trabalho. Nem o trabalho aparece sob a forma dos seus produtos, como trabalho já executado: o que aparece no mercado é o próprio trabalhador vivo. "Aquilo que se defronta directamente face a face com o proprietário de dinheiro no mercado não é, de facto, o trabalho, mas o próprio trabalhador. Aquilo que este último vende é a sua força de trabalho. Logo que o seu trabalho começa, já deixou de lhe pertencer; deixa portanto de por ele ser vendido" (*Capital*, Vol. 1, p. 537).

Há sociedades em que a compulsão para a extorsão de trabalho de outrém é imediatamente evidente. Um camponês medieval que só pode trabalhar no seu campo três dias por semana, ao mesmo tempo que tem que dispender os outros três a trabalhar nos campos do senhor, sabe exactamente quando está a trabalhar para si próprio e quando está a trabalhar para o seu opressor. O seu sobre-trabalho distingue-se do trabalho necessário, tanto espacial como temporalmente. As coisas passam-se de forma diferente com o trabalhador assalariado. Este é comprado como mercadoria na esfera da circulação; na troca defrontam-se duas mercadorias que representam valores iguais. Mas o seu carácter enquanto valores não é imediatamente evidente, visto que o valor de uma mercadoria só se pode exprimir

no valor de uso da outra. Embora nenhuma delas perca a sua natureza dupla, tudo se passa como se não houvesse só um valor de uso de um lado e o representante material do valor do outro: dum lado um valor de uso, do outro, dinheiro.

É isto que acontece durante a compra e venda da força de trabalho: o valor-de-uso da força de trabalho surge como um objecto de compra para o capitalista. O dinheiro que o operário recebe como salário surge como *valor do trabalho*: quando se diz que o operário vende o seu trabalho por 8 contos, tudo se passa como se o operário tivesse que trabalhar durante um mês para produzir o equivalente a oito contos. Estes 8 contos surgem como valor do valor-de-uso da força de trabalho, como valor de trabalho feito durante um mês. A troca entre operário e capital esconde que o trabalhador não vendeu a sua força de trabalho, *mas o seu trabalho*.

Como a força de trabalho humana é comprada no mercado como uma simples coisa disponível em troca de dinheiro e como funciona no processo de produção capitalista juntamente com outras mercadorias compradas da mesma maneira (meios de produção) não conta como um poder criador de valor especial, mas apenas como um factor de produção entre muitos outros. Para os capitalistas todos os factores de produção não passam de custos que ele tem que pagar todos os dias, todas as semanas, ou todos os meses. Por exemplo, um operário custa 300 escudos por dia; por conseguinte, o capitalista paga 300 escudos por oito horas de trabalho.

Quando nos referimos ao valor diário da *força de trabalho*, ao *trabalho* executado durante um dia, equiparamos este valor ao produto diário de valor  $v + mv$ . Nessa altura, parece que todo o trabalho foi pago e a diferença entre o valor da força de trabalho e o seu valor de uso torna-se invisível. Aparentemente, a força de trabalho entra no processo de produção como um valor de grandeza constante e, aparentemente também, opera como grandeza constante. Aparentemente, o produto total do operário reverte-lhe sob a forma de salário. Permanece oculto o carácter específico da revolução capitalista, "nomeadamente a troca de capital variável por força de trabalho viva, e a consequente exclusão do trabalhador relativamente ao produto. Em lugar do facto real, temos a falsa aparência de uma associação em que o trabalhador e o capitalista dividem o produto

proporcionalmente aos diferentes elementos com que cada qual contribui para a sua formação" (*Capital*, Vol. 1, p. 533).

De que modo o valor da força de trabalho paga ao operário se transforma praticamente em salários no preço do trabalho executado? Por exemplo, se a soma de 300\$ for o valor do produto de 4 horas para produzir os meios de subsistência necessários para um dia, então o valor diário da força de trabalho é de 300\$. Este valor reparte-se então pelo número total de horas de trabalho que o operário tem que dar durante o dia — independentemente da quantidade de valor nova que criar durante esse tempo. Se a jornada for de 8 horas o salário horário será de 37\$50. Portanto os trezentos escudos que representam a parte do dia de trabalho (4 horas) aparecem como o preço do trabalho total de 8 horas. Escreve Marx: "A forma salário extingue assim todo e qualquer traço de divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e sobre-trabalho, em trabalho pago e não-pago. Todo o trabalho surge como trabalho pago" (*Capital*, Vol. 1, p. 539).

Esta falsa aparência é reforçada pelo facto de o operário não receber o salário antecipadamente, mas apenas após ter terminado o seu trabalho. Como acontece com a maior parte das mercadorias alugadas durante um certo período e não compradas, o preço da força de trabalho só é pago após ter sido consumido o seu valor-de-uso.

O fetichismo salarial tem importantes consequências. Escreve Marx: "Podemos compreender a importância decisiva da transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma-salário ou no valor e no preço do próprio trabalho. Esta forma fenomenal, que torna invisível a relação real, e, de facto, mostra o exacto contrário dessa relação, forma a base de todas as noções jurídicas do trabalhador e do capitalista, de todas as mistificações do modo de produção capitalista, de todas as suas ilusões relativas à liberdade." (*Capital*, Vol. 1, p. 540). Como o operário acredita que recebe o "justo" salário e o capitalista também pensa que pagou esse salário "justo", a exploração oculta-se a ambas as classes. Por conseguinte, o capitalista só poderá explicar o seu lucro como proveniente da venda das mercadorias acima do seu valor e, por conseguinte também, o trabalhador pensa que o montante do seu salário depende da quantidade de trabalho que tiver fornecido.

Mas o capitalista não precisa de se preocupar com a proveniência dos seus lucros. As leis da esfera da circulação trabalham por ele, embora obscureçam a consciência de *ambas* as classes. No entanto, o operário tem que romper o véu da aparência fetichista dos salários se quiser compreender realmente a sua situação.

## 6. As formas de salários

O "preço do trabalho" pode aparecer com diferentes formas, que têm por característica comum o facto de ocultarem a relação capitalista de exploração. As diferentes formas de salário permitem ao capitalista exercer uma exploração suplementar sobre os operários. Isto pode ver-se na forma mais simples dos salários, o *salário ao tempo* (salário horário). No exemplo acima citado, o valor diário da força de trabalho era de 300\$00 e o salário horário (para um dia de trabalho de 8 horas) era de 37\$50. Durante estas 8 horas, o operário produz um valor de 600\$00, dos quais 300\$00 formam a mais-valia de que o capitalista se apropria. Se o capitalista introduzir uma redução do tempo de trabalho e se, por exemplo, só permitir que os operários trabalhem 6 horas, o operário a tempo parcial receberá  $6 \times 37\$00 = 225\$00$ . Neste caso, o capitalista faz mais-valia sem pagar integralmente o valor diário da força de trabalho.

Passa-se o inverso com o *sistema de horas extraordinárias*: se o capitalista conseguir forçar os salários horários a baixar de 37\$50 para 30\$00 o operário passará a ganhar  $8 \times 30\$00 = 240\$00$  em 8 horas. Para conseguir ganhar o valor diário integral da sua força de trabalho, o operário será obrigado a trabalhar 2 horas suplementares. Assim a mais-valia diária subirá, pois o valor do produto total produzido em 10 horas (750\$00) subdivide-se em 300\$00 de salários e 450\$00 de mais-valia.

O *salário à peça* é uma forma transformada do salário ao tempo. Chega-se a ele por meio de um simples cálculo. Se um trabalhador médio produz 16 peças de um produto durante 8 horas, o valor novo incorporado em cada peça é de  $\frac{600}{16} = 37\$50$  (pressupondo que o valor diário produzido num dia é de 600\$00). (Neste cálculo,

pomos de parte o valor do capital constante incorporado no produto). Porém, o valor diário da força de trabalho é apenas de 300\$00. Por conseguinte o operário recebe por peça apenas 18\$75. O salário à peça tem um certo número de vantagens para o capitalista. Como só são pagas na integridade as peças que atingem determinada qualidade média, o refugo e as peças defeituosas entram no passivo do operário (são-lhe descontadas no salário!). Como o número de peças que deve ser produzido por cada hora de trabalho se encontra fixado (e, em regra geral, este número é elevado!) o operário é forçado a trabalhar a ritmo acelerado para conseguir receber o pagamento completo e, desta forma, o capitalista pode poupar uma parte dos salários para encarregados e vigilantes. Além disso, torna-se mais fácil para o capitalista aumentar o grau normal de intensidade, porque passa a ser do interesse pessoal do operário dispender o mais intensamente possível a sua força de trabalho, pois o montante do seu salário diário depende do número de peças produzido. E também a mais-valia diariamente produzida depende disso!

A diversidade de formas assumidas pelo salário à peça reforça a ideia errada dos operários segundo a qual os salários são equivalentes do seu trabalho diário total. Simultaneamente, estas diferenças socavam a solidariedade entre os operários. Escreve Marx: "Ao alargar o âmbito da individualidade, o salário à peça tende a desenvolver, por um lado, essa individualidade e, concomitantemente, o sentido de liberdade, independência e auto-controle dos trabalhadores e, por outro, a concorrência entre eles. Por conseguinte, o trabalho à peça, tendendo embora a elevar o salário individual acima da média, tende também a baixar essa mesma média." (*Capital*, Vol. 1, p. 555). Os capitalistas estão sempre ansiosos por transformar o trabalho excepcional de alguns trabalhadores na nova intensidade média, isto é, por aumentar constantemente as normas do trabalho à peça. A resistência contra este contínuo aumento das normas do trabalho à peça é uma parcela importante da luta de classes quotidiana dos operários contra o capital.

Mostrámos como o valor da força de trabalho se transforma no preço do trabalho, e de que forma todo o trabalho surge como trabalho pago e se oculta a relação de exploração entre a classe capitalista e a classe operária. Relativamente às duas formas

fundamentais do salário (o salário ao tempo e o salário à peça), vimos as formas concretas como a natureza exploradora da produção capitalista é oculta e como tais formas permitem uma exploração suplementar. O mesmo se poderia analisar para outras formas de salário (o sistema dos prémios, a participação nos lucros, etc.). Mas agora pretendemos ir ao fundo de duas ilusões que se radicam no próprio facto de aparentemente se pagar todo o trabalho: a chamada "espiral salários-preços" e a "formação da riqueza" nas mãos dos operários.

#### Apêndice I: A lenda da espiral salário-preços

A lenda da espiral salários-preços, que é tão antiga como o próprio capitalismo, baseia-se no facto de o valor da força de trabalho assumir a forma-salário e, por conseguinte, todo o trabalho aparecer como trabalho pago. Esta teoria tenta convencer os operários de que a luta sindical por salários mais elevados não poderá nunca ter qualquer utilidade para os operários, pois os aumentos de salários arrastarão necessariamente consigo correspondentes aumentos de preços. Como os salários mais elevados significariam "custos de produção" acrescidos para o capitalista, afirma-se que este é forçado a compensar a elevação de custos pelo aumento de preços dos seus produtos.

Para os partidários da espiral preços-salários o valor de uma mercadoria é constituído exclusivamente pelos custos dos meios de produção e da força de trabalho — em termos marxistas,  $c + v$ . Isto significa que o trabalho dos operários é integralmente pago. Consequentemente, os preços terão necessariamente que subir quando o trabalho se torna mais dispendioso, da mesma maneira que sobem quando os custos dos meios de produção aumentam.

Na realidade, porém, o valor de uma mercadoria não é constituído apenas pelos custos dos factores de produção ( $c + v$ ), é-o também pela mais-valia criada pelos operários e gratuitamente apropriada pelos capitalistas. O valor de uma mercadoria é constituído por  $c + v + mv$ , sem que  $v + mv$  representa o valor novo criado, o produto do valor. Quando há um aumento de salários, a percentagem deste

produto do valor que cabe à classe operária torna-se maior e isto significa que a razão entre  $v$  e  $mv$  se altera: a mais-valia diminui na proporção em que  $v$  aumenta. O aumento de salários não aumenta de maneira nenhuma o valor da mercadoria, porque apenas afecta a razão em que o novo valor se sub-divide em salários e mais-valia. *O capitalista não tem que pagar nenhum custo de produção adicional quando os salários se elevam. Os aumentos de salários apenas significam que a mais-valia diminui* (11).

Quando os sindicatos existem, uma das suas mais importantes tarefas consiste em conduzir a luta por uma redistribuição do produto do valor criado exclusivamente pela classe operária, em benefício desta última. Só por esta luta por uma elevação do valor da mercadoria força de trabalho os operários poderão impedir que a sua participação na crescente riqueza social seja constantemente reduzida. Os capitalistas e os seus homens de mão "científicos" tentam enfraquecer esta luta com a ideologia da espiral preços-salários, da qual decorreria ser inútil qualquer luta por aumentos salariais.

Mostramos que os aumentos salariais não alteram de maneira nenhuma o valor de uma mercadoria; apenas reduzem a mais-valia. É evidente que o capitalista individual tentará compensar a perda de mais-valia aumentando os preços. Mas a possibilidade de vender mercadorias acima do seu valor (que é o que nesse caso estará em jogo) depende do estado do mercado e não está nas mãos do capitalista individual aumentar isoladamente os preços. O capitalista só poderá vender os seus produtos acima do seu valor se a procura exceder a oferta das mercadorias. Para além disso, se dependesse do capitalista aumentar os preços dos seus produtos deliberadamente, os preços subiriam em qualquer altura sem necessitarem da desculpa dos aumentos salariais. Os partidários da "teoria" da espiral preços-salários confundem a causa com o efeito: os aumentos de salários são o efeito e não a causa dos aumentos de preços! Não obstante, na maior parte dos casos, os salários sobem a um ritmo relativamente mais lento do que os preços dos meios de subsistência necessários.

Dado que os aumentos salariais não afectam o valor das mercadorias, continua a haver uma contradição. Sabemos que o valor das mercadorias diminui devido ao constante aumento da produtividade, embora a maioria dos preços tenha subido em todos os países capi-



talistas avançados. Não se pode responder a esta contradição em algumas frases. Não se pode compreender o movimento real dos preços sem se ter analisado as causas do movimento cíclico da economia capitalista (ciclos económicos). Outra razão importante da subida dos preços é a desvalorização do dinheiro. Quando a inflação progride *mais rapidamente* do que a produtividade do trabalho os preços subirão necessariamente.

#### Apêndice II: O operário como aforrador e investidor ou a ilusão da formação da riqueza nas mãos dos operários

Vimos como, pela própria forma dos salários, todo o trabalho aparece como trabalho pago. A relação de exploração entre os capitalistas e os operários surge, por isso, como uma relação entre parceiros com direitos iguais; parceiros que dão igual contributo ao processo de produção (!) e que, por isso, recebem uma percentagem equitativa do produto: o operário sob a forma de salários e o capitalista sob a forma de lucros. Tais parceiros, porém, que participaram igualmente na produção e na apropriação da riqueza material deveriam também ser iguais relativamente ao rendimento.

Mas mesmo para aqueles que não conseguem discernir as relações internas da sociedade capitalista, a divisão de classes torna-se manifesta em certa medida sob a forma de grandes diferenciações de rendimento. As estatísticas oficiais da RFA para 1969 referem que 25% das famílias operárias tinham um rendimento líquido inferior a 800 DM (8.000 escudos) por mês, enquanto, por outro lado, 1,7% das famílias possuíam cerca de 35% da riqueza privada total e 70% da riqueza privada investida na produção. Não constitui segredo que na Inglaterra cerca de 10% da população possui cerca de 90% da riqueza social total. Nem é segredo que o capitalista alemão Flick ganha 62.000 DM *por dia*, soma pela qual um operário com 900 DM *por mês*, teria que trabalhar *cerca de 6 anos!* E após este período, não possuiria um tostão, porque precisaria desse dinheiro para adquirir os seus meios de subsistência. Apenas se manteria vivo sem possuir qualquer riqueza.

A classe capitalista e a classe operária aparecem como parceiros com igualdade de direitos, embora se encontrem divididos por grandes diferenciações nos seus rendimentos e posses. Os economistas liberais, os reformistas e os burocratas sindicais querem pôr cobro a esta contradição fazendo campanha por uma "justa distribuição" da riqueza criada entre os "parceiros sociais" e pretendem abolir a discriminação contra a classe operária. Mas não reconhecem que a propriedade inicial dos "parceiros" (meios de produção — força de trabalho) constitui a razão das diferenciações de rendimentos, e não querem tocar nesta relação de posse, nem alterá-la. Nessas circunstâncias, a única saída parece ser a de que o operário receba outra qualquer propriedade para lá da sua força de trabalho. Tem que poupar dinheiro.

Mas cabe perguntar: por que razão haveria um operário de ter a ideia de aforrar parte do seu salário para acumular riqueza? Que representa, de facto, a "riqueza"?

1. Sabemos que o único rendimento dum operário é o seu salário e o montante do salário é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários. Na realidade, o salário de um operário não é mais do que uma massa de meios de subsistência que não servem para formar riqueza, visto que são necessários à pura e simples manutenção da vida. Mas o operário não recebe directamente os meios de subsistência em troca do seu trabalho: recebe uma certa soma de *dinheiro*.

Como o dinheiro é a forma geral da riqueza social, aquilo que o trabalhador assalariado fará com a sua "riqueza" depende exclusivamente dele. Escreve Marx: "O escravo recebe os meios de subsistência necessários à vida sob uma forma natural, como valores-de-uso. O trabalhador assalariado livre recebe-os sob a forma de dinheiro de valor de troca, forma social, abstracta da riqueza. Embora, em verdade, o salário mais não seja do que a forma argêntea, áurea ou "papélica" dos meios de subsistência necessários em que se dissolve constantemente, o desígnio e o resultado do trabalho operário continua a ser a riqueza abstracta, o valor-de-troca e não um certo valor-de-uso tradicional" (*Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses*, pp. 58-59).

É claro que o trabalho assalariado só serve para ganhar dinheiro, mas não é evidente que este dinheiro seja apenas um meio para nos mantermos vivos. Por conseguinte, o operário pode ter a ilusão de que poderia aceder à riqueza geral abstracta poupando dinheiro. As contradições de classe parece terem desaparecido tal como o capitalista aforra uma parte da sua mais-valia (com vista a transformá-la em capital suplementar), o operário poupa uma parte do seu salário, acreditando que poderá com isso acumular "riqueza".

2. O que é então a "riqueza"? É uma certa soma de dinheiro que alguém adquire ou possui e que pode ser gasta de duas maneiras: ou compra mercadorias para seu consumo individual, ou investe o dinheiro em meios de produção e força de trabalho. O trabalhador assalariado que poupou uma certa quantidade de dinheiro reduzindo o seu consumo pode também dispê-lo das duas maneiras — pelo menos, é o que pensam os reformistas e os burocratas sindicais.

Vejamos o primeiro tipo de poupança: o trabalhador aforra parte do salário para o gastar mais tarde. Porquê? Sabemos que o desenvolvimento capitalista não se processa de uma forma linear e uniforme, mas que segue uma trajectória cheia de altos e baixos (ciclo industrial). O operário não tem qualquer garantia de poder vender ininterruptamente a sua força de trabalho em todas as fases do ciclo nem de que a sua força de trabalho seja sempre paga pelo seu valor. Por conseguinte, o operário terá vantagem em aforrar parte do seu salário durante o período de prosperidade (altura em que os salários têm tendência a aumentar), de forma a poder ultrapassar o período de recessão e crise, aguentando as reduções salariais e eventuais períodos de trabalho parcial e desemprego. Torna-se aqui evidente que a crescente "riqueza" do operário durante o período de prosperidade não passa de aparência. Depois de ter vencido a crise, a "riqueza" do operário encontra-se esgotada: dissolveu-se em meios de subsistência necessários e o operário vê-se privado de qualquer riqueza, tal e qual como antes.

Esta forma de poupança tem uma única função para o operário, a saber, a de repartir racionalmente os seus salários de forma a poder reproduzir a sua vida em qualquer altura. Mas esta poupança serve principalmente a classe capitalista. Geralmente o operário deposita

as suas poupanças no banco onde cobra um modesto juro. Os bancos avançam o dinheiro a sociedades de investimento que os emprestam aos capitalistas individuais, os quais, com este dinheiro, proveniente dos salários, aumentam a sua produção, ganhando assim uma mais-valia suplementar que regressa aos bancos como juros. O pequeno juro que o operário recebe do banco não é mais do que um "prémio de consolação", pois o capitalista e o banqueiro podem enriquecer ainda mais à custa da poupança operária.

Vejamos agora a segunda forma como o operário pode utilizar o seu aforro: em vez de comprar mercadorias para seu consumo individual poderia comprar meios de produção e força de trabalho, convertendo-se assim em capitalista e recebendo o seu rendimento sob a forma de salário e mais-valia; mas nessa altura teria que haver outro operário a trabalhar para ele e a ser explorado por ele; e, para poder montar uma empresa de dimensão média que tenha uma razoável competitividade o trabalhador terá que poupar praticamente durante toda a sua vida. Se ganhar dez contos por mês e se conseguir poupar dois mil e quinhentos escudos terá que poupar durante 25 anos para poder poupar um património de 7.500 contos. Mas, mesmo que esse trabalhador esperasse durante todo este tempo, o mais provável seria perder a maior parte do seu aforro de 25 anos devido à crise, à inflação, à desvalorização monetária, etc.

Muitos social-democratas e sindicalistas julgam que sabem como sair deste dilema: um operário não precisa de poupar dinheiro durante anos e anos. Pode, por exemplo, comprar uma acção e tornar-se um pequeno accionista. Pode também ter uma participação na sua firma, comprando uma acção reservada ao pessoal da empresa, ou sob a forma de "salário investido". O "salário investido" significa que o operário não recebe a integralidade do salário, uma parte do qual é investida na firma e empregue para alargar a empresa. Assim, o operário participa na propriedade e recebe, anualmente, uma pequena parte da mais-valia para além do seu salário (sob a forma de dividendos, prémios, etc.). O capitalista e o operário parecem ser co-proprietários da empresa e dividir a mais-valia "conjuntamente" produzida.

Mas o exemplo do salário investido mostra claramente a função social da poupança do operário pela aquisição de "riqueza de capi-

tal". A riqueza social é produto exclusivo do proletariado: há uma luta ininterrupta entre ambas as classes em torno da distribuição do produto de valor e os salários investidos constituem um método desta luta que só favorece o capitalista. A classe capitalista guarda para si uma parte da percentagem do produto de valor criado que cabe aos operários e utilizam-no para produzirem nova mais-valia. O operário recebe uma pequena parte desta mais-valia sob a forma de dividendo anual. Este dividendo aparece ao operário como um rendimento para que não tem que trabalhar. Não é evidente que este dividendo faça parte da mais-valia e que aquilo que o operário recebe mais não é do que o próprio produto por ele criado. A ilusão de que é um capitalista e de que recebe um rendimento para além do seu salário, sem qualquer trabalho, impede o operário de reconhecer que o seu rendimento continua a ser tão somente o estritamente necessário para reproduzir a vida. "A formação da riqueza" nas mãos do operário tem objectivamente o efeito de lhe dificultar a apreensão da sua atitude de classe, e de impedir a solidariedade entre os operários. Na sua qualidade de co-proprietário da empresa onde trabalha, o operário, aparentemente, já não se encontra em oposição à classe capitalista: um operário que detém uma participação na empresa onde trabalha dificilmente entrará em greve contra a "sua empresa" e, por maioria de razão, abster-se-á de participar em qualquer movimento revolucionário com o receio de perder a sua pequena porção de propriedade (12).

Os partidários da formação da riqueza nas mãos dos operários confessam abertamente que o seu projecto é este. O social-democrata Georg Leber escreve que a "formação da riqueza é um bom investimento para preservar o respeito pela propriedade privada e garantir a protecção da propriedade no futuro: a formação da riqueza gerará nos operários uma opinião positiva sobre a ideia da economia social de mercado, opinião positiva que lhe é necessária pois sem ela tal tipo de economia não poderá funcionar duradouramente. A formação da riqueza para os operários destina-se a contrariar as reivindicações de uma alteração radical do nosso sistema económico" (13).

Mesmo os partidários da formação da riqueza que a defendem bem intencionadamente encontram-se iludidos pelo fetichismo do modo de produção capitalista e objectivamente servem a reprodu-

ção das relações de produção existentes: como as relações de classe lhes surgem como relações entre parceiros sociais, têm que substituir a luta de classes pela impotente reivindicação de maior justiça social e lealdade. Não se apercebem que na sociedade capitalista não importa que isto ou aquilo seja justo ou injusto; aquilo que é essencial é saber qual as consequências das relações sociais de produção, a saber, que forma de distribuição lhes corresponde. É da essência desta forma de distribuição que o operário nunca recebe mais do que os meios de subsistência necessários enquanto a riqueza da classe capitalista aumenta ininterruptamente. Enquanto os meios de produção permanecerem como propriedade capitalista não poderá haver acumulação de riqueza nas mãos da classe operária, na classe dos trabalhadores assalariados, na medida em que "a riqueza capitalista se torna num grau cada vez maior em propriedade privada dos que se encontram em posição de se apropriarem continuamente e repetidamente do trabalho não pago dos outros" (*Capital*, Vol.1, p. 587).

Só há uma verdadeira forma de a riqueza social se formar nas mãos da classe operária e Marx assinalou-a há mais de cem anos: é a expropriação violenta da classe capitalista pelo proletariado revolucionário.

## 7. O movimento dos salários e a acumulação do capital

Mostrou-se na secção VI como o processo de acumulação de capital afectava a expansão do capital. Não apenas se dá uma constante expansão do capital social total como também a sua composição orgânica se altera constantemente. A percentagem do rendimento que cabe ao capital constante aumenta continuamente a expensas do capital variável e isto para a classe operária significa que o número de operários empregues pelo capital relativamente aos meios de produção aplicados estará em contínuo decréscimo, formando-se, por conseguinte, um exército industrial de reserva, que assume diversas formas, desde o operário que se vê forçado a aceitar um horário reduzido até ao desempregado. A dimensão relativa do

exército industrial de reserva depende da forma como a mais-valia se transforma em capital. Se for utilizada para expandir as empresas existentes ou para construir novas fábricas sem modificar a estrutura técnica poderá aumentar o número de operários empregados. Mas, se se utilizar a mais-valia para aperfeiçoar os métodos de produção, isto é, para elevar a produtividade do trabalho (racionalização, automação, etc.), o exército industrial de reserva expandir-se-á.

A divisão da classe operária em trabalhadores activos e exército industrial de reserva tem consequências importantes para o movimento dos salários; se a acumulação se opera apenas a uma escala quantitativa (com uma base técnica imutável), a procura capitalista de força de trabalho suplementar pode conduzir ao emprego de todo o exército industrial de reserva. Se a procura de trabalho persistir, os salários subirão acima do valor da força de trabalho, porque os capitalistas entram em concorrência pelos trabalhadores disponíveis. Mas este aumento de salários significará "quando muito apenas uma diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de fornecer. Esta diminuição nunca poderá ir a ponto de ameaçar o próprio sistema." (*Capital*, Vol. 1, p. 619). Quando os lucros descem demasiado devido a contínuos aumentos de salários, os capitalistas transformarão uma menor quantidade de mais-valia em capital, de forma que a acumulação voltará a baixar. "Mas com o afrouxar da sua taxa de acumulação desaparece a causa primeira desse mesmo afrouxamento, isto é, a desproporção entre o capital e a força de trabalho explorável. O mecanismo de produção capitalista remove os próprios obstáculos que cria temporariamente. O preço da força de trabalho volta a descer a um nível correspondente às necessidades de expansão do capital, quer esse nível seja inferior, igual, ou superior ao nível normal anterior à ocorrência do aumento da salários." (*Capital*, Vol. 1, p. 619).

No entanto, quando a acumulação assume uma forma *qualitativa* (devido a um constante aperfeiçoamento técnico), a procura de trabalho só aumenta absolutamente, descendo, relativamente ao capital constante. Se tal aperfeiçoamento técnico não se limitar às novas máquinas introduzidas no processo de produção, dando-se também uma substituição do capital antigo por máquinas mais aperfeiçoadas tecnicamente, a procura da força de trabalho diminui tam-

bém absolutamente. Por um lado, o capital adicional formado através da acumulação exige um número de operários cada vez menor relativamente ao seu próprio montante. Por outro lado, o antigo capital constantemente reproduzido na sua nova composição, leva ao desemprego de um número cada vez maior de operários que anteriormente mobilizava. Escreve Marx: "Com o crescimento do capital total, a sua componente variável, ou por outra, o trabalho nele incorporado também aumenta, mas numa proporção cada vez menor. As pausas intermédias encurtam-se, e dessa forma a acumulação opera como uma simples extensão da produção, sobre uma base técnica dada." (*Capital*, Vol. 1, p. 629).

A constante alteração da composição orgânica do capital provoca ininterruptas modificações nas dimensões relativas da população activa e do exército industrial de reserva. Correlativamente, aumenta a relação de concorrência pelos empregos disponíveis entre as duas fracções da classe operária. "O trabalho excessivo da fracção da classe operária que dispõe de emprego empola as fileiras dos que se encontram desempregados, do exército de reserva, enquanto inversamente a maior pressão exercida por esta última sobre a primeira, por força da concorrência, força-a a sujeitar-se ao sobretrabalho extraordinário. Esta ociosidade forçada de uma parte da classe operária devida ao trabalho extraordinário executado pela outra parte e a relação inversa torna-se um meio de enriquecimento dos capitalistas individuais e acelera simultaneamente a produção do exército industrial de reserva a uma escala correspondente ao avanço da acumulação social." (*Capital*, Vol. 1, p. 636).

Vemos portanto que o montante de salários depende da dimensão do exército industrial de reserva; quanto maior esta for, mais diminuto será o salário — e vice-versa. A dimensão do exército industrial de reserva não depende apenas da acumulação do capital, mas também do ciclo industrial. Escreve Marx: "Durante os períodos de estagnação e de prosperidade média, o exército industrial de reserva faz sentir o seu peso sobre o exército activo; durante os períodos de sobre-produção e paroxismo, mantém as suas pretensões em cheque. A sobre-população relativa é por conseguinte o eixo sobre que se apoia a lei da oferta e da procura do trabalho." (*Capital*, Vol. 1, p. 639).

Como a relação da oferta e da procura no mercado de trabalho depende do exército de reserva e o exército industrial de reserva é ele próprio produto da acumulação de capital e do ciclo industrial, isto significa que o trabalhador só aparentemente defronta o capitalista como parceiro de um processo de troca independente com direitos iguais. O fornecimento de força de trabalho no mercado depende da quantidade de trabalhadores em excesso devido aos aperfeiçoamentos técnicos. A acumulação de capital não se limita a aumentar a procura da força de trabalho (acumulação quantitativa), aumenta também a oferta da força de trabalho no mercado (devido aos despedimentos de operários ocorridos por força da acumulação qualitativa). O proprietário "livre" da força de trabalho deixa de ter qualquer influência sobre a venda ou não venda dessa mercadoria, porque a oferta e a procura da força de trabalho são determinadas exclusivamente pelo capital.

"Se a sua acumulação, por um lado, aumenta a procura de trabalho, aumenta por outro lado a oferta de trabalhadores, devido ao facto de estes últimos serem libertados enquanto simultaneamente a pressão dos desempregados força os que se encontram empregados a fornecer mais trabalho, tornando assim a oferta de trabalho em certa medida independente da oferta de trabalhadores. A acção da lei da oferta e da procura de trabalho sobre esta base completa assim o despotismo do capital." (*Capital*, Vol. 1, p. 640).

## SECÇÃO VIII LUTA SALARIAL

Das secções I à secção VII analisámos as características fundamentais gerais da relação entre a classe operária e a classe capitalista, tal como Marx as desenvolveu no primeiro volume de *O Capital* e tal como se aplicam a todos os países capitalistas avançados. Cabe agora analisar as conclusões a tirar daqui para as formas de organização da luta proletária de classe, resultantes desta análise económica geral da exploração.

Antes de respondermos a esta questão, queremos resumir muito brevemente os aspectos da relação de classes que são essenciais para a luta de classes e que determinam as suas formas concretas na fábrica capitalista. (Cf. as secções e capítulos apontados entre parêntesis)

A expansão ilimitada do capital ( $D - M - D'$ ) realiza-se com base na troca formalmente equitativa de equivalentes entre os possuidores de dinheiro e os proprietários da força de trabalho (Secção I, cap. 3), cujo valor não é imutável, mas historicamente flexível e variável (id., id.). Da troca de equivalentes não se pode deduzir nenhuma determinação geral da duração da jornada de trabalho (Secção II, cap. 2). A produção de mais-valia relativa conduz a uma contínua queda do valor da força de trabalho (Secção II, cap. 4) e ao correspondente aumento da taxa de mais-valia, de forma que a situação da classe operária se torna, relativamente, cada vez pior

(Secção VI, introdução). A divisão capitalista do trabalho e a utilização da maquinaria — métodos de produção da mais-valia relativa — provocam a cisão da classe operária entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais e geram um grande número de trabalhadores parcelares com as correspondentes diferenciações salariais (Secção III, introdução e cap. 3, e Secção IV, cap. 4). A aplicação capitalista do maquinismo leva a uma constante intensificação do trabalho, que exerce um efeito ruinoso sobre a força de trabalho, efeito esse que só pode ser limitada pela resistência violenta (Secção III, cap. 4). A contínua reprodução do processo de expansão do valor do capital transforma todo o capital em mais-valia capitalizada, isto é, sem riqueza que a classe operária criou e de que a classe capitalista se apropriou gratuitamente, e reproduz simultaneamente o operário como proprietário que apenas possui a sua força de trabalho (Secção IV, cap. 3-4). Por fim, a acumulação conduz a um contínuo crescimento da composição orgânica do capital, ao empolamento constante do exército industrial de reserva e a uma crescente insegurança da vida do operário. A existência do exército industrial de reserva tem como resultado uma completa impotência do trabalhador individual no respeitante à venda ou não venda da sua força de trabalho, de forma que o pretense contrato "livre" e "igual" entre capitalista e operário se torna uma ficção legal (Secção VI, cap. 2, al. e). Por fim, um relance por sobre a história dos inícios do capitalismo mostra-nos aquilo que é condição histórica prévia do sistema da troca de equivalentes entre o capital e o trabalho e aquilo que está na sua base, a saber, a violenta separação entre a massa dos produtores e os seus meios de subsistência e de produção (Secção IV, cap. 3, al. e).

### 1. As associações operárias e a concorrência entre os operários

Marx mostrou sempre que os operários se vêm impotentes à mercê do capital. Só a resistência colectiva dos operários lhes permite impor eficazmente os seus interesses e defender e alargar todas as conquistas alcançadas. As associações operárias e os sindicatos são o

resultado imediato das lutas económicas dos indivíduos ou dos operários frouxamente organizados. Marx fala do movimento da classe operária "gerado instintivamente pelas condições da própria produção." (*Capital*, Vol. 1, p. 301).

"Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não cresce apenas em número, torna-se mais concentrado em massas cada vez mais numerosas — a sua força aumenta e ele sente essa força cada vez mais. As colisões entre os operários individuais e os burgueses isolados vão progressivamente assumindo o carácter de colisões entre a classe operária e a classe burguesa; em consequência disso, os operários começam a formar coligações contra os burgueses; associam-se com o fim de manterem a taxa salarial (...) Aqui e ali, o conflito eclode em levantamentos; uma vez por outra, os operários saem vitoriosos, mas apenas temporariamente: *o verdadeiro fruto dos seus combates reside, não na vitória propriamente dita, mas no constante alargamento da união dos operários.* Esta união é facilitada pelos melhoramentos dos meios de comunicação criados pela indústria moderna e que põem os operários de diferentes localidades em contacto entre si. Este contacto era precisamente aquilo que era preciso para centralizar as numerosas lutas com carácter igual numa luta nacional entre as classes." (*Manifesto Comunista*).

A importância das associações reside sobretudo no facto de superarem a concorrência entre os operários. "O capital é o poder social concentrado, ao passo que o operário apenas possui a sua força de trabalho... O único poder social do operário é o seu número; no entanto, o número da classe operária vê-se muitas vezes quebrado pelas divergências. A desarmonia entre os operários é gerada e desenvolvida pela sua inevitável concorrência mútua. Duma forma geral, nascem pelas tentativas espontâneas dos operários, no sentido de superarem a sua concorrência ou limitarem-na, pelo menos, de forma a imporem condições no seu contrato de trabalho que pelo menos os elevem acima da condição de meros escravos." (Marx-Engels, *Werke*, Vol. 16, p. 196).

A existência dos sindicatos abole em certa medida a concorrência entre os operários. A associação entre os operários baseia-se no facto de estes se aperceberem de que os indivíduos isolados nunca conseguirão nada na luta contra os capitalistas. Por isso os

operários tentam superar as divergências existentes entre eles e travar a luta colectiva contra o capital numa forma solidária. No entanto, a concorrência entre os operários continua a ser a causa principal dos contínuos recuos ocorridos no seu combate, de forma que continuamente têm que voltar a tentar unificar-se. Esta concorrência radica no facto de que no capitalismo o operário é também obrigado a comportar-se como um proprietário privado de mercadorias. Ao mesmo tempo que tenta vender a sua força de trabalho nas condições mais favoráveis possíveis tem que entrar em concorrência com os outros operários no sentido de conseguir empregos disponíveis. O vasto leque salarial existente, que se baseia principalmente nas diferenças de custos da formação profissional, soma-se às diferenças entre a classe operária causadas pela concorrência. O movimento de acumulação do capital intensifica a cisão do proletariado alargando-a à oposição entre a população activa e o exército de reserva. É tarefa dos sindicatos abolir esta oposição tão completamente quanto for possível.

## 2. As tarefas defensivas dos sindicatos

Da análise da produção capitalista, Marx deduz duas tarefas principais que devem ser desempenhadas pelos sindicatos, os quais têm como função servir de meios de defesa contra os ataques constantes do capital: a luta pela redução da jornada de trabalho e a luta por salários mais elevados.

### a) A luta pela redução da jornada de trabalho

Para impedir uma distribuição prematura do valor-de-uso da força de trabalho, a classe operária tem que se organizar em sindicatos e lutar contra o prolongamento ilimitado da jornada de trabalho. Esta luta pela limitação do dia de trabalho — luta em que um direito se opõe a outro direito e que só a força decide — tem por objectivo essencial a regulamentação da jornada de trabalho normal. Escreve Marx: "Quanto à limitação da jornada de trabalho em Inglaterra,

aconteceu o mesmo que em todos os outros países: só foi estabelecida por interferência legislativa. Sem a contínua pressão externa dos trabalhadores, tal interferência nunca teria ocorrido. Mas, seja como for, não se atingiu esse resultado por um acordo privado entre os trabalhadores e os capitalistas. É a própria necessidade de uma acção política geral deste género que nos mostra que na sua acção puramente económica o capital é a parte mais forte." (*Salário, Preço e Lucro*).

A legislação estatal que intervém nas relações económicas privadas entre operários e capitalistas aparentemente é independente das lutas económicas das duas classes. De facto, o Estado burguês é a instância política que representa os interesses do capital e só toma medidas contra a classe capitalista quando forçada pelas acções políticas da classe operária organizada. Tal acção política é constituída pela luta sindical, pela regulamentação da lei da jornada de trabalho.

### b) A luta sindical pelo aumento de salários

A luta pelo aumento de salário é uma luta que incide sobre a parte da riqueza social criada de novo que cabe aos operários. Esta luta tem que ser conduzida centralmente pelos sindicatos de forma a contrariar a cisão da classe operária resultantes de grandes diferenças salariais segundo as empresas. A reivindicação de aumentos salariais é simultaneamente uma exigência de limitação de mais-valia. "Por conseguinte, o lucro máximo é limitado pelo mínimo físico dos salários e o máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que entre os dois limites desta taxa de lucro máximo pode haver uma imensa escala de variações. Só a luta contínua entre o capital e o trabalho, luta em que o capitalista tende constantemente a reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho até ao seu máximo físico, enquanto o trabalhador pressiona constantemente no sentido oposto, só essa luta poderá fixar o grau real dessa taxa de lucro. A questão reduz-se ao problema de se saber qual a força respectiva de cada um dos combatentes." (*Salário, Preço e Lucro*).

Neste caso, os trabalhadores encontram-se na defensiva. Começam por ser obrigados a viver o seu dia a dia, procurando sobreviver, e vêm-se forçados a vender a sua força de trabalho em condições que não satisfazem as suas necessidades. Em segundo lugar, os capitalistas tentam constantemente fazer os salários descer abaixo do valor da sua força de trabalho.

Marx mostrou que o aumento da produtividade tem como resultado uma constante quebra do valor da força de trabalho. O custo da reprodução da força de trabalho diminui. É evidente que os capitalistas se aproveitam desta situação para conseguirem reduzir ainda mais os salários e pretendem reduzi-los mais ainda do que o correspondente ao respectivo aumento da produtividade. Mesmo pondo de parte estas violações da lei da troca de equivalentes, resulta da análise de Marx no seu sentido mais lato que a luta salarial dos operários é uma luta defensiva. A resistência da classe operária contra a redução dos salários nominais poderia ter um resultado vitorioso, conseguindo-se salários mais elevados; mas os trabalhadores não podem impedir que a sua participação relativa na riqueza social diminua cada vez mais a longo prazo.

Com efeito, os aumentos de produtividade só ocorrem quando provocam um aumento do grau de exploração da força de trabalho, reduzindo assim a percentagem da riqueza social que cabe aos operários. "Assim, o fosso entre a posição dos operários e a dos capitalistas alargar-se-á cada vez mais." (*Capital*, Vol. 1, p. 523).

Marx conclui que há dois aspectos que caracterizam a luta salarial dos sindicatos como uma luta defensiva. Em primeiro lugar, a luta por aumentos salariais não ataca a relação entre capital e trabalho propriamente dita. *Esta luta não constitui um desafio às relações sociais entre os trabalhadores assalariados e os capitalistas e nessa medida não é revolucionária.* Em segundo lugar a acumulação de capital estabelece estreitos limites aos simples aumentos salariais. Não se pode impedir o contínuo decréscimo da participação relativa dos trabalhadores na riqueza social criada de novo. "Tal aumento (salarial) significa quando muito, uma diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem que fornecer. Esta diminuição nunca pode chegar ao ponto de ameaçar o próprio sistema." (*Capital*, Vol. 1, p. 619).

### 3. A dupla função dos sindicatos

No final do seu discurso sobre o "Salário, preço e lucro", Marx resume o problema da luta sindical da seguinte maneira: "Estas poucas indicações bastarão para mostrar que o próprio desenvolvimento da indústria moderna progressivamente inclinará a balança a favor do capitalista e contra o trabalhador e que, por conseguinte, a tendência geral da produção capitalista vai no sentido, não de aumentar, mas de diminuir o nível médio dos salários, ou por outra, no sentido de fazer baixar o valor de trabalho mais ou menos ao seu limite mínimo. Sendo esta tendência das coisas nesse sistema, quererá isto dizer que a classe operária terá que renunciar à sua resistência contra as usurpações do capital e abandonar os seus esforços para aproveitar oportunidades ocasionais no sentido de melhorar as suas condições temporariamente? Se o fizesse, ver-se-ia degradada a uma massa uniforme de miseráveis destroçados e sem salvação. Penso que mostrei que a sua linha em torno do nível dos salários é inseparável de todo o sistema do salariato, que em 99% dos casos os seus esforços para manter determinado valor do trabalho e que a necessidade de discutir o seu preço com o capitalista é imanente à condição em que se encontram de terem que vender-se a si próprios como mercadoria. Se, cobardemente, cedessem sem luta em cada conflito quotidiano com o capital, desqualificar-se-iam, com certeza, e para lá da servidão geral acarretada pelo sistema do salário, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos as consequências mais profundas destas lutas quotidianas. "Não devem esquecer que estão lutando contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos que estão retardando o movimento ascendente mas não a modificar a sua direcção; estão a aplicar paliativos e não a curar a doença. Não deverão, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por estas lutas de guerrilhas que estão a surgir constantemente das contínuas usurpações do capital ou das flutuações do mercado. Deverão compreender que apesar de todas as misérias que lhes impõe, o presente sistema gera simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução económica da sociedade. Em vez da palavra de ordem conservadora "salário justo por um trabalho justo!", deverão inscrever na sua



bandeira a palavra de ordem revolucionária: "abolição do sistema de salários!"... Os sindicatos funcionam bem, como sempre, de resistência contra as usurpações do capital. Falham em parte por se limitarem a uma guerra de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de tentarem simultaneamente transformá-lo, em lugar de utilizarem a sua força organizada como uma alavanca para a emancipação final do proletariado, quer dizer, em última instância, para a abolição do sistema assalariado." (*Salário, preço e lucro*).

Os sindicatos começam por ter origem na necessidade de criar instrumentos para a luta da classe operária contra os ataques do capital, mas nesta luta defensiva, os trabalhadores organizados em sindicatos, têm que compreender que a *causa* destas lutas constantes só poderá ser abolida por um movimento *ofensivo* global. Compreender isto é compreender a teoria revolucionária marxista da crítica da economia política levada a cabo por Marx. Os sindicatos têm que conduzir uma luta ofensiva contra as relações capitalistas da exploração à medida que se for intensificando a contradição entre o capital e o trabalho. Só desta forma poderão cumprir a sua função como organização política da classe operária e só assim a luta defensiva perde o seu carácter de trabalho sísifo e se converte em terreno de educação prática e exercitação para a emancipação final da classe operária.

#### 4. Os sindicatos hoje em dia

No entanto, os sindicatos actuais não são organizações de luta anti-capitalista revolucionária. Limitam-se a defender os interesses dos trabalhadores por salários mais elevados no quadro da sociedade capitalista. Muitas vezes, a forma como esta luta é conduzida impede a classe operária de se auto-educar e tomar consciência de si durante a luta. É o que se passa quando os operários não participam activamente na luta enquanto os burocratas sindicais negociam com o patronato em gabinetes fechados e põem os trabalhadores perante factos consumados, muitas vezes vendendo-os por um prato de lentilhas. Este papel passivo dos trabalhadores na defesa dos seus interesses conduz a uma situação em que a luta por aumentos sala-

riaes já não é uma escola de luta revolucionária de classes, mas apenas uma negociação pacífica cujos resultados, por isso mesmo, são fracos. Os sindicatos não são o local de reunião para a resistência contra as atrocidades do capital e não utilizam a força organizada como alavanca para o derrube do modo de produção capitalista.

Não obstante, o apelo à destruição destes sindicatos também não ajuda a classe operária. Até os sindicatos mais integrados são repetidas vezes forçados, pelo constante esforço do capital para se expandir e expandir a exploração, a defenderem os interesses dos operários e a lutarem contra os abaixamentos de salários, o aumento do número de acidentes, os despedimentos arbitrários, a constante intensificação dos ritmos de trabalho, etc. Torna-se evidente que até o sindicato mais completamente burocratizado consegue algumas coisas na luta quotidiana quando olhamos para a situação do proletariado nos países sub-desenvolvidos, na maioria dos quais são proibidos ou vêem a sua acção severamente restringida.

#### 5. A luta organizada contra o aumento da intensidade de trabalho

Com o desenvolvimento da indústria capitalista, os operários são obrigados a travar a luta contra o capital numa forma cada vez mais independente, tendo assim oportunidade de revolucionar as formas burocráticas dos aparelhos sindicais, através da pressão a partir da base e da empresa. A luta sindical é essencialmente uma luta por aumentos salariais, pela elevação do valor da força de trabalho. O valor da força de trabalho só pode ser realizado, porém, quando o seu valor-de-uso mantém a sua qualidade normal, a qual é constantemente ameaçada pela ilimitada expansão do capital. Embora o prolongamento ilimitado da jornada de trabalho seja proibido pelas regulamentações legais, os métodos de aumento de exploração por uma constante intensificação do trabalho surge na moderna fábrica. No entanto, enquanto o prolongamento da jornada de trabalho podia ser vitoriosamente combatida por meio de uma campanha sindical com o objectivo de limitação legal do horário de trabalho, os sindicatos encontram-se desarmados perante a crescente intensifica-

ção do trabalho. Por conseguinte, a luta dos operários contra o aumento da intensificação do trabalho não pode ser vitoriosamente travada ao nível sindical.

O pessoal de todas as empresas tomadas isoladamente, cada uma de per si, defronta condições técnicas de intensidade de trabalho muito diversas, e tem que ajustar as suas reivindicações e acções a estas condições especiais. A luta contra este método de exploração só pode ser travada quando o pessoal de cada empresa se encontra organizado em comités de acção própria. Os sindicatos apenas poderiam levar a cabo uma acção indirecta contra a crescente intensidade de trabalho, impondo a redução das horas de trabalho. Mas isso permitiria de novo ao capital voltar a intensificar o trabalho durante as restantes horas. Escreve Marx neste contexto: "Não poderá haver a mínima dúvida de que, a partir do momento em que é proibido por lei o prolongamento da jornada de trabalho, o capital tem tendência a encontrar a compensação numa sistemática elevação da intensidade do trabalho e a converter todos os aperfeiçoamentos técnicos das máquinas em outros tantos meios aperfeiçoados de exaurir o trabalhador. Tal tendência levará necessariamente a um estado de coisas em que tornará necessário e inevitável voltar a reduzir o horário de trabalho." (*Capital*, Vol. 1, p. 417).

A redução da jornada de trabalho não reduziria, portanto, de maneira nenhuma, a intensidade do trabalho; pelo contrário, encorajaria os capitalistas a aumentá-la, porque é precisamente este encurtamento de horário de trabalho que permite que os trabalhadores aguentem física e psicologicamente ritmos mais intensos de laboração. É portanto bastante claro que uma campanha sindical por uma maior redução da jornada de trabalho (que é realmente necessário), só poderá sair vitoriosa se for apoiada por acções concomitantes contra a intensificação dos ritmos a nível de empresa. Os operários têm que lutar pelo direito a determinarem os seus próprios ritmos de laboração e a estabelecerem a regulamentação das suas próprias normas de produção, de modo que o capital não possa compensar a redução da jornada por um aumento de intensidade de trabalho.

## 6. A luta ofensiva da classe operária

As lutas por aumentos salariais, pela redução da jornada de trabalho e contra a intensificação dos ritmos são todas lutas defensivas, seja qual for a forma que assumam. É sua função darem passos necessários no caminho da emancipação da classe operária, mas isso só se dá se a educarem praticamente e conduzirem a uma elevação da consciência, levando a uma maior percepção da necessidade de uma luta ofensiva tornando-se assim parte integrante dessa mesma luta.

Mas como e por que forma esta ofensiva será levada a cabo? Muitas pessoas continuam a afirmar que a luta sindical e a luta no interior da fábrica são simples lutas económicas e só a luta contra o aparelho de Estado burguês poderia ser realmente revolucionária e política. Mas que significa o "económico" e o "político"? Serão as lutas "puramente económicas" lutas não políticas? Terão os conflitos políticos entre o capital e o trabalho efeitos económicos?

Em 1871 escrevia Marx: "É claro que o movimento político da classe operária tem por objectivo final a conquista do poder político pela própria classe operária e portanto é necessário que exista de antemão uma organização da classe operária já desenvolvida até certo ponto, organização nascida da própria luta económica. Por outro lado, todos os movimentos em que a classe operária se confronta como uma classe com a classe dominante e tenta pressioná-la do exterior é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de impôr uma limitação à jornada de trabalho numa empresa isolada ou num ramo particular da indústria (por meio de greves, etc.) é uma luta puramente económica; ao passo que um movimento para impôr uma lei sobre o dia de trabalho de oito horas, etc., é uma luta política. Desta forma, a luta política nasce constantemente dos movimentos económicos isolados dos operários; os movimentos políticos são movimentos de conjunto da classe para impôr os seus interesses numa forma geral, numa forma que possui uma força social geral. Embora estes movimentos já de si impliquem uma organização pré-existente, eles são também um meio para o desenvolvimento dessa organização... Nos locais em que a classe operária não se encontra suficientemente avançada na sua organização de forma a

lançar um ataque decisivo contra o poder colectivo, isto é, o poder político, das classes dominantes, tem de ser educada por uma agitação contínua (e uma atitude hostil) contra a política da classe dominante." (*Marx-Engels Werke*, Vol. 33, p. 332).

Marx exprime claramente a sua opinião sobre a relação entre a economia e a política. A contradição entre o capital e o trabalho começa a surgir de uma forma concreta em cada empresa particular, nos conflitos quotidianos entre o capitalista individual e os operários. A luta económica adquire um carácter político (sem perder a sua natureza económica) no momento em que se generaliza. Se a luta dos operários já não se dirige contra os capitalistas individuais, mas contra o conjunto da classe capitalista (luta pela limitação legal da jornada de trabalho, etc.) torna-se uma luta política. O movimento político da classe operária brota da luta económica. O conflito imediato entre o trabalho assalariado e o capital constitui a base sobre que se desenvolvem as organizações políticas do proletariado.

### 7. A tendência do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista

O desfecho vitorioso ou não da luta da classe operária pela abolição do modo de produção capitalista não depende apenas da vontade e da consciência da classe operária revolucionária. A própria direcção do desenvolvimento histórico do capitalismo contém tendências que apontam para o fim do modo de produção capitalista. O processo de produção e acumulação capitalistas conduz necessariamente a um constante aumento da produtividade do trabalho que tem as seguintes consequências:

1. Com o constante desenvolvimento das forças produtivas do capital, a socialização do processo de trabalho desenvolve-se também na mesma medida. O processo de produção separado de muitos produtores que produzem independentemente uns dos outros, altera-se cada vez mais, converte-se progressivamente num processo de trabalho colectivo em que operam grandes massas de operários. Esta tendência manifesta-se claramente no modo de produção mecâ-

nico criado pelo capital. "A maquinaria opera apenas por meio do trabalho associado, ou do trabalho em comum; por conseguinte, o carácter cooperativo do processo de trabalho é uma necessidade técnica ditada pelo próprio instrumento de trabalho." (*Capital*, Vol. 1, p. 366). Portanto, a classe operária é concentrada e unificada pelo próprio interesse da expansão do capital.

2. Simultaneamente, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho conduz a um constante aumento da composição orgânica do capital, isto é, a uma diminuição relativa da dimensão do capital variável na sociedade como um todo. Por conseguinte, por um lado, a auto-valorização do capital torna-se cada vez mais difícil e, por outro lado, a insegurança da existência da classe operária é cada vez maior (exército industrial de reserva). A classe operária é forçada pelo próprio movimento de valorização do capital a lutar contra o movimento de expansão do capital, a lutar contra as causas de insegurança da sua existência.

3. Em terceiro lugar, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho leva a um constante aumento dos grandes capitais à custa dos mais pequenos, isto é, a uma crescente centralização do capital, o que arrasta consigo a proletarização de camadas cada vez maiores da população. O número dos que se encontram numa posição de hostilidade contra o capital cresce constantemente.

No fim do primeiro volume do *Capital* Marx resume todo o processo de desenvolvimento histórico do capitalismo — a começar pela chamada acumulação primitiva até à revolução proletária — e descreve-o como um só e único processo de expropriação: "A propriedade privada adquirida à custa do esforço pessoal, e que se baseia, por assim dizer, na congregação e fusão do trabalhador individual, isolado e independente com as condições do seu trabalho, é suplantada pela propriedade capitalista privada que assenta na exploração do trabalho nominalmente livre de outrem, isto é, no trabalho assalariado. A partir do momento em que este processo de transformação decompõe até ao topo, logo que os trabalhadores se transformam em operários assalariados, os seus meios de trabalho se convertem

em capital, à medida que o modo de produção capitalista começa a andar pelo seu próprio pé, então a maior socialização do trabalho e a maior transformação da terra e outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados e, portanto, explorados em comum, assim como a maior expropriação dos proprietários privados assume uma nova forma. Já não é o trabalhador que trabalha por conta própria que é expropriado, mas o capitalista que explora muitos operários. Esta expropriação é consumada pela acção das leis imanentes da própria produção capitalista, pela centralização do capital. Um capitalista aniquila sempre vários. Lado a lado com esta centralização, com esta expropriação de vários capitalistas por um punhado, desenvolve-se numa escala cada vez mais vasta a forma cooperativa do processo de trabalho a aplicação consciente da técnica da ciência, o cultivo metódico do solo, a transformação dos instrumentos de trabalho em instrumentos de trabalho que só são utilizáveis em comum, a economia de todos os meios de produção utilizando-os como meios de produção do trabalho socializado combinado, o enredamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o carácter internacional do regime capitalista. Em paralelo com a constante diminuição do número de magnates do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste processo de transformação, cresce a massa de miséria, opressão, escravidão, degradação e exploração. Mas, com isto, também cresce a revolta da classe operária, uma classe em crescimento constante e disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do próprio processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um fardo para o modo de produção que nasceu desse mesmo modo de produção e no seu quadro. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho acabam por atingir um ponto em que se tornam incompatíveis com o seu invólucro capitalista. Este invólucro é rebentado. Soa a hora da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados." (*Capital*, Vol. 1, pp. 762-63).

O movimento de valorização do capital conduz necessariamente ao desenvolvimento da força social produtiva do trabalho, que gera a riqueza material e as forças subjectivas que são condição prévia do socialismo. Assim, o capital prepara a sua própria queda. Escreve Marx: "O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social

é a missão histórica e a justificação do capital, criando assim inconscientemente as pré-condições materiais de uma forma superior de produção." (Marx-Engels, *Werke*, Vol. 25, p. 269).

Mas o capital apenas cria as *condições prévias* da transição para o socialismo. A *realização* desta forma de produção tem que ser objecto de um duro e violento combate por parte da classe operária.

## INDICE

Introdução	7
1 - O dia de pagamento	7
2 - O que é a ciência	10
3 - O método científico do marxismo	12

### SECÇÃO I Mercadoria e dinheiro

1 - Os fundamentos gerais da sociedade produtora de mercadorias	15
2 - A mercadoria	19
3 - O processo de troca	24
4 - Funções do dinheiro	28
5 - O fetichismo mercantil	31

### SECÇÃO II A transformação do dinheiro em capital

1 - A circulação de mercadorias e o dinheiro	37
2 - A circulação das mercadorias e a mais-valia	39
3 - A mais-valia e a mercadoria força de trabalho	41
4 - A força de trabalho humana como mercadoria	42
5 - O valor da mercadoria força de trabalho	43

### SECÇÃO III A produção de mais-valia absoluta

1 - O processo de trabalho	50
2 - Processo de valorização do capital	51
3 - A transferência de valor e a função do novo valor	53
4 - Capital constante e capital variável	54
5 - A taxa de mais-valia	55
6 - A massa de mais-valia	57
7 - O dia de trabalho	57
8 - A luta violenta entre os operários e os capitalistas em torno da duração da jornada de trabalho	59

**SECÇÃO IV**  
**A mais-valia relativa**

1 - Aumento da mais-valia sem prolongamento da jornada de trabalho	64
2 - Redução do valor dos meios de subsistência necessários pelo aumento da produtividade do trabalho	64
3 - A busca da mais-valia extra por parte dos capitalistas individuais	65
4 - Mais-valia extra e mais-valia relativa	67

**SECÇÃO V**  
**Os métodos de produção de mais-valia relativa**

1 - A cooperação simples	70
2 - A divisão sistemática do trabalho	71
Apêndice: Trabalho produtivo e trabalho improdutivo	75
3 - Aplicação tecnológica das ciências da natureza no modo de produção maquina-fábrica	78
a) Divisão do trabalho e maquinaria	78
b) Os efeitos da maquinaria sobre a classe operária	78
c) Maquinaria e mais-valia extra	80
d) Contradição resultante da produção de mais-valia relativa pela utilização de maquinaria aperfeiçoada	81
e) Prolongamento da jornada de trabalho como resultado do modo de produção maquina-fábrica	83
f) Intensificação do trabalho	84
g) A intensificação do trabalho, o valor das mercadorias e a produção de mais-valia	85
h) A luta dos operários contra o aumento da intensidade do trabalho	86
4 - O fetichismo do capital	88

**SECÇÃO VI**  
**A acumulação do capital**

1 - Processo de produção contínua (processo de recuperação)	96
a) Alterações relativas ao capital variável	98
b) Modificações relativas ao capital total	99
c) As leis da propriedade e a falsa aparência da troca de equivalentes	101
2 - A lei geral da acumulação capitalista	103
a) A acumulação do capital	103
b) Alterações da composição orgânica do capital	104
c) Centralização do capital	105
d) Exército de reserva e os ciclos industriais	106
e) Os efeitos da acumulação do capital sobre a classe operária	108

3 - O que a ciência burguesa tem a dizer sobre o capitalismo	113
a) O que entendem os cientistas burgueses por capital	113
1. O capital como meios de produção produzidos	113
2. Força de trabalho como "capital" do operário	115
b) Como se justifica a apropriação de sobre-trabalho não pago	116
1. O lucro como compensação para a abstinência capitalista	116
2. O lucro como retribuição do risco	117
3. O lucro como salário do patrão	118
4. A chamada acumulação primitiva do capital	121

**SECÇÃO VII**  
**O salário**

1 - De novo sobre a determinação do valor da força de trabalho	126
2 - Alterações do custo de formação profissional da força de trabalho afectado pelos métodos de produção de mais-valia relativa	128
a) Cooperação simples	128
b) A divisão sistemática do trabalho	129
c) O modo de produção mecanizado	131
3 - O trabalho feminino e o valor da força de trabalho	134
Apêndice	136
4 - Efeito da variação da produtividade, da intensidade do trabalho e da duração da jornada de trabalho sobre o valor da força de trabalho	137
a) Efeitos da variação da produtividade	138
b) Efeitos da variação da intensidade e da duração da jornada de trabalho	139
5 - O fetichismo dos salários ou a transformação do valor da força de trabalho em preço do trabalho	140
6 - As formas de salários	144
Apêndice I: A lenda da espiral salário/preços	146
Apêndice II: Operário como aforrador e investidor ou a ilusão da formação da riqueza nas mãos dos operários	148
7 - O movimento dos salários e a acumulação do capital	153

**SECÇÃO VIII**  
**Luta salarial**

1 - As associações operárias e a concorrência entre os operários	158
2 - As tarefas defensivas dos sindicatos	160
a) A luta pela redução da jornada de trabalho	160
b) A luta sindical pelo aumento de salários	161
3 - A dupla função dos sindicatos	163
4 - Os sindicatos hoje em dia	164
5 - A luta organizada contra o aumento da intensidade de trabalho	165
6 - A luta ofensiva da classe operária	167
7 - A tendência do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista	168

## NOTAS

(1) O significado desta relação tornar-se-á mais claro quando se analisar a relação de capital. Só nessa altura se poderá explicar o carácter subordinado do valor-de-uso e, por conseguinte, das necessidades dos indivíduos, na sociedade produtora de mercadorias. Cf. nota 2.

(2) O dinheiro serve como meio de circulação sob a forma de moeda. Mas o papel-moeda (as notas de banco) pode também servir de intermediário na circulação de mercadorias; estas folhas de papel, enquanto tal, não valem nada. Representam o valor do ouro que deveria circular em seu lugar. Se o montante do papel-moeda necessário para medear a troca for maior do que o correspondente valor do ouro do banco nacional, tal não terá qualquer importância enquanto a confiança na divisa se mantiver. No entanto, se houver uma quebra de confiança toda a gente procurará uma garantia em valores reais, em fundos materiais e, especialmente, em ouro. Nessa altura, o papel-moeda perde toda a utilidade.

(3) O capitalista põe o operário a produzir o produto, não em função das suas próprias necessidades, mas para o vender e, portanto, o valor-de-uso do seu produto não lhe interessa para nada, desde que encontre comprador. O capitalista só se preocupa com o aspecto do valor da produção, isto é, com expandir o mais possível o valor do seu capital. "Por conseguinte, nunca se deve encarar os valores-de-uso como o objectivo real do capitalista, o mesmo se passando com o lucro obtido em cada transacção isolada. A única coisa que lhe interessa é o processo ininterrupto e sem tréguas de produção de lucro". (pp.153-153).

Também, em regime capitalista, ao trabalhador não lhe interessa o valor-de-uso das mercadorias que produz mas não lhe pertencem. Escreve Marx: "Na verdade, ao trabalhador assalariado interessa-lhe tanto a porcaria que produz, como ao capitalista, que o utiliza, se está nas tintas para o que ele faz". (*Grundrisse*, p. 184; Cf. nota 1).

(4) Para ilustrarmos o texto que se segue citamos o exemplo da produção de um guarda-vestidos numa empresa capitalista de mobiliário. Ver p. 62

(5) Marx escreve que o capitalista individual virtualmente não é mais do que "o capital personificado e dotado de consciência e vontade" (*Capital*, Vol. 1, p. 152). Isso significa que o capitalista se encontra em concorrência com outros capitalistas e que esta relação social determina o seu comportamento, que tem que ser orientado para a máxima valorização do seu capital. Quanto mais o capitalista isolado prolongar o dia de trabalho dos seus

operários, mais o seu capital se valorizará e melhor será a sua posição na luta concorrencial com os outros capitalistas. "Por isso, ao capital pouco importa a saúde ou a duração da vida do operário, excepto quando a sociedade a isso o compele, respondendo da seguinte forma ao alarido geral sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura dos excessos de trabalho: "Porque haveria isso de nos perturbar, se aumenta os nossos lucros?" Mas se olharmos a coisa como um todo, nada disto depende, em verdade, da boa ou má vontade do capitalista individual. A livre concorrência arrasta consigo as leis iminentes da produção capitalista, sobre a forma de leis externas coercivas que fazem sentir o seu poder sobre todos os capitalistas individuais." (*Capital*, Vol. 1, p. 270).

Se os actos do capitalista estiverem realmente em contradição com a valorização do seu capital, terá necessariamente que entrar em bancarrota, mais cedo ou mais tarde.

Todos os outros membros da sociedade capitalista estão também sujeitos às coacções da produção capitalista de mercadorias e não podem desenvolver-se como indivíduos livres. As pessoas existem umas para as outras como representantes de mercadorias e, por conseguinte, como proprietárias de mercadorias. Marx escreve: "Os personagens que aparecem no palco económico não são mais do que a personificação das relações económicas que existem entre eles" (p. 85). Na sua análise científica, Marx não condena moralmente as acções dos capitalistas nem aprova incondicionalmente o comportamento real dos operários.

Já no Prefácio de *O Capital* Marx o diz claramente: "Uma palavra apenas para evitar quaisquer malentendidos. De maneira nenhuma pinto o capitalista ou o proprietário fundiário de cor-de-rosa. Sempre que os retrato, trato os indivíduos enquanto personificações de categorias económicas, encarnações de relações e interesses de classe particulares. O meu ponto de vista, no qual a evolução da formação económica da sociedade é encarada como um processo de história natural, menos do que qualquer outro pode tornar o indivíduo responsável por relações de que na realidade não passa duma criatura, por mais que subjectivamente se eleve acima delas". (*Capital*, Vol. 1, p. 10).

(6) Isto parece contradizer a experiência quotidiana que se traduz pelo constante aumento dos preços. Neste estágio da exposição não podemos ainda explicar completamente tal problema; só podemos dizer que outras coisas haverá que tomar em linha de conta para explicá-lo. Em primeiro lugar, a desvalorização da moeda desempenha um importante papel no movimento dos preços das mercadorias. Se a inflação progredir mais rapidamente do que o aumento da produtividade do trabalho, os preços subirão. Em segundo lugar, os preços dependem do movimento total da economia capitalista, dos ciclos económicos. Neste estágio da exposição não poderemos explicar nenhum destes factores.

(7) Há processos de produção que parecem desenrolar-se na esfera da circulação e nos quais os trabalhadores parecem ser produtivos mas onde tal não se verifica. É o caso dos trabalhadores dos transportes. Marx escreve: "A massa dos produtos não aumenta por via do transporte. Mas o valor-de-uso das coisas só é realizado no seu consumo, e este consumo pode exigir uma modificação proveniente da deslocação, isto é, do processo de produção suplementar da indústria dos transportes. De facto, o capital produtivo investido nesta indústria acrescenta um valor aos produtos transportados, em parte porque transfere para ele o valor dos meios de transporte, em parte porque lhes acrescenta valor pelo trabalho de transporte. Esta última adição de valor subdivide-se — tal como em toda a produção capitalista — numa parte equivalente aos salários e noutra que constitui a mais-valia". (*Capital*, Vol. 2, p. 152). Por conseguinte, os trabalhadores empregados na indústria dos transportes são trabalhadores produtivos.

(8) O escritor comunista alemão Bertolt Brecht exemplificou o fetichismo no seu poema "Perguntas de um Operário Letrado" da seguinte forma:

Quem construiu Tebas, a das sete portas?  
Nos livros vêm os nomes dos reis,  
Mas foram os reis que carregaram as pedras?

O jovem Alexandre conquistou a Índia,  
Sozinho?  
César defendeu a Gália.  
Não levou ao menos consigo um cozinheiro?  
Filipe de Espanha chorou quando a sua Armada  
Naufragou. Mais ninguém chorou?  
Frederico Segundo venceu a Guerra dos Sete Anos.  
Quem a ganhou mais?

Em cada canto uma vitória.  
Quem cozinhou o banquete do triunfo?  
Um Grande Homem todos os dez anos.  
Quem pagou as despesas?

Tantos os relatos  
Quantas as perguntas

(9) Um "cientista" burguês devaneia da seguinte maneira sobre a "actividade criativa dos empresários": "O capital estaria morto se não fosse animado pela actividade do empresário e, o que ainda é mais importante, o trabalho seria grosseiro e improdutivo se não fosse orientado, regulado, adestrado e dirigido pelo empresário. O ressentimento social, que é gerado pelos duros e férreos princípios da indústria e foi alimentado pelo marxismo, assim como pela simpatia e complexo de culpa da burguesia, levou à sobreestimação do operário (!)... Foram por acaso os operários que lançaram os alicerces da engenharia mecânica e electrotécnica alemã?... Quem é que pôs o capital e o trabalho em movimento se não os estratos dirigentes escolhidos, que se elevaram acima da massa trabalhadora pelo talento, a inteligência e a educação, esses estratos cujo núcleo fundamental é constituído pela força dos industriais?" (Joseph Windschuch, *O Triplo Valor da Liberdade dos Industriais*, in *Vortragsreihe des Deutschen Industrieinstituts*, n.6, 1966).

(10) Costuma-se afirmar sempre que Marx não só propôs uma teoria da pauperização relativa mas também uma teoria da pauperização absoluta. No decurso do desenvolvimento do capitalismo os salários reais desceriam também constantemente, de forma que a classe operária teria cada vez menos meios de subsistência. Em nenhuma parte dos escritos de Marx se pode encontrar uma tão absurda teoria, segundo a qual a classe operária teria morrido de fome há muito tempo.

(11) A propósito, mesmo que o valor da mercadoria apenas fosse constituído por  $c + v$ , um aumento de salários de 20% não significaria que os preços tivessem que subir 20%. Uma mercadoria que valesse 1.000\$, consistindo o seu valor em 800  $c + 200 v$  não subiria



para 1.200\$ mas apenas para  $800 c + 200 v + 20\% v$ , isto é,  $800 c + 200 v + 40 v$ . Esta mercadoria custaria ao capitalista apenas 1.040\$.

(12) O social-democrata alemão Georg Leber afirmou numa entrevista que a "formação da riqueza" nas mãos dos trabalhadores é o "melhor remédio contra a infecção das ideias revolucionárias" (*Die Wahrheit*, Berlim, 9-5-70).

## FICHA TÉCNICA

*Título original:* Capital, A Readable Introduction to Volume One

© da Versão portuguesa - Edições Antídoto

Edição nº 38

1ª Edição: Julho de 1978

EDICÕES ANTÍDOTO

Rua da Benificência, 121 - 1º Dt

Lisboa 4

**[www.pctpmrpp.org](http://www.pctpmrpp.org)**